



Maputo Special Reserve Management Plan

FIRST EDITION



Maputaland Component Lubombo Transfrontier Conservation Area



Facilitated by:



Componente da Maputolândia da Área de Conservação Transfronteiriça de
Lubombo

Reserva Especial de Maputo

Plano de Maneio

Primeira Edição

Compilado para:

República de Moçambique, Ministério do Turismo

Direcção Nacional das Áreas de Conservação

Iniciativa:

Peace Parks Foundation

Patrocínio:

Nationale Postcode Loterij, Holanda

Poderá obter cópias deste Relatório junto de:

Ministério do Turismo, Direcção Nacional das Áreas de Conservação (DNAC)

Av. 25 de Setembro n.º 1011 r/c, CP 4101

Maputo, 1018

Moçambique

Telefone: +258-21-303650

Director: Reserva Especial de Maputo

Telemóvel: +258-82-302-0582

Correio Electrónico: custodiabanze@gmail.com

Fotografias:

Capa, Principal: Matthew Prophet

Capa, Vinhetas: Craig Beech e Paul Bewsher

Documento: Paul Bewsher

Citação

DNAC. 2010. Plano de Gestão da Reserva Especial de Maputo, Primeira Edição. vi + 119pp.

AGRADECIMENTOS

Este relatório foi patrocinado pela Nationale Postcode Loterij, da Holanda, e elaborado numa iniciativa de colaboração. Foram numerosas as instituições e pessoas que forneceram informação, documentação e aconselhamento. Em particular, gostaríamos de agradecer as contribuições das seguintes:

<i>Alessandro Fusari</i>	Direcção Nacional das Áreas de Conservação, Ministério do Turismo (MITUR – DNAC)
<i>Craig Beech</i>	Peace Parks Foundation (PPF)
<i>Custódia Banze</i>	Reserva Especial de Maputo (REM)
<i>Gilberto Vicente</i>	PPF – REM
<i>João Roberto</i>	Direcção Provincial de Agricultura
<i>Katrien Van Mechelen</i>	PPF
<i>Michéle Souto</i>	International Finance Corporation – Grupo do Banco Mundial
<i>Miguel Gonçalves</i>	PPF – RMPP
<i>Milton Chaúque</i>	MITUR – DNAC
<i>Papucides Ntela</i>	MITUR – Agência de Desenvolvimento da Costa dos Elefantes (ADCE)
<i>Rodolfo Cumbane</i>	REM
<i>Rogério Danúbio</i>	Direcção Provincial de Coordenação Ambiental (DPCA), Maputo
<i>Rosita Gomes</i>	Direcção Provincial das Pescas, Maputo
<i>Tiago Nhazilo</i>	PPF

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	I
ÍNDICE	II
LISTA DE APÊNDICES	IV
LISTA DE FIGURAS	IV
LISTA DE MAPAS	IV
LISTA DE TABELAS	VI
ABREVIATURAS/ACRÓNIMOS	VIII
CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO	1
1.1 FINALIDADE DO DOCUMENTO	1
1.2 LOCALIZAÇÃO E EXTENSÃO DA REM	1
1.3 FINALIDADE E IMPORTÂNCIA DA RESERVA	8
1.4 PROCESSO DE CONSULTA DE INTERVENIENTES	10
CAPÍTULO 2. O LOCAL	12
2.1 AMBIENTE NATURAL	12
2.1.1 <i>Geologia e Geomorfologia</i>	12
2.1.2 <i>Elevação</i>	12
2.1.3 <i>Declive e Aspecto</i>	12
2.1.4 <i>Solos</i>	13
2.1.5 <i>Clima</i>	13
2.1.6 <i>Hidrologia</i>	13
2.1.7 <i>Habitats</i>	21
2.1.7.1 <i>Vegetação</i>	21
2.1.7.2 <i>Habitats e Fauna Bravia Associada</i>	21
2.2 AMBIENTE CULTURAL	25
2.3 AMBIENTE DE USO DA TERRA E ESTRUTURA FUNDIÁRIA	26
2.3.1 <i>Padrões Actuais de Uso da Terra e Estrutura Fundiária</i>	26
2.4 AMBIENTE SOCIAL	28
2.4.1 <i>Demografia</i>	28
2.5 AMBIENTE DE GOVERNAÇÃO	28
2.5.1 <i>Estruturas de Governo</i>	28
2.5.2 <i>Organização Administrativa Actual da ACTF</i>	29
2.5.3 <i>Quadro Jurídico</i>	31
CAPÍTULO 3. AS PESSOAS	34
3.1 PARTES INTERESSADAS E ACTORES	34
3.1.1 <i>Grupos de Interessados</i>	34

3.1.1.1	Gestores de Recursos	34
3.1.1.2	Beneficiários	34
3.1.1.3	Comunidade Empresarial	35
3.1.1.4	Governo.....	35
CAPÍTULO 4.	O PLANO	37
4.1	INTRODUÇÃO AO QUADRO DE MANEIO	37
4.2	AMEAÇAS E DESAFIOS	38
4.3	VISÃO E MISSÃO	39
4.3.1	<i>Visão</i>	39
4.3.2	<i>Missão da REM</i>	39
4.4	ÁREAS FUNDAMENTAIS DE ACÇÃO – OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DE GESTÃO	40
4.5	IDENTIFICAÇÃO DOS PROJECTOS DE ACÇÃO	41
4.5.1	<i>AFA1: Biodiversidade e Gestão de Recursos</i>	41
4.5.2	<i>AFA 2: Gestão da Actividade</i>	60
4.5.3	<i>AFA 3: Gestão do Fluxo de Benefícios</i>	64
4.5.4	<i>AFA 4: Governação</i>	71
4.5.5	<i>Sumário das Acções</i>	79
4.6	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO.....	90
4.6.1	<i>Introdução e Metodologia</i>	90
4.6.2	<i>Carácter Ambiental Actual</i>	92
4.6.3	<i>Planificação dos Conceitos</i>	92
4.6.5	<i>Garantia de Tomada de Decisões Responsável – Análises de Sensibilidade</i>	95
4.6.5.1	<i>Valor do Habitat</i>	95
4.6.5.2	<i>Sensibilidade da Paisagem</i>	98
4.6.5.3	<i>Aptidão para a Agricultura</i>	100
4.6.5.4	<i>Sensibilidade Visual</i>	102
4.6.6	<i>Concepção e Mapeamento dos Conceitos</i>	105
4.6.6.1	<i>Acesso</i>	105
4.6.6.2	<i>Uso</i>	108
4.6.6.3	<i>Desenvolvimento</i>	110
4.6.6.4	<i>Infra-estruturas</i>	115
LISTA DE LEITURAS.....	119	
DOCUMENTOS DE APOIO.....	119	
APÊNDICES	120	

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE 1.	NOTAS ESTRATÉGICAS DE APLICAÇÃO DA LEI	120
APÊNDICE 2.	PROCESSO DE PROPOSTAS TURÍSTICAS	121
APÊNDICE 3.	REGULAMENTOS PROPOSTOS PARA A REM	122
APÊNDICE 4.	ESTRUTURA INSTITUCIONAL PROPOSTA PARA A REM E A RMPP.....	123
APÊNDICE 5.	PROJECCÕES FINANCEIRAS.....	126

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: CONTEXTO DA REM.....	2
FIGURA 2: PROCESSO DE CONSULTA	11
FIGURA 3: PERFIL DA PAISAGEM DE LUBOMBO	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
FIGURA 4: PRADOS DA REM.....	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
FIGURA 5: VISTA DE UMA LAGOA INTERIOR.....	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
FIGURA 6: AVIFAUNA NAS LAGOAS DA REM.....	22
FIGURA 7: ELEFANTES NA REM	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
FIGURA 8: HIPOPÓTAMOS, LAGOA XINGUTE	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
FIGURA 9: ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA ÁREA TRANSFRONTEIRIÇA DE CONSERVAÇÃO DE LUBOMBO	28
FIGURA 10: COMUNIDADES DE INTERESSE	34
FIGURA 11: COMUNIDADES AFECTADAS	35
FIGURA 12: ÁREAS FUNDAMENTAIS DE ACÇÃO	37
FIGURA 13: QUADRO DE GESTÃO.....	38
FIGURA 14: ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA REM E DA RMPP	73
FIGURA 15: PROCESSO DE PLANIFICAÇÃO DO PDC	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
FIGURA 16: ANÁLISES DE SENSIBILIDADE	95
FIGURA 17: CONCEITO DE ACESSO.....	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
FIGURA 18: CONCEITO DE USO	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
FIGURA 19: CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO.....	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
FIGURA 20: CONCEITO DE ÍNFRA-ESTRUTURA	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.

LISTA DE MAPAS

(Poderá obter um atlas electrónico de todos os mapas junto do Director da Reserva)

MAPA 1: ÁREA REGIONAL DE ESTUDO – ÂMBITO DA ACTF	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 2: ÁREA DE ESTUDO.....	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 3: INSUBSTITUIBILIDADE (SEGUNDO SMITH)	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.

MAPA 4: CONTRIBUIÇÃO DAS ACTF	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 5: ESTADO NACIONAL DE AMEAÇA	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 6: ESTADO LOCAL DE AMEAÇA	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 7: ESTADO NACIONAL DE PROTECÇÃO	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 8: ESTADO NACIONAL DE PROTECÇÃO	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 9: COBERTURA NACIONAL DO SOLO	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 10: COBERTURA LOCAL DO SOLO	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 11: GEOLOGIA	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 12: ELEVAÇÃO	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 13: DECLIVE	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 14: ASPECTO	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 15: SOLOS	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 16: TEOR DE ARGILA	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 17: PRECIPITAÇÃO (JANEIRO)	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 18: PRECIPITAÇÃO (AGOSTO)	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 19: TEMPERATURA (JANEIRO)	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 20: TEMPERATURA (AGOSTO)	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 21: BACIAS E HIDROLOGIA	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 22: VEGETAÇÃO DA REM	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 23: COBERTURA VEGETAL 2006	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 24: FAUNA BRAVIA	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 25: PAISAGEM CULTURAL E PATRIMONIAL	25
MAPA 26: USO DA TERRA	26
MAPA 27: PEGADA HUMANA	27
MAPA 28: PEGADA HUMANA – TRANSFORMAÇÃO (CIESIN)	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 29: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO E PRINCIPAIS POVOAÇÕES	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 30: GOVERNAÇÃO	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 31: LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES AFECTADAS	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 32: CARÁCTER AMBIENTAL ACTUAL	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 33: SENSIBILIDADE COMBINADA	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 34: VALOR DO HABITAT	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 35: CAPACIDADE DE RECUPERAÇÃO	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 36: AJUSTADOR DE TRANSFORMAÇÃO	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 37: SENSIBILIDADE DA PAISAGEM	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 38: SUSCEPTIBILIDADE À EROÇÃO	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 39: APTIDÃO PARA A AGRICULTURA – CULTURAS ANUAIS	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.

MAPA 40: APTIDÃO PARA A AGRICULTURA – CULTURAS PERENES.....	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 41: APTIDÃO PARA A AGRICULTURA – PASTAGENS.....	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 42: SENSIBILIDADE VISUAL.....	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 43: COMPLEXIDADE DA PAISAGEM.....	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 44: ALTURA E DENSIDADE DA VEGETAÇÃO.....	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 45: PDC – ACESSO	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 46: PDC – USO.....	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 47: PDC – DESENVOLVIMENTO.....	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 48: DESENVOLVIMENTO DO PDC – DESENVOLVIMENTO ECOTURÍSTICO	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 49: DESENVOLVIMENTO DO PDC – LIGAÇÃO ECOLÓGICAS	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 50: DESENVOLVIMENTO DO PDC – ESTRATÉGIA DE RESTOCKING.....	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 51: INFRA-ESTRUTURA DO PDC	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
MAPA 52: INFRA-ESTRUTURA DO PDC – ESTRATÉGIA PARA AS VEDAÇÕES DE CAÇA	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: FUNCIONAMENTO DOS PROCESSOS E SISTEMAS ECOLÓGICOS	41
TABELA 2: RECURSOS SUFICIENTES PARA A GESTÃO EFICAZ E EFICIENTE DA REM.....	55
TABELA 3: REVISÃO DA EXISTENTE E DESENVOLVIMENTO DE NOVA LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS	56
TABELA 4: PROMOVER E GARANTIR O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS CULTURAIS	57
TABELA 5: PROMOVER E GARANTIR A UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS	58
TABELA 6: PROMOVER A CONSCIENCIALIZAÇÃO COMUNITÁRIA E POLÍTICA RELATIVA À CONSERVAÇÃO.....	59
TABELA 7: DAR AUTORIDADE À REM ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS E REVISÃO DO QUADRO LEGAL	60
TABELA 8: CRIAÇÃO DE UM AMBIENTE CONDICENTE AO INVESTIMENTO	61
TABELA 9: MELHORAR E DESENVOLVER UM PRODUTO TURÍSTICO DIVERSIFICADO	62
TABELA 10: DESENVOLVER E IMPLEMENTAR INTERVENÇÕES QUE REDUZAM OS CONFLITOS ENTRE HUMANOS E FAUNA BRAVIA.....	64
TABELA 11: BENEFÍCIOS EQUITATIVOS PARA AS COMUNIDADES ATRAVÉS DE MAIS OPORTUNIDADES TURÍSTICAS	66
TABELA 12: ALARGAR O ENTENDIMENTO DOS BENEFÍCIOS DA CONSERVAÇÃO DA AFUNDA BRAVIA	69
TABELA 13: APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL SOCIOECONÓMICO	70
TABELA 14: INSTITUCIONALIZAÇÃO, COORDENAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE PODER À ADMINISTRAÇÃO.....	71
TABELA 15: REAPRECIÇÃO E REVISÃO DAS POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO RELATIVAS À BIODIVERSIDADE, EMPRESAS E BENEFÍCIOS ALÉM-FRONTTEIRAS	74
TABELA 16: PROVISÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS NECESSÁRIAS PARA MELHORAR A REM E A ACTF.....	76
TABELA 17: PARTICIPAÇÃO NA PLANIFICAÇÃO DE DESENVOLVIMENTOS LOCAIS E REGIONAIS COM IMPACTO NA BIODIVERSIDADE.....	78
TABELA 18: AFA1 – RESUMO DAS ACÇÕES EM BIODIVERSIDADE E GESTÃO DE RECURSOS	79
TABELA 19: AFA2 – RESUMO DAS ACÇÕES EM GESTÃO DA ACTIVIDADE	84
TABELA 20: AFA3 – RESUMO DAS ACÇÕES EM GESTÃO DO FLUXO E BENEFÍCIOS	86

TABELA 21: AFA 4 – RESUMO DAS ACÇÕES EM GOVERNAÇÃO.....	88
TABELA 22: PROJECTOS FINANCEIROS DE RECEITA PROVENIENTE DE DESENVOLVIMENTOS E ACTIVIDADES TURÍSTICAS.....	126
TABELA 23: PROECÇÃO DAS TAXAS DE OCUPAÇÃO PARA RECEITA A PARTIR DE ACTIVIDADES DAS CONCESSÕES E DESENVOLVIMENTOS DA RESERVA.....	127

ABREVIATURAS/ACRÓNIMOS

ACC	Área Comunitária de Conservação
ACTF	Área de Conservação Transfronteiriça
ACTFL	Área de Conservação Transfronteiriça de Lubombo
AFA	Área Fundamental de Acção
AMP	Área Marinha Protegida
AUDI	Acesso, Uso, Desenvolvimento e Infra-estrutura
CAA	Carácter Ambiental Actual
DNAC	Direcção Nacional das Áreas de Conservação
DNFFB	Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia
EGAP	Equipa de Gestão da Área Protegida
GM	Governo de Moçambique
GPC	Gestão do Património Cultural
IFC	International Finance Corporation
INAMAR	Instituto Nacional de Marinha
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
MICOA	Ministério de Coordenação da Acção Ambiental
MITUR	Ministério do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
PAC	Plano de Acção Comunitária
PBCM	Projecto de Biodiversidade Costeira e Marinha
PEC	Plano Estratégico de Comercialização
PET	Parque de Elefantes Tembe
PPPC	Parceria Público-Privado-Comunitário
REM	Reserva Especial de Maputo
RMPP	Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
UEM	Universidade Eduardo Mondlane

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

1.1 FINALIDADE DO DOCUMENTO

O documento contextualiza a Reserva Especial de Maputo (REM) (ver Mapa 1) em termos da sua posição dentro da componente da Maputolândia da Área de Conservação Transfronteiriça de Lubombo (ACTFL), e oferece uma descrição estruturada da área de estudo, do local, das suas gentes e do plano.

A finalidade deste plano de maneio para a REM é dar um enquadramento à reabilitação e desenvolvimento da REM, que dará orientação ao pessoal de gestão. Tal inclui a integração de todas as actividades de doadores, Organizações Não Governamentais (ONG), sector privado, instituições e do Governo de Moçambique (GM) na REM. Os Planos Anuais de Actividades e os planos de expansão específicos de projectos serão baseados neste plano. Será, assim, um plano de desenvolvimento que será periodicamente revisto, de modo a garantir que os objectivos do maneio continuem a ser pertinentes e que as acções de maneio sejam continuamente melhoradas.

A estrutura do plano de maneio da REM baseia-se em três capítulos, precedidos de uma introdução, cada uma dessas partes abordando diferentes aspectos. Designadamente:

Introdução – oferece informação sobre o local e a extensão da área de estudo, bem como a sua finalidade e significância tal como entendida pelo Governo de Moçambique e os vários actores. Fala-se da importância que os actores atribuem à REM, bem como da contribuição relativa da área de estudo da REM para o património de conservação nacional de Moçambique. Oferece-se ainda uma visão geral do processo dos intervenientes, seguido de uma compilação do plano.

O Local – fala da informação básica necessária para que o leitor compreenda o contexto da planificação, e abrange os ambientes natural, cultural, de uso da terra, social e de governação.

As Pessoas – dá informação sobre os vários intervenientes na REM, incluindo os vários grupos sectoriais – gestores de recursos, actividades empresariais, gestores do fluxo de benefícios, governo.

O Plano – oferece detalhes relativos ao enquadramento do maneio baseado na visão, missão e objectivos gerais para a REM, bem como sobre os objectivos específicos definidos para cada uma das Áreas Fundamentais de Acção – Biodiversidade e Gestão de Recursos, Actividades Empresariais, Gestão do Fluxo de Benefícios e Governação. Estes objectivos são contextualizados espacialmente numa série de mapas relativos às necessidades de Acesso, Uso, Desenvolvimento e Infra-estruturas da REM.

Pretende-se que este Plano de Maneio da REM sirva de resumo das necessidades e expectativas das partes interessadas em Moçambique, e que constitua a base do apoio que o Governo, através da Direcção Nacional das Áreas Protegidas (DNAC) como principal instituição, dará à realização destes objectivos. Como documento de orientação geral e estratégica, este plano pode ser usado como referência para as iniciativas detalhadas de planificação da conservação para os vários empreendimentos turísticos e actividades que se prevêem.

1.2 LOCALIZAÇÃO E EXTENSÃO DA REM

A REM e a Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro (RMPP) constituem a contribuição de Moçambique para a componente da Maputolândia da grande ACTFL, uma área que se estende da Ilha da Inhaca, a Norte, até ao Sul do Parque de Elefantes Tembe. Prolonga-se desde a RMPP, a Este, até à Área de Conservação Comunitária da Garganta do Usuthu, a Oeste.

Assim, as áreas de conservação, para além da REM e da RMPP, compreendem também, entre outras:

- Reserva da Ilha da Inhaca (Componentes Marinha e Terrestre), incluindo as seguintes áreas protegidas especiais:
 - ~ Barreira Vermelha;
 - ~ Inguane;
 - ~ Ilha dos Portugueses;
 - ~ Inhaquene;
 - ~ Ponta Torres;
- Reserva Florestal Costeira;
- Parque de Elefantes Tembe;
- Reserva Natural Seleza;

- Sítio de Património Mundial iSimangaliso;
- Reserva de Caça Ndumu.

As Áreas Comunitárias de Conservação (ACC) na região circundante incluem:

- Tshanini;
- Bhekabantu;
- Garganta do Usuthu.

A REM e a RMPP foram planificadas conjuntamente, embora tenham sido elaborados planos detalhados para cada uma delas. Em conjunto, estas áreas de conservação cruciais constituem uma área protegida integrada que pretende conservar e proteger os recursos naturais e culturais inerentes à região, bem como contribuir para o alcance das metas nacionais de conservação em Moçambique (ver Mapa 1 e 2).

A REM propriamente dita compreende duas áreas principais, que são a Área Nuclear e o Corredor de Futi.

A REM é localizada no Distrito de Matutuíne, Província de Maputo, no Sul de Moçambique, a Sul da Península de Machangulo (ver Mapa 2). Os seus limites actuais são a Baía de Maputo a Norte, o Oceano Índico a Este, o Rio Maputo, o Rio Futi e uma linha de 2 km a Este da estrada entre Salamanga e Ponta do Ouro a Oeste, e o extremo Sul da Lagoa Xinguti e o limite Sul da Lagoa Piti a Sul.

Foi originalmente declarada como Reserva dos Elefantes de Maputo, com um objectivo de conservação especificamente relacionado com a conservação dos elefantes. Com a introdução de outras espécies, e com a constatação do valor da biodiversidade da REM, foi renomeada a 9 de Agosto de 1969, por decreto legislativo, como Reserva Especial de Maputo. À luz da legislação moçambicana, Reservas Especiais são áreas designadas para a protecção de mais do que uma espécie de animais ou plantas, onde a caça é proibida.

O Corredor de Futi, que liga a área nuclear da REM, em Moçambique, com o Parque dos Elefantes Tembe, na África do Sul, situa-se entre o Rio Maputo a Oeste e o Oceano Índico a Este, sendo o seu principal objectivo constituir uma ligação ecológica com o fim de alargar o maneio da fauna bravia e do habitat. O Corredor de Futi encontra-se na iminência de ser proclamado.

A REM deve ser encarada como uma área nuclear no contexto regional de uso da terra centrado na conservação (ver Plano de Desenvolvimento Conceptual – Mapa de Uso, Mapa 46) incluindo concessões de quintas de produção de caça e outros usos compatíveis.

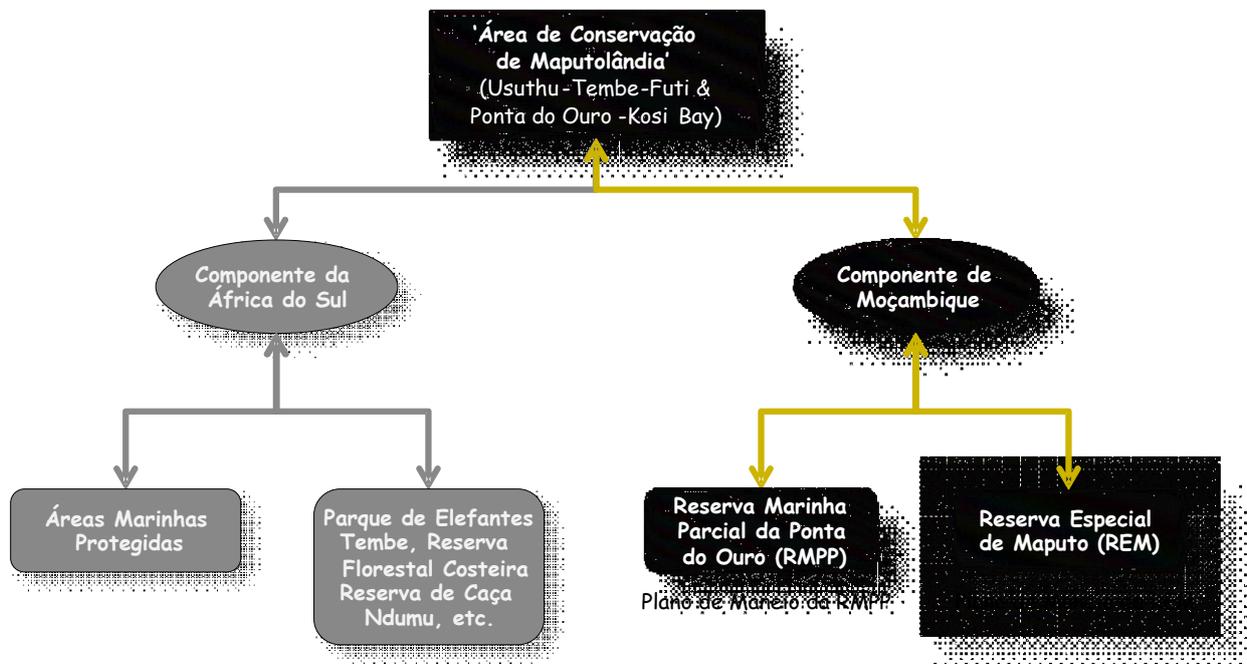


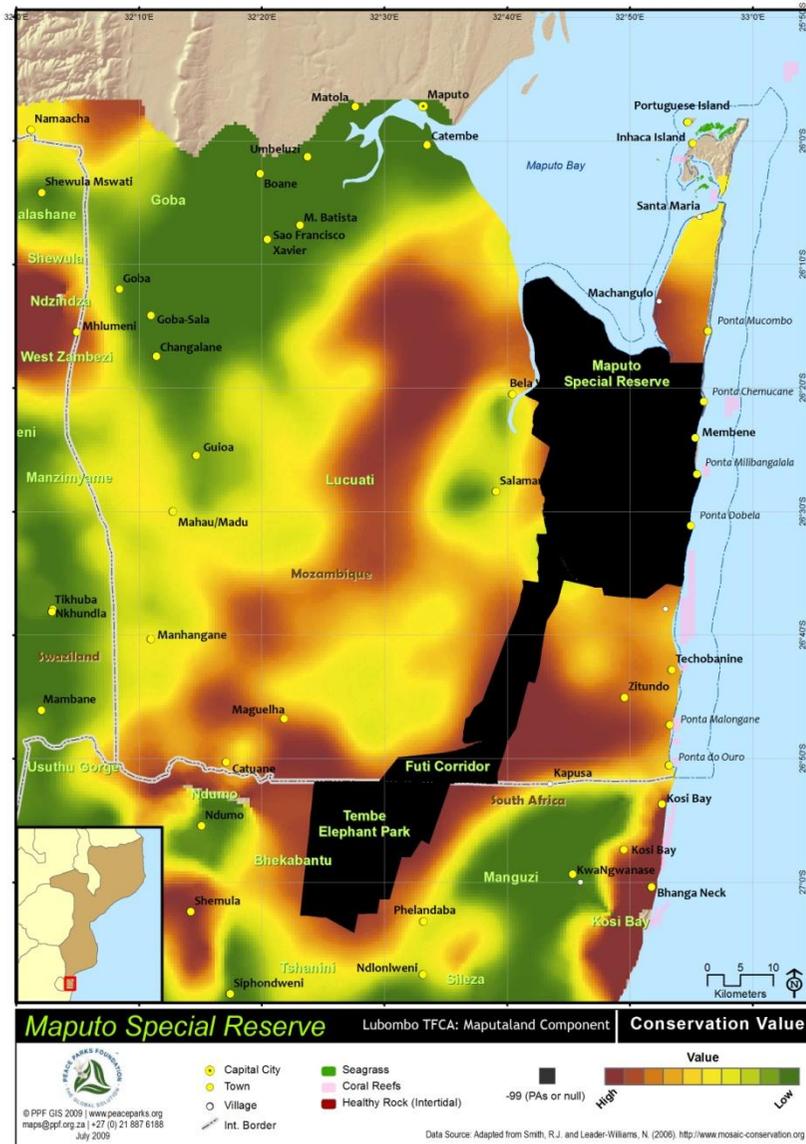
Figura 1: Contexto da REM



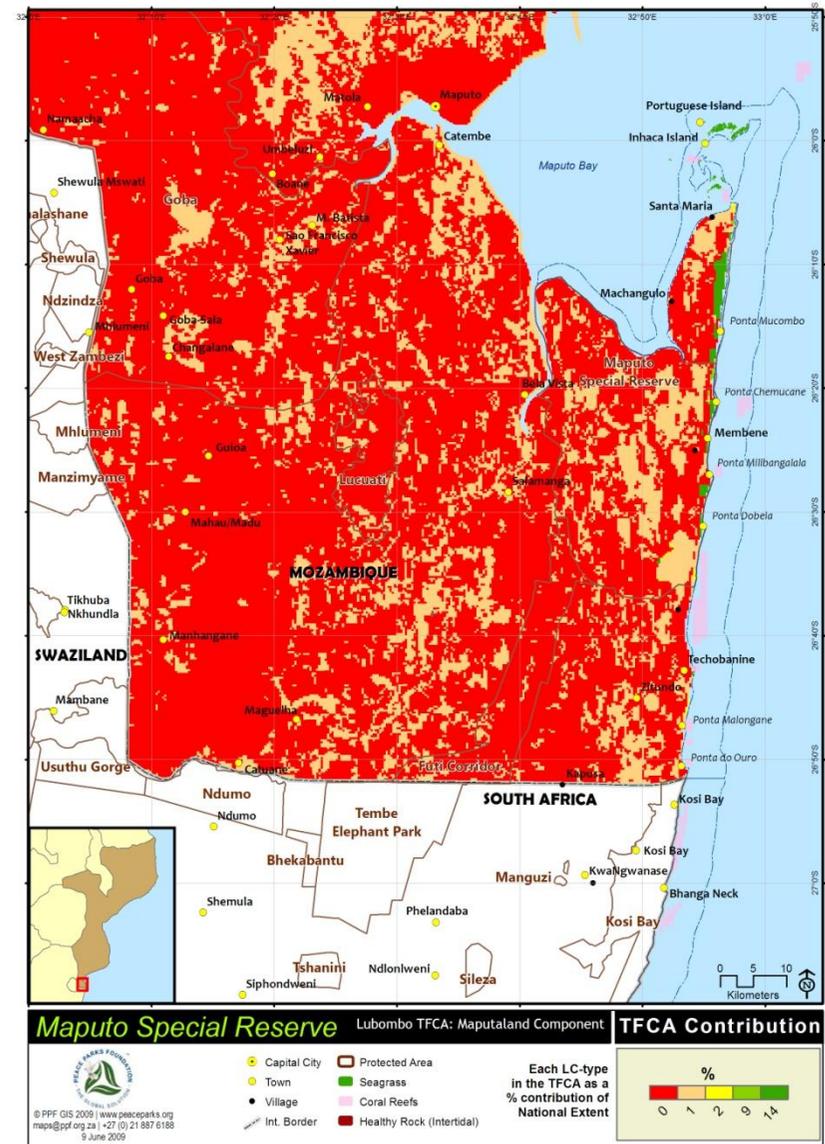
Mapa 1: REM e RMPP



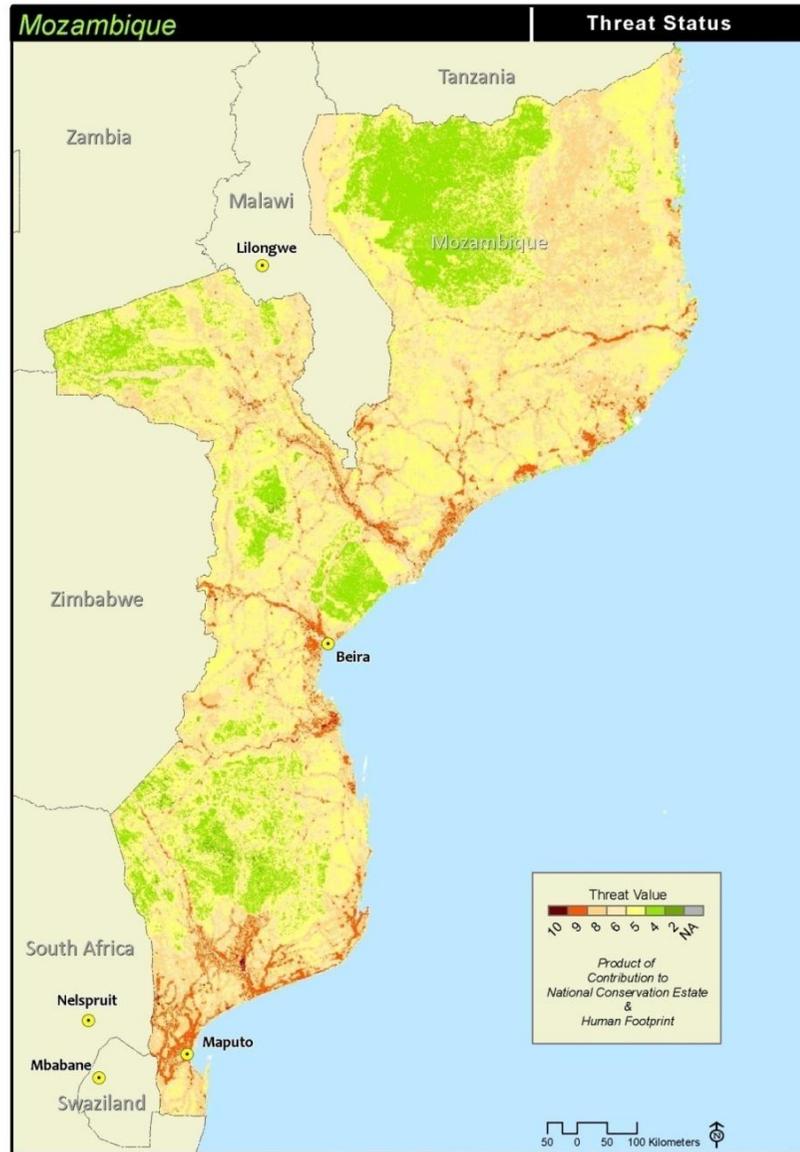
Mapa 2: Área de Estudo Regional - Âmbito TFCA



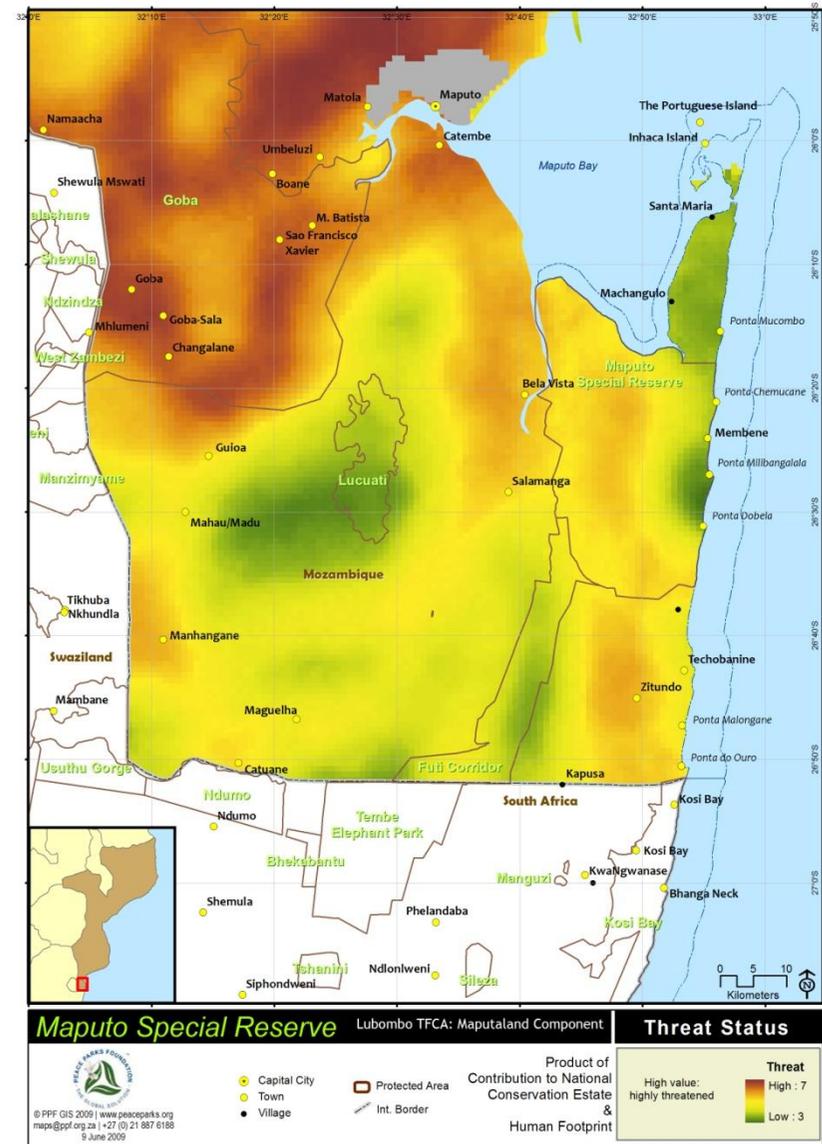
Mapa 3: "Irreplacibility" (according to Smith)



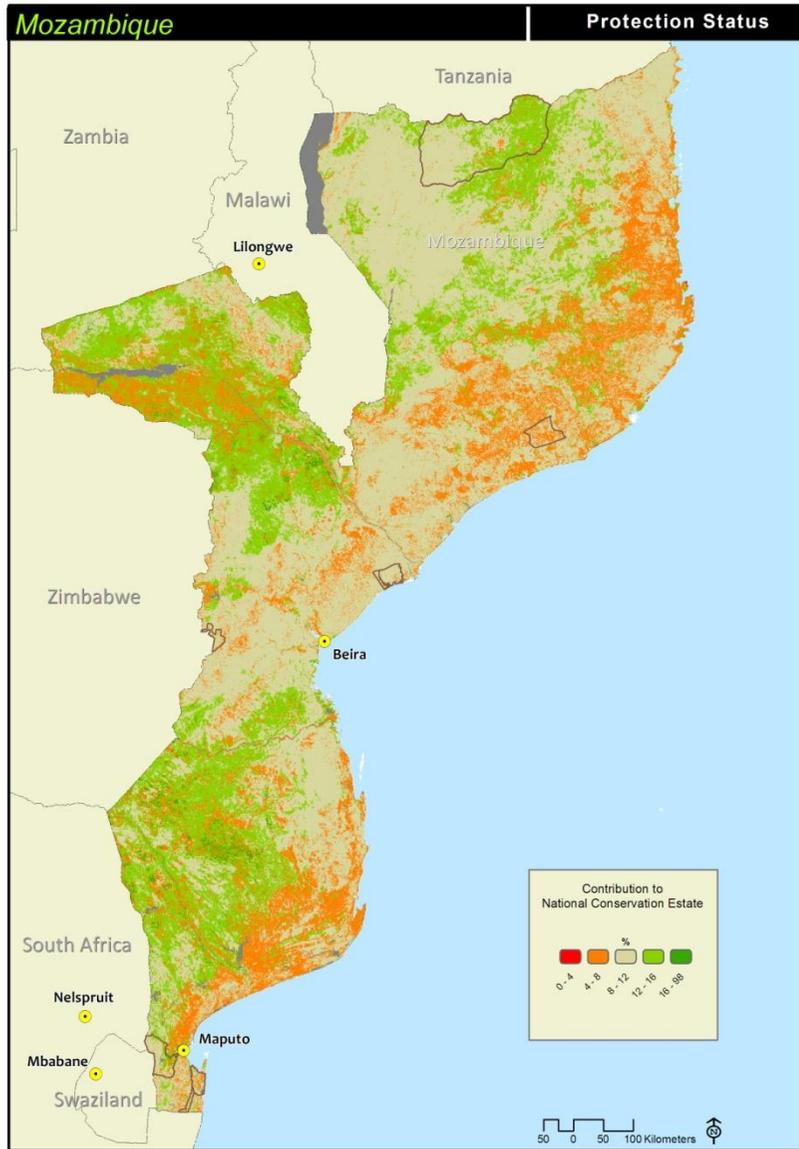
Mapa 4: Contribuição de ACTF



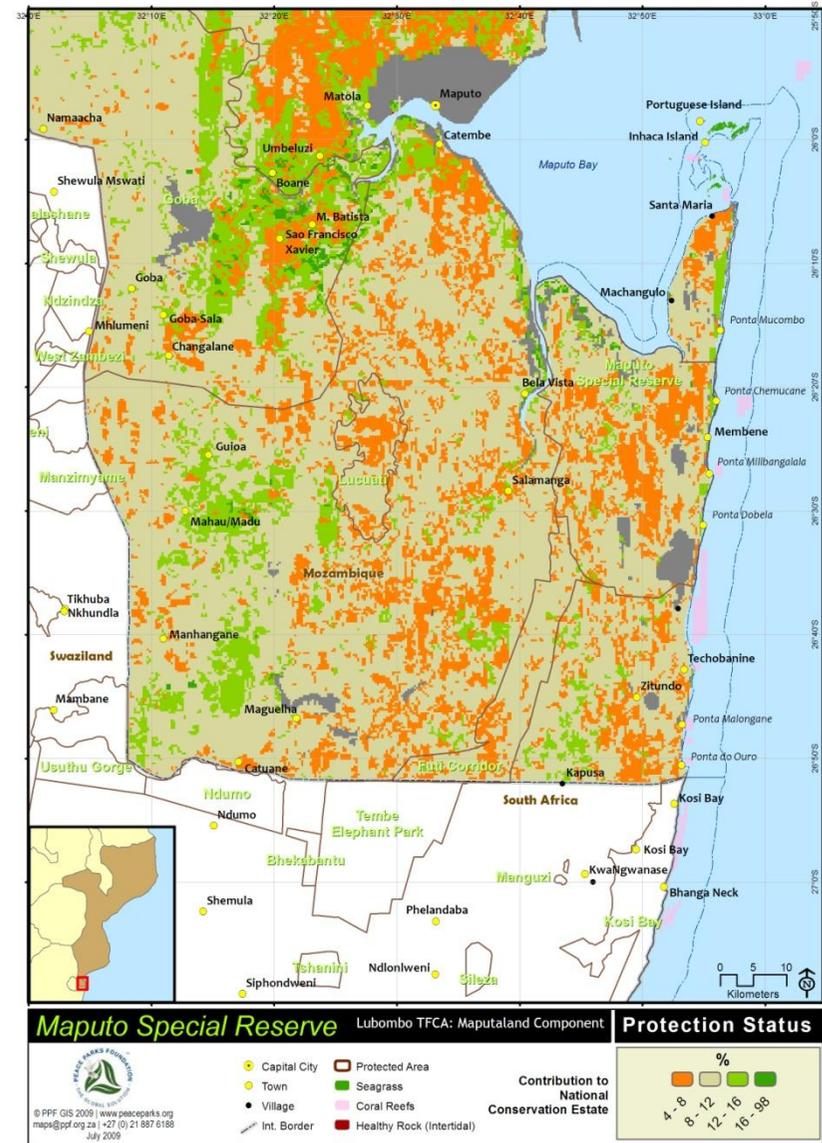
Mapa 5: Estado de ameaças



Mapa 6: Local de ameaças



Mapa 7: Estatuto Protecção



Mapa 8: Estatuto Local de Protecção



Mapa 9: Cobertura florestal



Mapa 10: Cobertura florestal de Libombos

1.3 Finalidade e Importância da Reserva

A REM foi originalmente criada para proteger a população de elefantes da área. Essa finalidade foi alargada nos anos 60 de modo a incluir a protecção de outras espécies de grandes mamíferos e, uma vez mais, nos anos 90, com o reconhecimento crescente da sua importância em termos de biodiversidade.

A finalidade da REM é, agora, considerada como **contribuir para o sistema de áreas protegidas de Moçambique conservando a excepcional biodiversidade desta zona costeira, que se situa na região biogeográfica de Tongalândia/Pondolândia e permite constituir ligações entre as componentes marinha, costeira e terrestre.**

Os atributos substanciais da REM delinham-se abaixo:

Centro de Endemismo de Plantas da Maputolândia: a REM situa-se neste centro de endemismo vegetal de importância global, um dos apenas quatro identificados na África Austral. A REM está numa situação estratégica, no limite sul dos trópicos, onde muitas das espécies de plantas se encontram no limite sul da sua distribuição, contendo também espécies de zonas mais temperadas, a sul. O estado dos endemismos encontrados na REM é pouco conhecido mas, por extrapolação de áreas vizinhas semelhantes, é provável que o grau de endemismo seja elevado.

Diversidade da comunidade vegetal: a REM suporta uma variedade e combinação impressionante de comunidades botânicas terrestres e ecossistemas, alguns dos quais não se encontram protegidos em mais nenhuma parte da África Austral. Entre estes contam-se planícies aluvionares, savana, mangal, floresta pantanosa, floresta seca de licuati e mata em substrato de areia, floresta dunar costeira, prados secos e prados higrófilos (doce e salino). É provável que, associado a esta diversidade, exista uma grande riqueza em espécies, embora ainda não tenha sido inventariada.

Comunidades de zonas húmidas de importância internacional: a Reserva e a RMPP contêm uma grande variedade e um vasto sistema de comunidades de zonas húmidas, incluindo comunidades ripícolas e estuarinas, leitos de ervas marinhas, mangais, prados higrófilos doces e salinas, canaviais e juncais, floresta pantanosa, sistemas lacustres salinos e de água doce, linha de costa com recifes calcários que suportam as comunidades coralinhas mais diversificadas da sub-região. A REM classifica-se como zona húmida de importância internacional ao abrigo da Convenção de Ramsar se Moçambique fosse dela signatário.

Peixes: a REM suporta pelo menos três espécies de peixes endémicas ou quase endémicas do Centro de Endemismo de Plantas da Maputolândia;

Populações de répteis: a REM contém uma saudável população de crocodilos-do-nylo e a costa da RMPP é um importante local de nidificação da tartaruga-de-couro e da tartaruga-comum. Todas estas espécies constam presentemente na lista CITES Apêndice 1. O grau de endemismo é elevado, particularmente entre as espécies subterrâneas (que escavam túneis) das florestas dunares.

Aves: a REM suporta uma vasta variedade de espécies de aves devido à sua grande diversidade de habitats, e inclui várias listadas pela CITES e três espécies e 47 subespécies quase endémicas do Centro da Maputolândia.

Populações de grandes mamíferos: a REM abriga uma população reprodutora de mais de 350 elefantes, concentrados na sua zona noroeste. Esta é a última grande população de elefantes da Província de Maputo, e a mais meridional de Moçambique. Suspeita-se que, em conjunto com a população do Parque de Elefantes Tembe, estes elefantes constituam uma população geneticamente distinta. Historicamente, a REM suporta uma grande variedade de espécies, protegendo populações de importância nacional.

Beleza paisagística: a REM e a RMPP englobam paisagens de terra e de mar de uma beleza extraordinária. As primeiras incluem vastos panoramas de uma paisagem ondulante de pântanos, prados, matas e colinas de cristas florestadas, e a última compreende mares de cor turquesa e praias de areia branca delimitadas por dunas costeiras florestadas.

Locais sagrados e culturais: dentro dos limites da REM existem vários túmulos e locais cerimoniais sagrados de grande importância para os residentes actuais e passados.

Destino turístico com situação estratégica: localizado próximo de Maputo e do seu aeroporto internacional, da África do Sul e da Suazilândia, a REM está bem posicionada para potencialmente receber turistas nacionais e estrangeiros.

Educação ambiental: a proximidade a Maputo e a sedes distritais e a relativamente fácil acessibilidade, associada às suas características naturais distintas, dão à REM um excelente potencial de educação ambiental a todos os níveis.

Os recursos naturais da REM constituem actualmente uma parte muito importante da subsistência das comunidades residentes e adjacentes. Entre aqueles encontram-se peixes, mel, materiais de construção (estacas, ervas e caniço), plantas selvagens alimentícias, plantas medicinais e caça. Existem pequenas mas importantes áreas cultivadas dentro da REM. Alguns recursos, como os produtos dos mangais, carne de caça e peixe, são recolhidos por não residentes.

O Centro de Endemismo de Plantas da Maputulândia é uma região com cerca de 17 000km², que se estende por Moçambique, África do Sul e Suazilândia. A região possui uma grande riqueza de espécies, além de incluir o Sítio de Património Mundial de iSimangaliso. As pessoas têm dependido da recolha de recursos naturais como suporte à sua subsistência, o que tem ajudado a manter a biodiversidade.

Este centro inclui, pelo menos, 2 500 espécies de plantas, das quais 255, e três géneros, são endémicas ou quase endémicas. Está também associada a uma notável diversidade faunística, que inclui também muitas espécies endémicas, de grupos vertebrados e invertebrados. Por exemplo:

- 472 espécies de aves, das quais cinco endémicas e 43 subespécies endémicas ou quase endémicas
- 102 mamíferos, com 14 espécies e subespécies endémicas
- 112 espécies e subespécies de répteis, com 23 endémicas
- 45 de rãs, com três espécies endémicas
- 67 peixes, com oito espécies endémicas.

O Centro de Maputulândia é único quando comparado com outros centros de endemismo, dado que o elevado número de espécies endémicas se dispersa por quase todo o espectro taxonómico. Segundo as indicações da Convenção sobre a Diversidade Biológica da UICN, é fundamental que os Centros de Endemismo sejam identificados e reconhecidos pelas autoridades de conservação. São estas áreas que se tornam prioridade na implementação de uma estratégia e de medidas pelas autoridades, para proteger e salvaguardar estes elementos de biodiversidade.

Duma perspectiva de conservação, a REM, com a sua ligação ecológica potencial ao Parque de Elefantes Tembe, na África do Sul, é essencial para ser possível atingir as metas de conservação específicas para a Maputulândia, ainda que persistam preocupações na área por causa de ameaças devidas a usos de terra incompatíveis, como a agricultura, em zonas como a Península de Machangulo, as Florestas de Licuati a Oeste da área protegida, e a área a Este da parte meridional do Corredor de Futi (ver Mapa 2).

Na região, as maiores ameaças colocam-se às florestas arenosas e às áreas a Este do Corredor de Futi, bem como, mais longe, às áreas em torno da cidade de Maputo. Os Mapas 3 a 10 mostram o estado de ameaça e de protecção dos tipos específicos de cobertura vegetal na região circundante à REM, e o contexto do país.

A Lagoa Piti destaca-se no mapa do estado de ameaça da área, e a contribuição da área protegida em termos do seu estado de protecção em percentagem da área nacional conservada é evidente, apesar da dimensão relativamente pequena da área protegida à escala nacional.

1.4 PROCESSO DE CONSULTA DE INTERVENIENTES

O Plano de Maneio da REM foi compilado por via de várias reuniões e deliberações com partes interessadas (ver Figura 2). A Elaboração da primeira versão preliminar do documento foi uma iniciativa de colaboração entre numerosas instituições e peritos, que prestaram informação, documentação e deram pareceres.

A primeira versão preliminar foi discutida com as partes interessadas a 18 de Dezembro de 2009, a que se sucederam as seguintes Reuniões de Consulta Comunitária para recolha de observações e comentários:

- Buingane, 27 de Janeiro de 2010;
- Lihundo, 27 de Janeiro de 2010;
- Tchia, 29 de Janeiro de 2010;
- Guengo-Mucule, 2 de Janeiro de 2010;
- Matchia, 4 de Fevereiro de 2010;
- Tsolombane, 10 de Fevereiro de 2010;
- Massuane, 12 de Fevereiro de 2010;
- Ponta do Ouro, 16 de Fevereiro de 2010;
- Phuza, Ponta Malongane, Ponta Mamoli, Zitundo, 17 de Fevereiro de 2010;
- Machangulo, Tikalala, Mhala, Ngomene, Ndelane, Nhonguane, Chivambo, Tchavane, 17 de Fevereiro de 2010;
- Mbuluco, Madjadjane e Muvukuza, 19 de Fevereiro de 2010.

A 12 de Março de 2010, teve lugar uma reunião final onde se ofereceram reacções ao processo de revisão. Durante o período de revisão, tiveram lugar conversações com diversos operadores individuais e com a Direcção do Parque.

O plano final para apresentação e aprovação pelo Ministro do Turismo foi elaborado depois de reuniões entre peritos e a Direcção do Parque, ao longo de Abril e Maio de 2010.

O processo de consulta de intervenientes produziu um registo de comentários e documentos relacionados com os compromissos, incluídos em relatórios separados – os *Relatórios de Revisão e Consulta sobre os Planos de Maneio da REM e RMPP, Maio de 2010*.

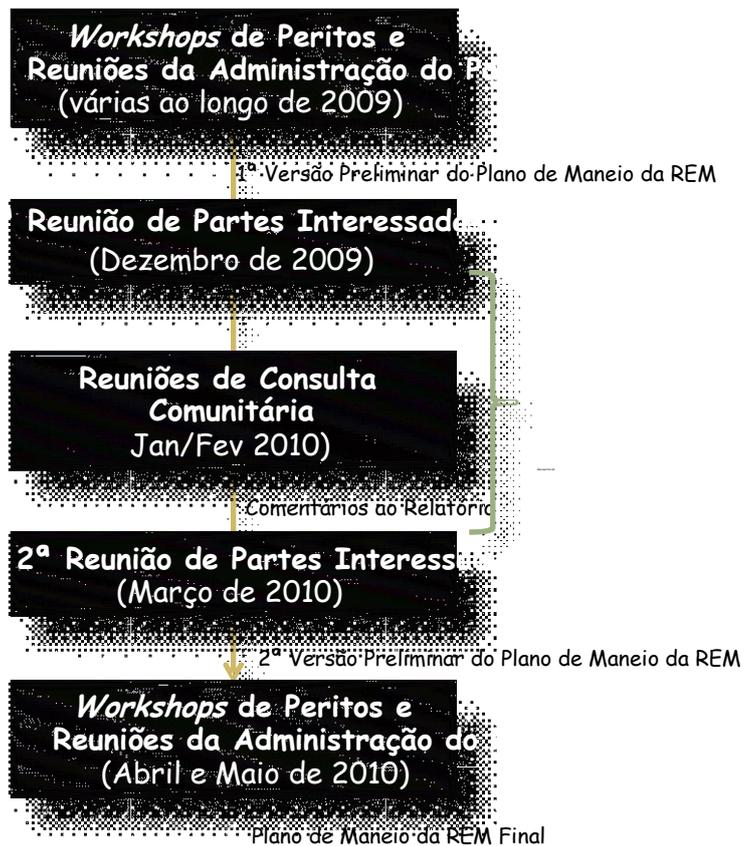


Figura 2: Processo de Consulta

CAPÍTULO 2. O LOCAL

2.1 AMBIENTE NATURAL

Neste capítulo sobre o ambiente natural discutem-se os seguintes aspectos:

- Geologia e Geomorfologia;
- Elevação;
- Declive;
- Solos;
- Clima;
- Hidrologia;
- Habitats.

2.1.1 Geologia e Geomorfologia

A Maputolândia é composta quase inteiramente por planícies costeiras baixas e quase planas, cuja maior elevação é da ordem dos 150 m, e forma parte da planície costeira da Zululândia, que se estende para Norte, para dentro de Moçambique. A Oeste da Maputolândia propriamente dita, porém, a cordilheira dos Libombos eleva-se a uma altitude de cerca de 600 m a partir da estratificação da sua rocha-mãe consistindo em quatro categorias: Riólitos Stormberg, Sedimentos Cretácicos, Sedimentos Terciários, e Sedimentos Pleistocénicos e Recentes (ver Mapa 11 e Figura 3).

A costa é direita e sem a protecção de grandes baías, consistindo primariamente de extensas praias de areia com dunas bem cobertas de vegetação, pelo que se encontra exposta à fúria dos elementos. As praias de areia estão intercaladas com os ocasionais cabos rochosos.

A linha de costa é tipificada por uma base assimétrica em cujos extremos existem plataformas de arenitos do Pleistoceno, que se projectam a partir de terra numa orientação Nordeste, mas adentro (Pereira 2003).

O sistema eólico, responsável pelas correntes marítimas superficiais, influencia, juntamente com outros factores como as marés, a circulação na baía, e pode determinar o transporte e a distribuição das diferentes espécies marinhas na área. Os ventos predominantes provêm de SE, embora também possam ocorrer ventos de NE. A velocidade média mensal do vento é de cerca de 2ms^{-1} no Inverno e 4ms^{-1} no Verão. Os ventos são fracos entre Março e Julho.

Na baía encontram-se bancos de areia e canais. A maior parte da baía tem uma profundidade de 10 m, com excepção de alguns canais em que a água pode ter mais de 15 m de profundidade. Os bancos de areia cobrem uma área de cerca de 381km^2 . O fundo é arenoso no lado que comunica com o mar, Este, e lodoso na parte ocidental. Isto pode determinar a composição em espécies bentónicas. Existem ainda rochas, pedras e corais mortos. Durante a maré morta, os juvenis de algumas espécies encontram protecção dos raios solares e do vento entre as rochas e corais mortos.

Os mangais constituem o ecossistema mais importante que influencia a dinâmica da baía. Existem cerca de 11 150 ha de pântanos de mangal. De entre estes, 270 ha encontram-se na Ilha da Inhaca (Kalk, 1995). Os mangais da Inhaca podem ser considerados como os típicos da área da baía. Os canais dos mangais são ricos em matéria orgânica e são conhecidos como zona de viveiro de muitas espécies de Peneídeos como *Penaeus indicus*, *P. monodon* e *Metapenaeus monoceros* (Kalk, 1995).

2.1.2 Elevação

Dentro da área de estudo, as altitudes variam entre o nível do mar e 194 m acima do nível do mar, com as áreas mais elevadas caracterizadas por dunas, a Este, no lado da Reserva virado ao mar e nas áreas mais baixas da planície aluvial do Rio Maputo, no lado ocidental da Reserva (ver Mapa 12).

2.1.3 Declive e Aspecto

A REM engloba paisagens terrestres e de mar de beleza extraordinária. As primeiras incluem vastos panoramas de uma paisagem ondulante de pântanos, prados, bosques e cristas cobertas de floresta, e as últimas possuem mares turquesas e praias de areia branca delimitadas por dunas costeiras florestadas (ver Mapas 13 e 14).

2.1.4 Solos

Na REM dominam três tipos de solos, designadamente:

- *Arenossolos Álbicos*: arenosos
- *Arenossolos Próticos*: muito arenosos
- *Fluvisolos Molli-Gleicos*: margosos.

Derivando da palavra em latim *arena*, os arenossolos são caracterizados como sendo solos de superfície profundamente lixiviada, até a mais de 100 cm da superfície, e são permeáveis à água. Os principais minerais nos arenossolos, tanto na fracção arenosa como na vasa, são quartzo e feldspatos. Estes solos estão associados a dunas de areia antigas e apresentam formação de solo mínima.

Os solos Molli-Gleicos são de textura margosa e possuem um teor mais elevado de vasa, principalmente em resultado de depósitos fluviais dos rios Maputo e Futi (ver Mapas 15 e 16).

2.1.5 Clima

O clima na REM é caracterizado por verões quentes e húmidos (Outubro a Março, com temperaturas variando entre 26°C e 30°C), e por invernos frescos e secos (Abril a Setembro, com temperaturas variando entre 14°C e 26°C).

A precipitação anual média varia entre 690 e 1000 mm.

A característica mais marcante do clima da Maputolândia é a variação da precipitação ao longo da área, no sentido Este/Oeste ou em direcção ao interior. Perto da costa, na região oriental, a precipitação média é de 1000 a 1100 mm anuais, mas declina progressivamente para o interior ou para ocidente, para apenas cerca de 600 mm anuais na margem ocidental da região, no sopé dos Montes Libombos, que se elevam a pouca distância, a Oeste. Na crista dos Montes Libombos propriamente ditos, a precipitação aumenta de novo, até cerca de 800 mm anuais, decrescendo rapidamente à medida que se avança para Oeste (ver Mapas 17-20).

2.1.6 Hidrologia

Caracterizada pela existência de três rios principais, o Futi, o Maputo e o Tembe, e com várias lagoas, das quais a Piti, a Xinguti e a Mundi são as mais importantes (Tello, 1973, ver Mapa 21).

As zonas húmidas da REM, Machangulo e área de vigilância, são de importância local, nacional e internacional. Esta é, possivelmente, a área mais intensivamente cultivada da região, pelo que a maior parte da vegetação está alterada. Presentemente, os melhores exemplos encontram-se na Reserva de Caça Ndumu, onde foram descritas as várias comunidades. Ao longo da maior parte dos cursos do Rio Pongolo e do Rio Mkuze ocorre uma franja florestal de árvores altas, até 35 m de altura, de espécies como a *Ficus sycomorus*, *Rauvolfia caffra* e *Syzygium guineense*. Também comuns são espécies lenhosas mais baixas, em particular a *Ficus capreifolia*, que ainda constitui extensas comunidades marginais em certos locais. Da planície aluvial propriamente dita, são comuns a *Trichilia emetic*, *Kigelia Africana* e *Acacia albida*. Os lagos sazonais, que são comuns na planície aluvial, em particular no sector Norte da região, estão geralmente rodeados de comunidades arvenses de *Acacia xathophloea*, sob as quais existem, normalmente, densos tapetes de gramíneas estoloníferas de géneros como *Cynodon*, *Sporobolus* e *Digitaria*.

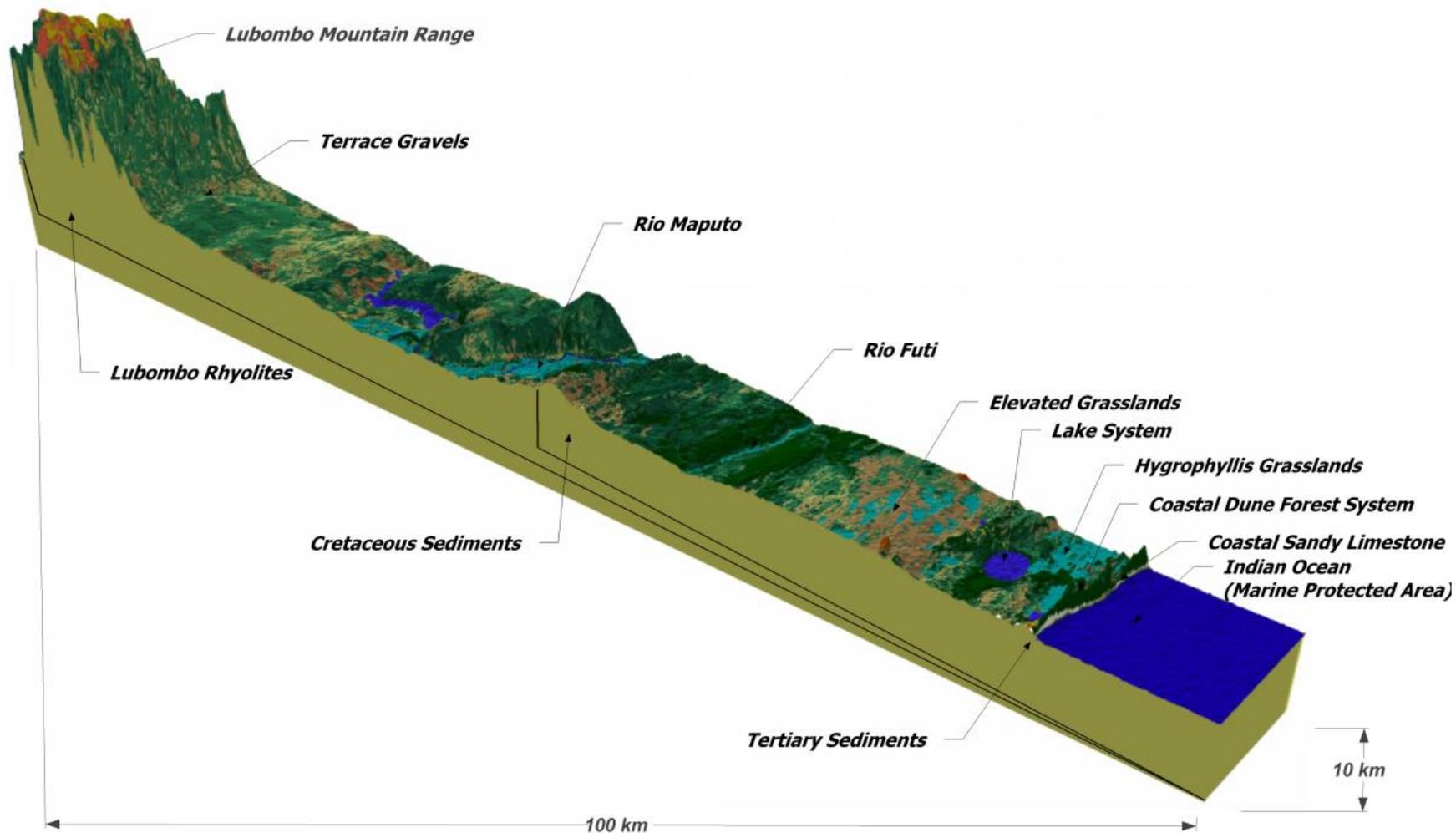
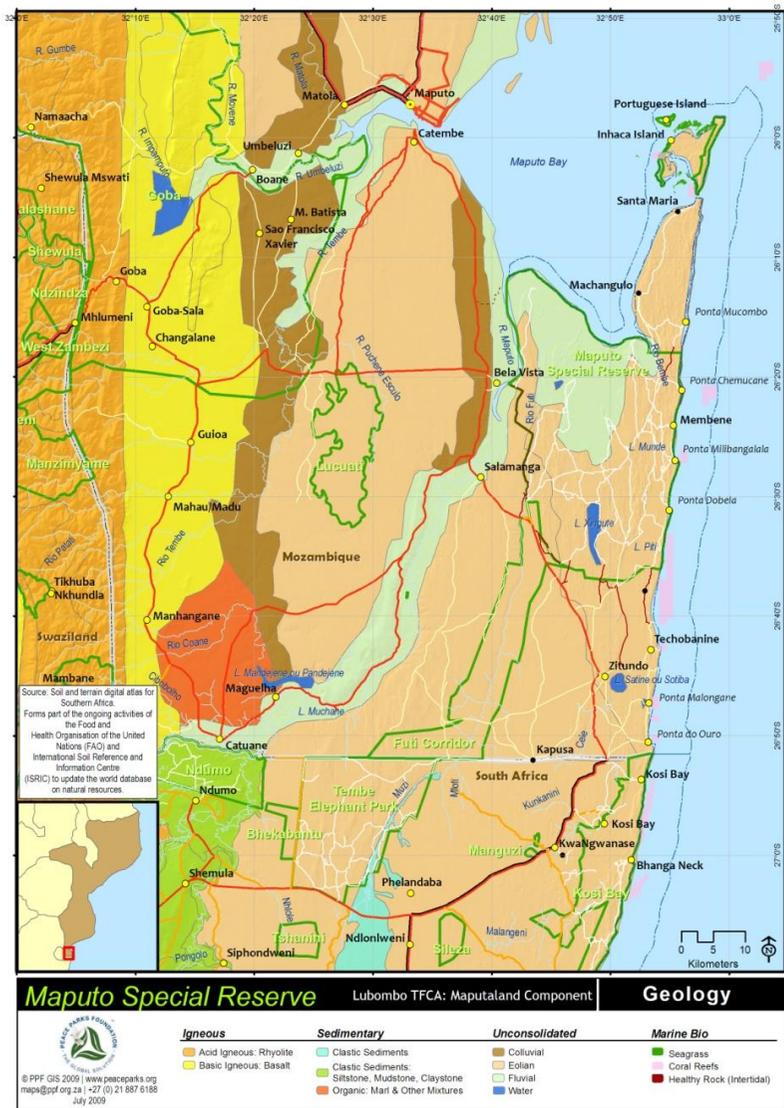


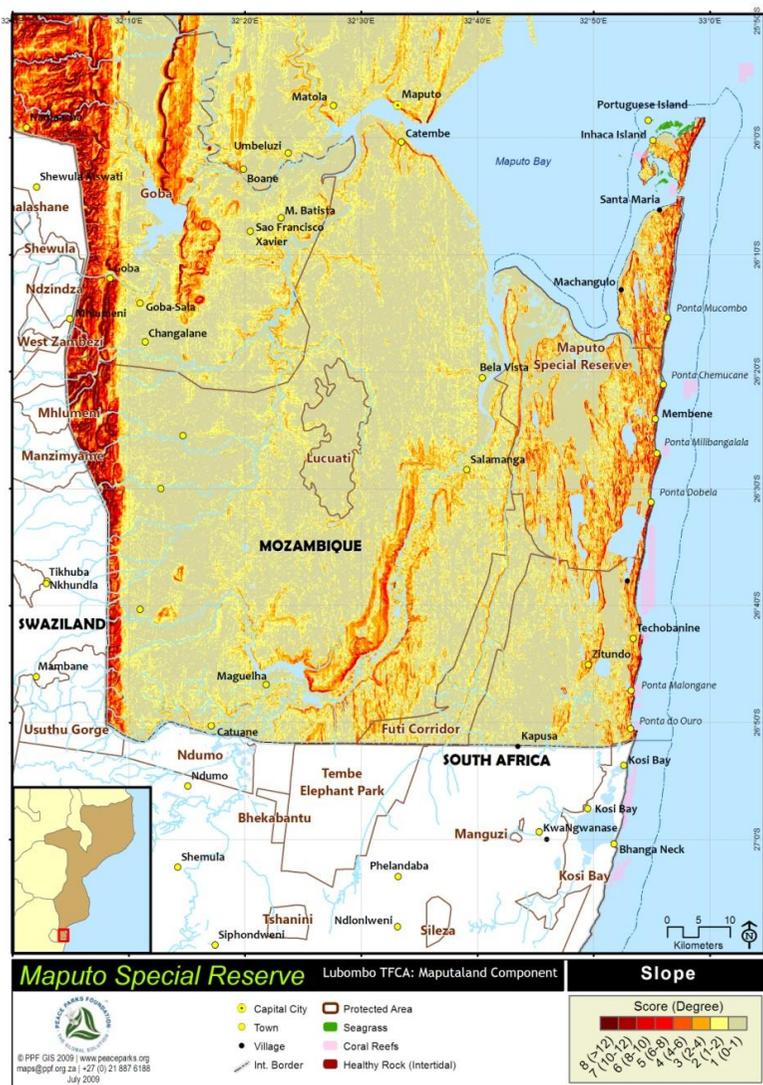
Figura 3: Perfil do relevo dos Libombos



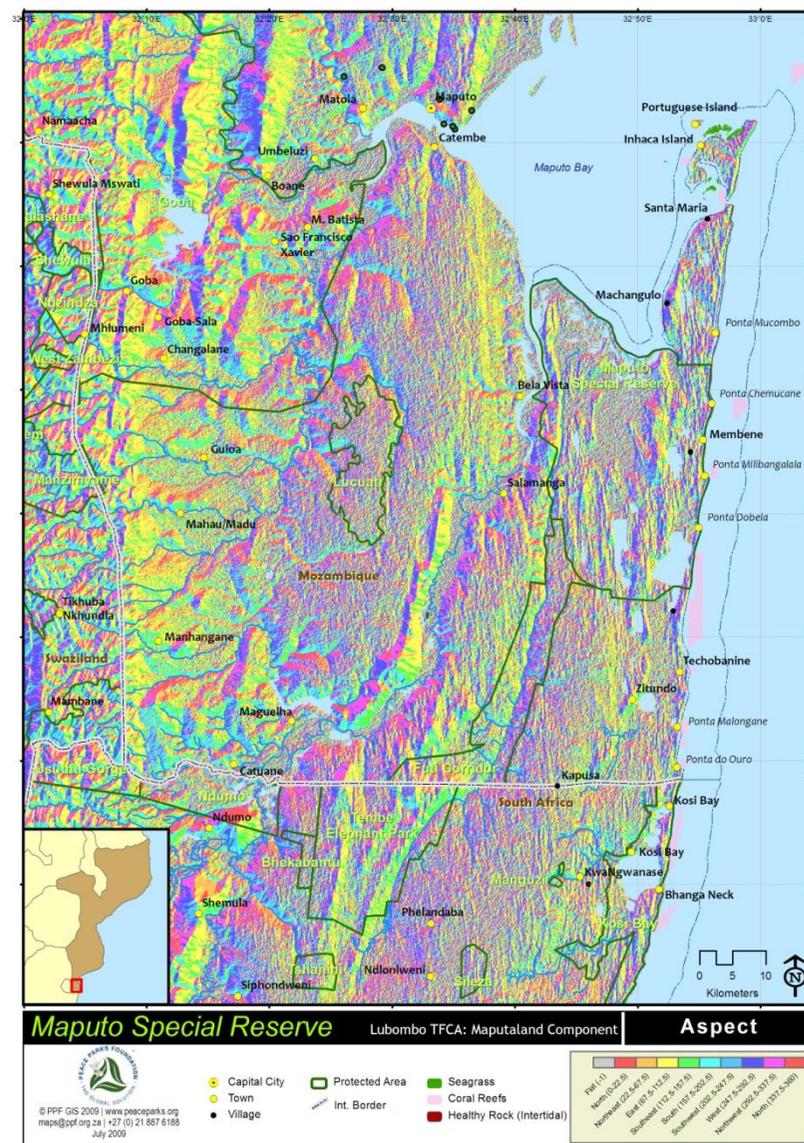
Mapa 11: Geologia



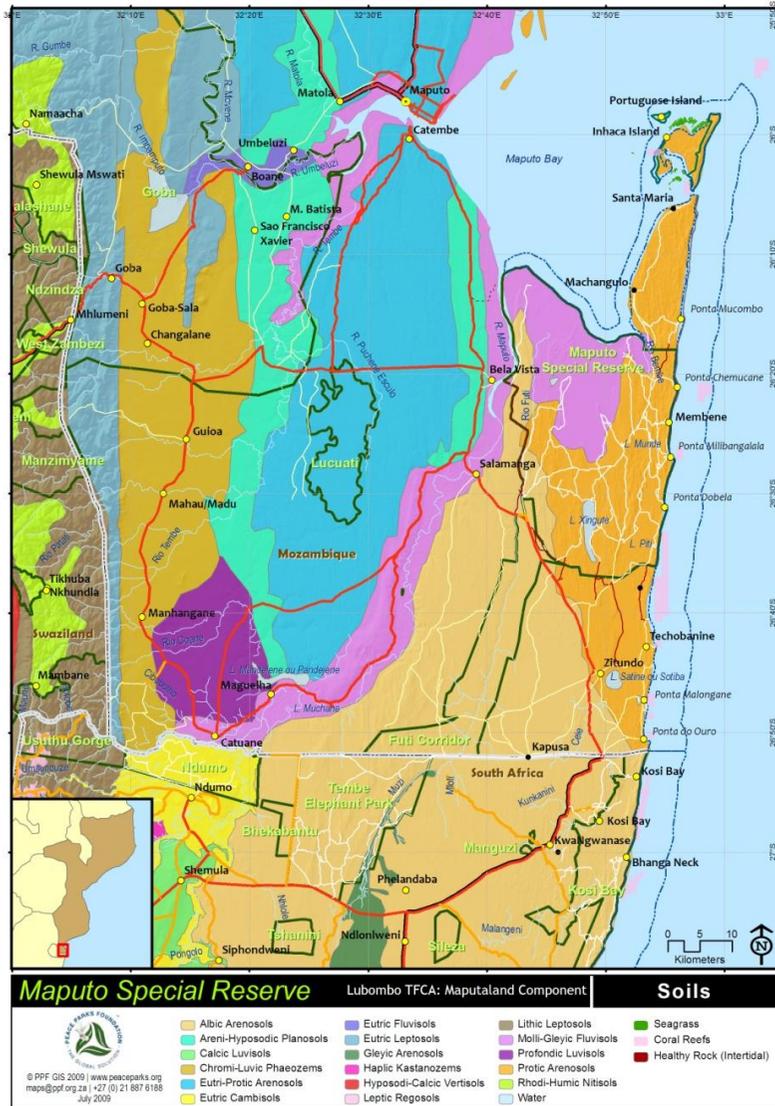
Mapa 12: Elevação



Mapa 11: Declive

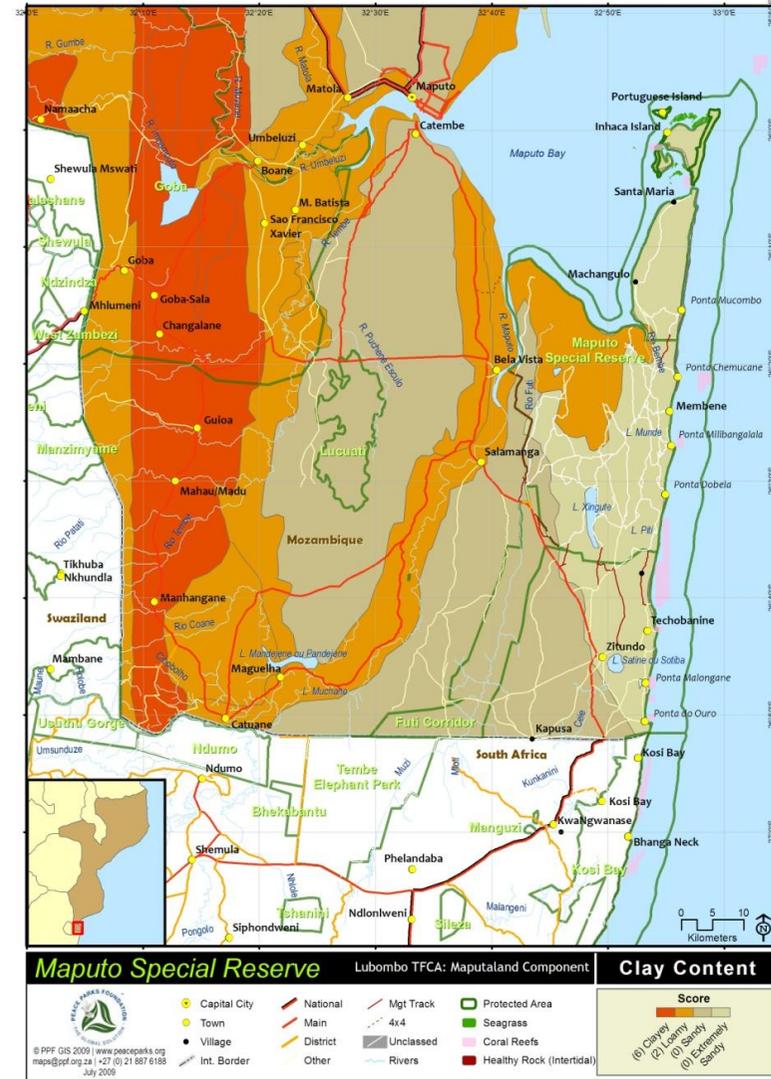


Mapa 12: Aspecto

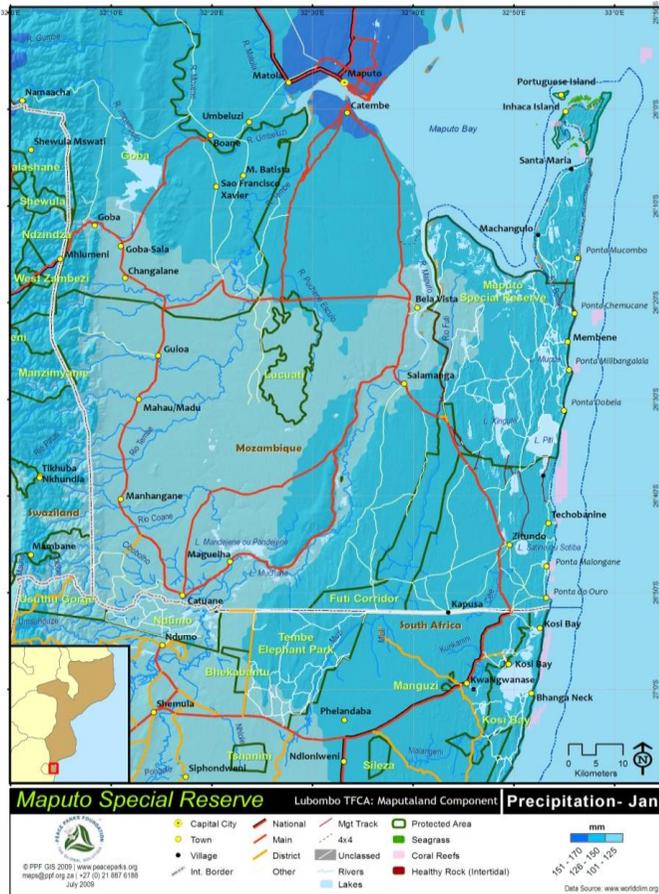


Mapa 15: Solos

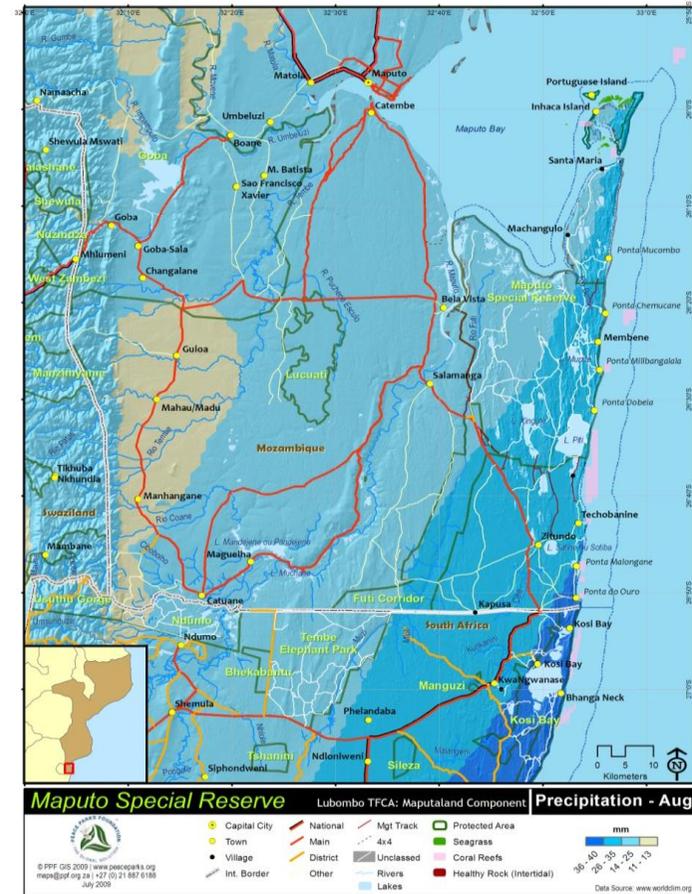
Map13:Solos



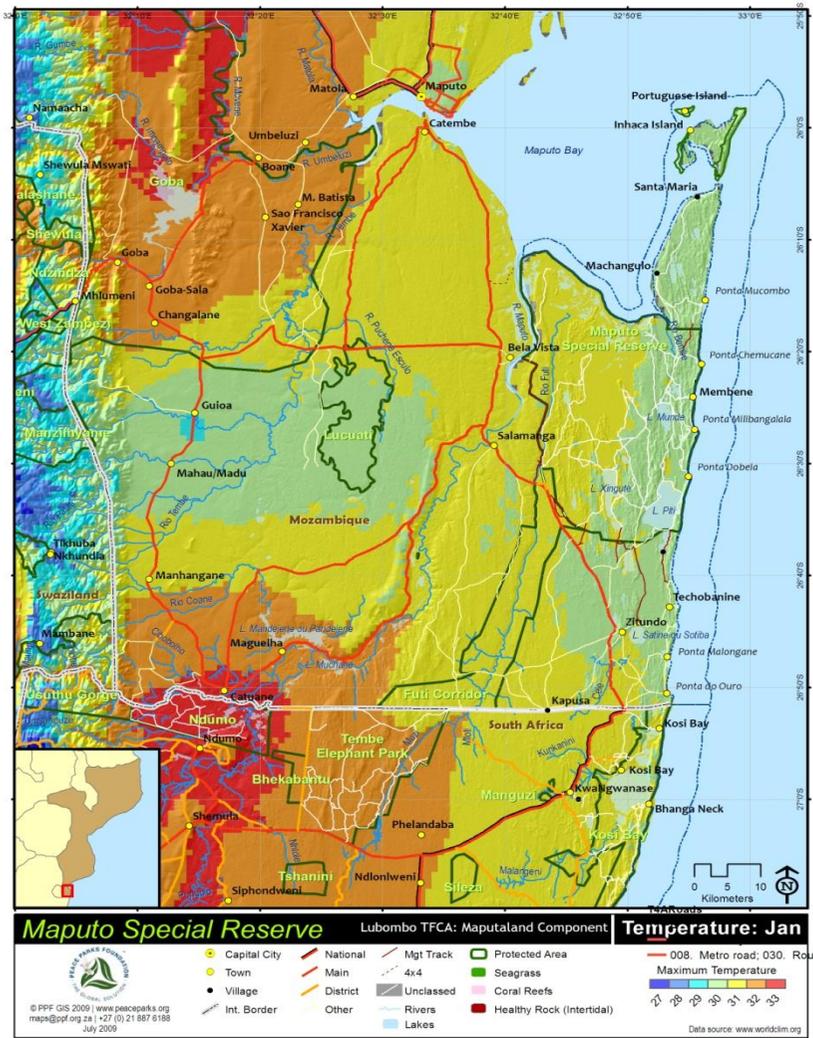
Mapa 14: Tipo de solos



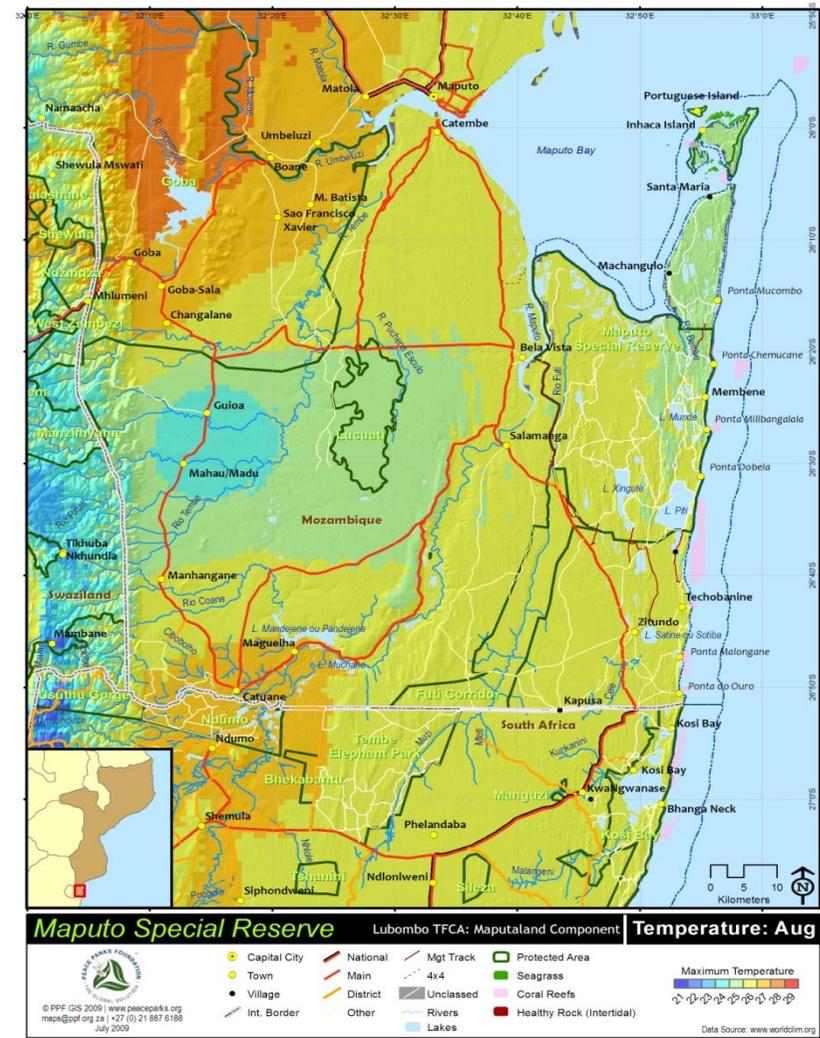
Mapa: 17 Precipitação (Janeiro)



Mapa 15: Precipitação (Agosto)



Mapa 16: Temperatura (Janeiro)



Mapa 17: Temperatura (Agosto)



Mapa 18: Hidrologia



Figura 4: Planície da REM



Figura 5: Lagoa no interior da REM

2.1.7 Habitats

2.1.7.1 Vegetação

A vegetação da REM (ver Mapas 22 e 23) é caracterizada por um mosaico único de ecossistemas variados, compreendendo:

- **Mangais:** Predominantes compostos por *Avicennia marina* e *Rhizophora mucronata*
- **Vegetação dunar:** composta por espécies pioneiras como *Scaevola plumieri*, *Ipomoea pes-caprae* e *Canavalia rosea*;
- **Prados Arborizados:** Estes suportam espécies como *Sideroxylon inerme*, *Diospyros rotundifolia*, *Mimusops caffra*, *Cyperus compactus* e *Monanthes caffra*;
- **Mosaicos de Floresta de Savana/Bosques:** Compostos por *Themeda triandra*, *Cynodon dactylon*, *Sporobolus virginicus* e *Dactyloctenium aegyptium*. Algumas destas matas em mosaico ficam alagadas na estação chuvosa;
- **Floresta de Savana:** dominada por *Ochna natalitia*, *Mimusops caffra*, *Euclea natalensis*, *Psydrax locuples*, *Azelia quanzensis* e *Dialium schlechterii*;
- **Savana:** áreas relativamente abertas dominadas por espécies como *Strychnos madagascariensis*, *Strychnos spinosa*, *Dichrostachys cinerea*, *Garcinia livingstonei*, *Vangueria infausta*, *Syzygium cordatum*, *Sclerocarya birrea*, *Azelia quanzensis* e *Terminalia sericea*;
- **Vegetação Ripícola do Futi:** dominada por *Phragmites australis*, *Juncus kraussii* e *Cyperus compactus*. Nalguns casos, entre esta vegetação podem encontrar-se penetrações insulares de arbustos como *Ficus sycomorus*, *Syzygium cordatum*, *Kigelia africana*, *Helichrysum kraussii* e *Panicum maximum*.
- **Florestas Artificiais de Eucalipto:** invasões na vegetação natural da REM.

2.1.7.2 Habitats e Fauna Bravia Associada

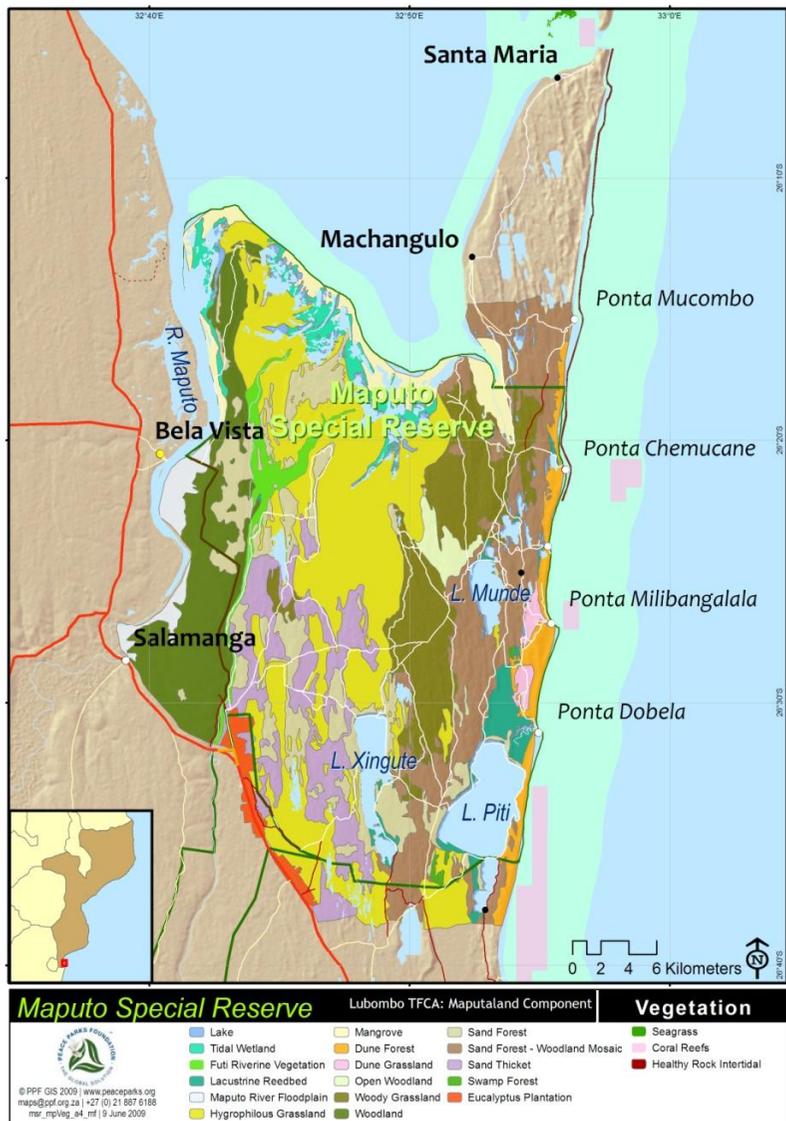
A vegetação, topografia e geologia da REM criam habitats terrestres específicos com espécies de fauna bravia associada (ver Mapa 24), nomeadamente:

- **Lagoas:** Hipopótamo, Crocodilo, Aves migratórias
- **Vegetação do Futi/Ripícola:** Chango, Elefante
- **Caniçais Lacustres:** Changos
- **Planície Aluvial do Rio Maputo:** A ecologia do Rio Maputo é mal conhecida no seu curso pela REM. Pensa-se que o estuário seja uma área de alimentação importante para camarões e peixes juvenis, que estão, provavelmente, a ser alvo de sobrepeca. O rio tem um grande potencial turístico. Estão previstos vários empreendimentos neste troço e a montante, que poderão ter impactos na REM.
- **Prados Higrófilos:** como o Vale do Futi, importantes para a fauna bravia e para as populações humanas vizinhas. O seu valor reside, primariamente, no facto de permanecerem sempre húmidas, oferecendo água e pastagens (para animais domésticos e selvagens) até tarde na estação seca. Devido à sua humidade, estas terras são também procuradas para a agricultura. É aqui que reside a ameaça, pois a grande devastação da densa cobertura vegetal de *Phragmites* e *Cyperus* irá secar a terra.
- **Mangais:** Estes desempenham um papel extremamente importante no processo geomórfico costeiro, pela estabilização dos sedimentos. Os mangais são também muito importantes como zonas de reprodução e alimentação de peixes e camarões. Nestas áreas podem encontrar-se Caranguejos e Camarões.
- **Floresta Dunar:** Importante para Aves, Cobras e Elefantes. Este tipo de floresta é, em certos locais, muito estreita, e quebras nessas faixas podem ter implicações na livre transferência de material genético entre espécies menos móveis, como, por exemplo, espécies de plantas cujas sementes que não se dispersem para longe e espécies de pequenos animais que não possam atravessar hiatos de floresta.
- **Prado Dunar:** Na extremidade oriental do campo de palmeiras, estas tornam-se mais esparsas e este campo transforma-se gradualmente em prado aberto. Este tipo de prado é bastante misturado, comumente com *Themeda*, *Tristachya*, *Trachypogon*, *Aristida* e muitas mais. Nas depressões, *Hemarthria*, *Ischaemum* e *Paspalum* são os géneros mais comuns. As espécies em causa são rizomatosas ou estoloníferas.
- **Bosque aberto:** Inhala, Imbabala, Elefante

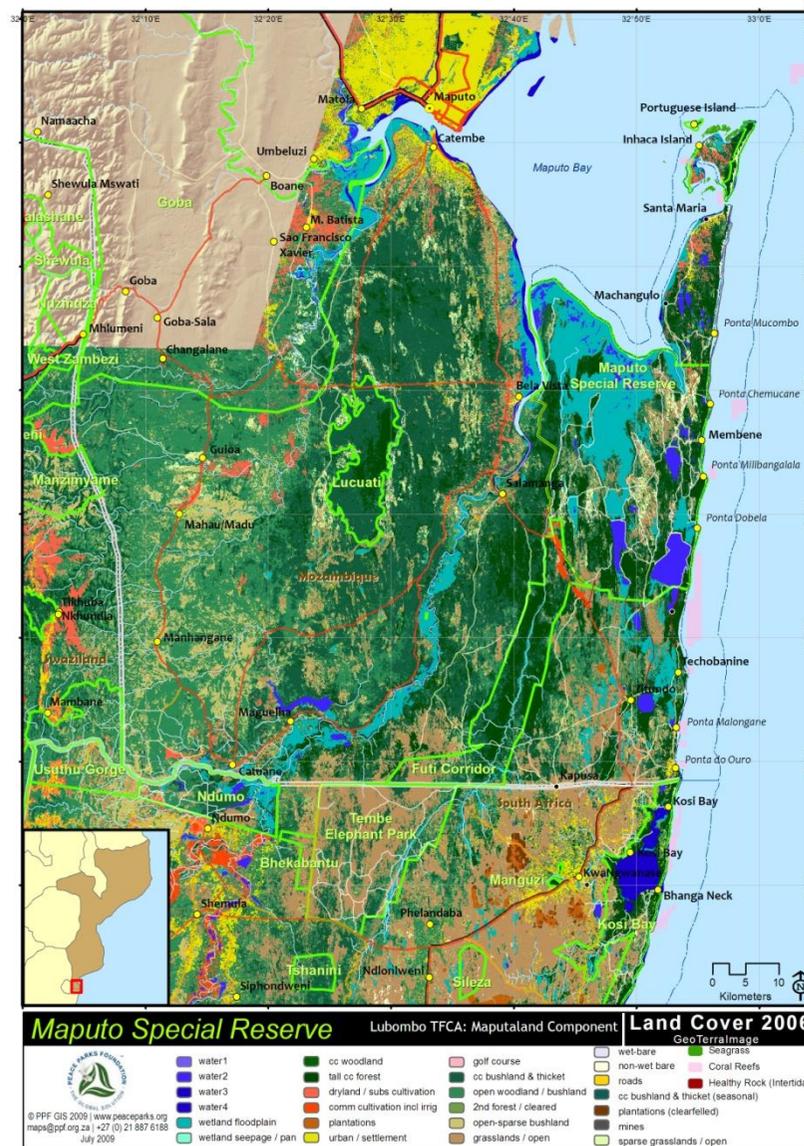
- *Prado Arborizado*: Porco-do-mato, Cabrito-vermelho e Cabrito-cinzentos, Chipenhe, Mabeco
- *Floresta de Savana*: tem Chengane, Macaco-de-cara-preta. A vegetação mapeada como floresta de savana é, na realidade, um mosaico de floresta de savana numa matriz de bosque aberto, com sub-bosque gramíneo bastante desenvolvido. A floresta de savana propriamente dita é um tipo de vegetação muito interessante e único, rico em lenhosas. O coberto da floresta varia, mas situa-se, normalmente, entre os 10 e 25 m de altura. As espécies de árvores mais comuns e abundantes são *Newtonia hildebrandtii*, *Cleistanthus schlechteri*, *Hymenocadia ulmoides*, *Balanites maughamii*, *Ptaeroxylon obliquum*, *Dialium schlecht*, *Erythropholeum lasiantum* e *Cola microcarpa*. A floresta é muito densa, com numerosos arbustos lenhosos no subcoberto e espécies de árvores pequenas, e relativamente poucas ervas. Os fragmentos de floresta em si são bastante discretos.
- *Mosaico de Floresta de Savana/Bosques*: Este ocorre sobre os solos pesados negros ao longo dos Montes Libombos. Grande parte foi, em algum momento, cultivada, e as árvores que ocorrem comumente são *Acacia tortilis*, *Spirostachys Africana*, *Schotia brachypetala* e *Lonchocarpus capassa*. São comuns as brenhas de *Dichrostachys cinerea*, *Euclea spp.* e pequenas *Acacia spp.* Não existe um sub-bosque bem desenvolvido e, onde ocorrem, as ervas são de géneros cespitosos como *Eragrostis*, *Aristida*, *Bothriochloa* e *Sporobolus*. Nesta vegetação ocorrem o Cabrito-cinzentos, o Cabrito-vermelho e o Chacal.
- *Brenha arenosa*: é habitada principalmente por Cabritos e Perdizes. Em certos locais de topografia particularmente plana e com solos mal drenados, desenvolve-se uma densa vegetação de brenha. Esta vegetação é particularmente densa e, nos locais onde tem sido parcialmente protegida, é quase impenetrável. A brenha não é particularmente alta, variando entre os 2 e os 5 m de altura, mas tem muitas espécies, sendo as mais características, possivelmente, *Acacia grandicornuta*, *Gardenia cornuta*, *Euphorbia grandicornis* e *Papea capensis*.
- *Floresta Pantanosa*: Este tipo de habitats é raro e constituem a prioridade máxima em termos de conservação. A boa floresta pantanosa tem um coberto fechado a cerca de 15 a 25 m de altura e entre as suas espécies mais abundantes encontram-se *Ficus trichpoda*, *Syzgium cordatum*, *Raphia australis*, *Voacanga thoarsii*, *Rauvolfia caffra* e *Podocarpus falcatus*. As pteridófitas trepadoras são características deste tipo de floresta.
- *Plantação de Eucaliptos*: Porco-espinho e Aves.



Figura 6: Avifauna nas Lagoas da REM



Mapa 19: Vegetação da REM



Mapa 20: Cobertura Florestal 2006

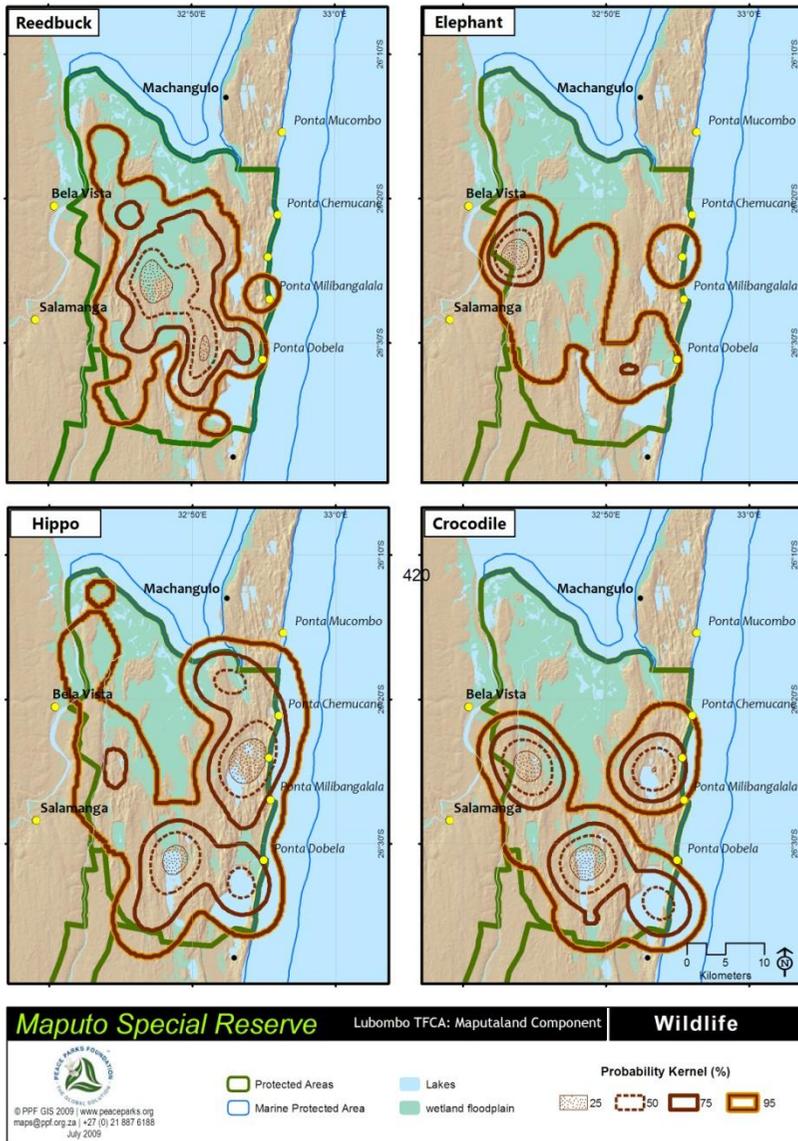


Figura 7: Elefantes na REM



Figura 8: Hippo, Lagoa Xingute

Mapa 21: Fauna bravia

2.2 AMBIENTE CULTURAL

Apesar da ocorrência de alguns povoados dentro da REM, a principal esfera de influência cultural ocorre em torno de Bela Vista, Salamanga, Machangulo, Zitundo e na porção entre Techobanine e Ponta do Ouro (ver Mapa 25).



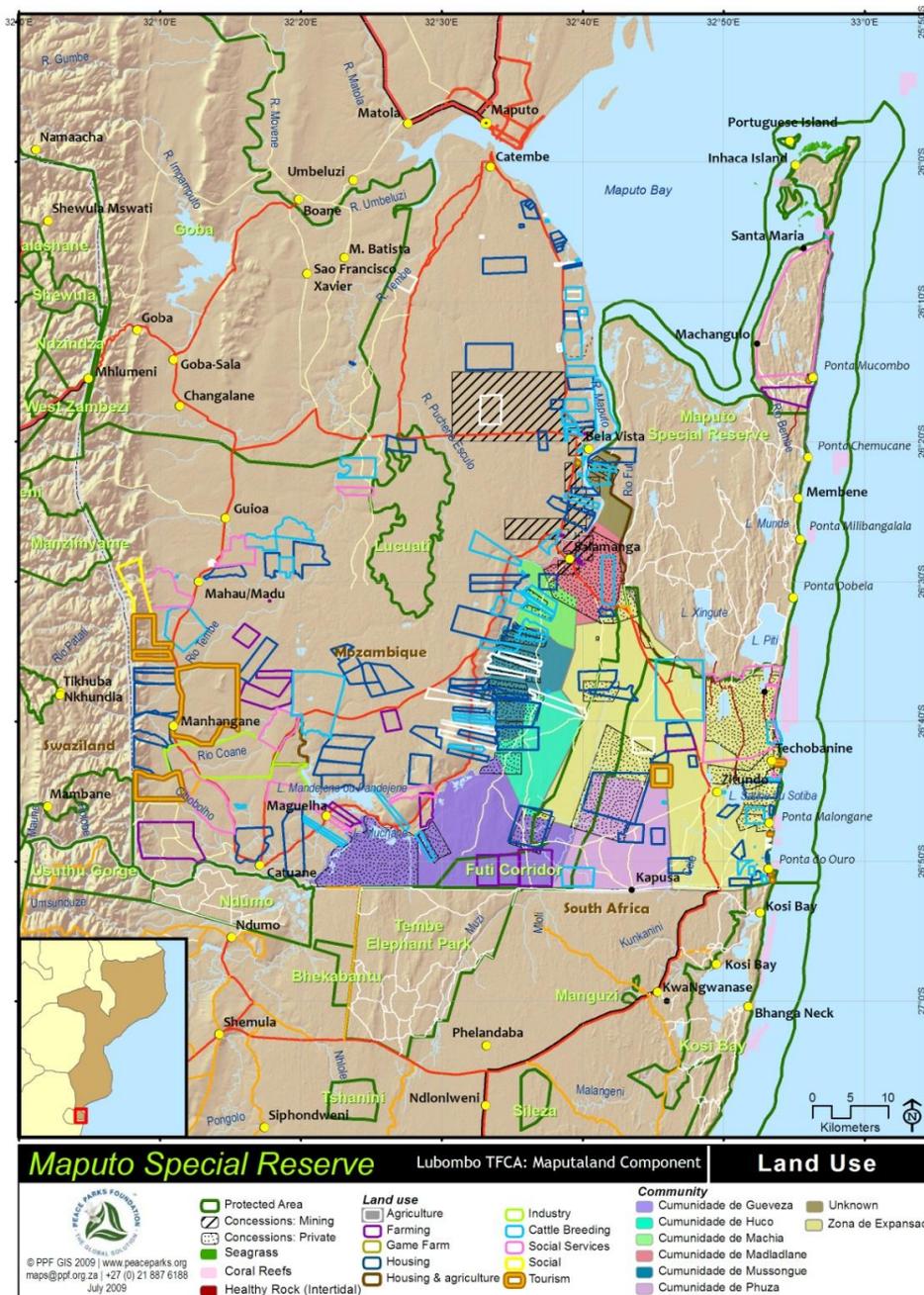
Mapa 22: Paisagem Cultural e Patrimonial

2.3 AMBIENTE DE USO DA TERRA E ESTRUTURA FUNDIÁRIA

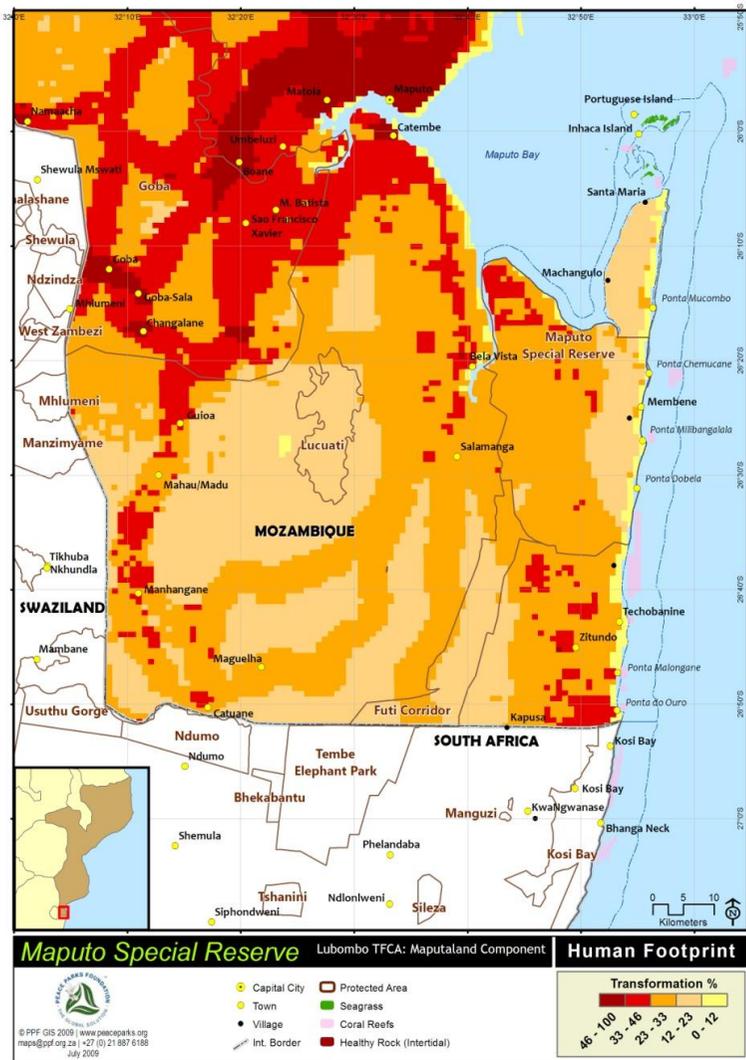
2.3.1 Padrões Actuais de Uso da Terra e Estrutura Fundiária

A área em torno da REM apresenta uma diversidade de usos da terra, sendo a agricultura, produção animal (gado e caça), turismo, comércio e habitação (ver Mapa 26) praticadas pelas várias comunidades e concessionários. A maior parte destas actividades ocorrem ao longo do Rio Maputo, mas também ao longo da estrada Ponta do Ouro/Salamanga, com algumas iniciativas habitacionais próximas de áreas turísticas importantes como a Ponta do Ouro e a Ponta Malongane, como indicado nos mapas da Pegada Humana (ver Mapas 28 e 29). Estes mapas indicam ainda um impacto relativamente elevado dentro da Reserva e na Foz do Rio Maputo. Tornam também evidente o impacto das estradas no meio ambiente.

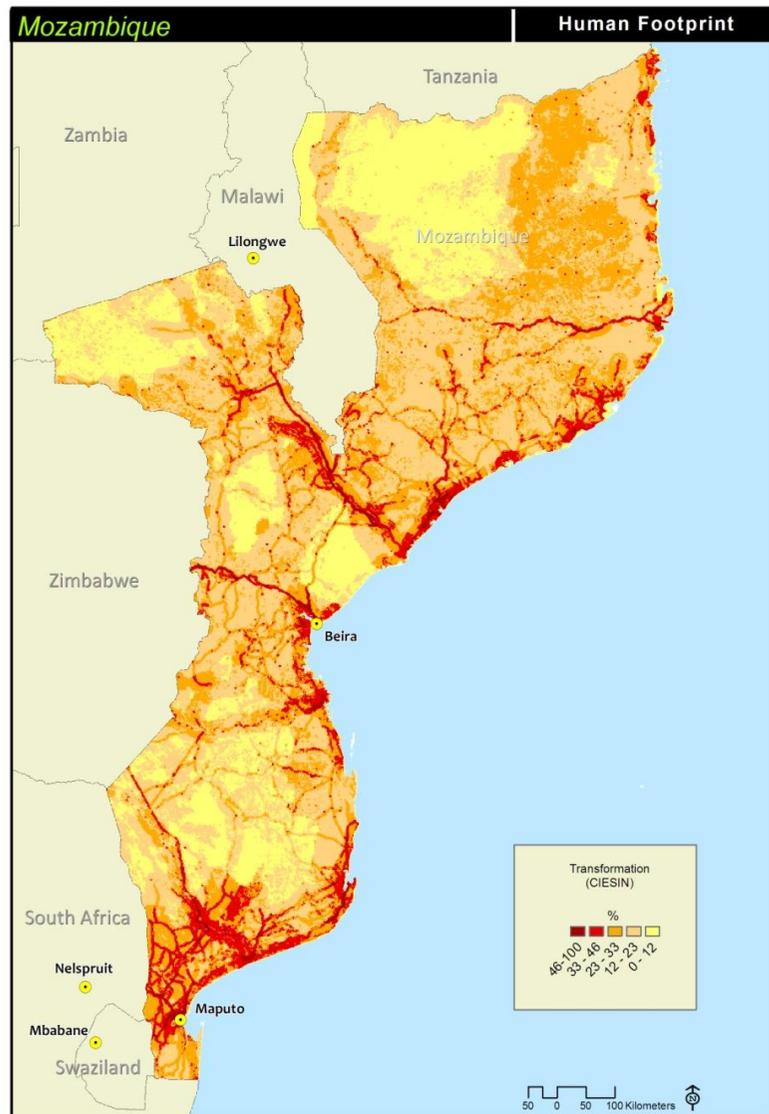
Mapa 23: Uso da Terra



Mapa 24: Uso da Terra



Mapa 25: Pegada Humana



Mapa 26: Pegada humana – Transformação (CIESIN)

2.4 AMBIENTE SOCIAL

2.4.1 Demografia

Demograficamente, a Província de Maputo é composta, na sua maioria, pelo grupo étnico Tsonga. Este grupo compreende Changanas, Bitongas, Chopes, Mátsuas e Rongas, sendo os últimos nativos da parte meridional da Província. O grupo linguístico Ronga está predominantemente distribuído pelos Distritos de Manhiça, Marracuene e Matutuine. A população do Distrito de Matutuine está estimada em 37 239 habitantes, segundo o recenseamento de população de 2007, com uma densidade populacional de 10 habitantes por km² (ver Mapa 29).

2.5 AMBIENTE DE GOVERNAÇÃO

2.5.1 Estruturas de Governo

O Governo Regional estabeleceu laços ao nível da SADC no sector da fauna bravia. A REM faz parte do Centro de Endemismo de Plantas de Maputulândia, com importante valor regional no seio da Área de Conservação Transfronteiriça de Lubombo. Moçambique é composto por onze províncias e 123 distritos, sendo que a Reserva Especial de Maputo se encontra no Distrito de Matutuine (ver Mapa 30).

O Comité Ministerial Trilateral dos três países reúne-se duas vezes por ano, para direccionar e monitorar o progresso relativo à ACTF. Uma Comissão Trilateral reunir-se-á pelo menos três vezes por ano para monitorar o progresso e assessorar o Comité Ministerial. A Comissão Trilateral, em conformidade com os requisitos do protocolo da ACTF, criou e nomeou Grupos de Trabalho para assessoria técnica, para tratarem do desenvolvimento e implementação das diversas prioridades e planos de maneio da ACTF, de acordo com a identificação dos grupos de trabalho.

Para implementar a REM, o Ministério do Turismo criou a DNAC, responsável por gerir a área. Assim, a DNAC nomeou um Director da REM, responsável pela operação quotidiana da reserva, que reporta ao Director Nacional (ver Figura 8).

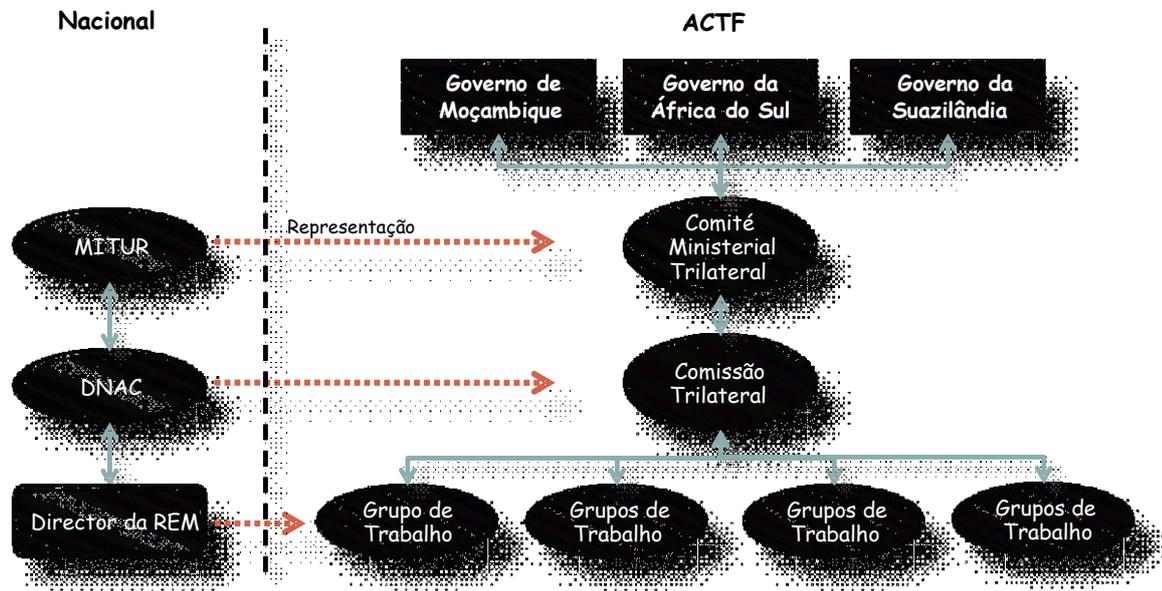


Figura 9: Organização Institucional da Área Transfronteiriça de Conservação de Lubombo

2.5.2 Organização Administrativa Actual da ACTF

Os governos de Moçambique, África do Sul e Suazilândia colocaram o alívio da pobreza no topo das respectivas estratégias nacionais e internacionais, e reconhecem também a necessidade do desenvolvimento económico local. Tal desenvolvimento deverá estar baseado no uso sustentável dos recursos naturais. Devido ao grande potencial do turismo nesta área, o desenvolvimento do ecoturismo é uma estratégia fundamental para o desenvolvimento da *área/região*. No Sistema de Planificação da Conservação de Maputolândia, o lançamento da ACTFL, em 2000, foi considerado essencial para o processo de desenvolvimento da região: *"a ACTF de Lubombo está totalmente inserida no centro de endemismo de Maputolândia, e pretende ser um veículo de conservação e uso sustentável dos recursos biológicos e culturais, simultaneamente promovendo a paz, cooperação e desenvolvimento socioeconómico regional"*.

A Comissão da ACTFL foi formalmente criada com a assinatura do Protocolo Geral da Área de Conservação e Recursos entre os governos da República da África do Sul, República de Moçambique e Reino da Suazilândia, a 22 de Junho de 2000. Esta estabeleceu o Comité Ministerial trilateral e os seus grupos de trabalho (ver Figura 8).

O Protocolo Geral da Área de Conservação e Recursos Usuthu-Tembi-Futi e o Protocolo Geral da Área de Conservação e Recursos da Ponta do Ouro-Kosi Bay, foram também assinados entre os governos da República da África do Sul e Moçambique.

Os principais objectivos da ACTFL são:

Em primeiro lugar:

- obter rendimentos económicos na área, provenientes do turismo e actividades associadas, salvaguardando a sua integridade ecológica, e promover o desenvolvimento socioeconómico da Área, em benefício de todas as Partes e em conformidade com os Objectivos da ACTF, e desenvolver, publicitar e promover a ACTF com esse fim;
- tratar das necessidades e aspirações das comunidades locais garantindo a sua participação directa e/ou propriedade e/ou derivação de benefícios de programas e iniciativas realizadas na Área e encorajando-as ou emancipando-as para que o façam de todas as formas possíveis e adequadas;
- incorporar, dentro dos regimes de maneio adequados à Área, um vasto espectro de actividades humanas compatíveis com a protecção e gestão dos ecossistemas terrestres e aquáticos na Área;

Em segundo lugar:

- proteger espécies e populações da Área exauridas, ameaçadas, raras ou em perigo e, em particular, preservar os habitats da Área;
- manter os processos ecológicos que caracterizam a Área e proteger a integridade da estrutura e funções do ecossistema na Área;
- evitar que actividades externas afectem negativamente a Área identificando essas ameaças e tomando as medidas necessárias para as eliminar ou mitigar;

Em terceiro lugar:

- preservar, proteger e gerir todos os locais históricos e culturais e os valores estéticos naturais de zonas terrestres e aquáticas na Área, para as gerações actuais e futuras;
- facilitar a interpretação dos ecossistemas terrestres e aquáticos na Área para fins de conservação, educação e turismo;
- prover no sentido da pesquisa e formação, e da monitoria dos efeitos ambientais da actividade humana na Área ou próximo dela, incluindo efeitos directos e indirectos de desenvolvimentos e usos da terra adjacentes;

Em quarto lugar:

- fazer uso pleno das oportunidades e vantagens oferecidas pela natureza transnacional da Área e usar essa característica no seu efeito máximo para a realização destes objectivos;
- promover a cooperação transfronteiriça e a interacção entre as Partes, a todos os níveis, incluindo comunidades locais, sector privado, organizações não governamentais e instituições governamentais;
- tente resolver todos os problemas específicos na Área mas exclusivamente da jurisdição de qualquer uma das Partes, que possam ter impacto nestes objectivos;
- pesquisar opções para a facilitação de movimentos transfronteiriços.

A ACTF desempenha um papel de religação de áreas naturais protegidas fragmentadas na região. O Corredor de Futi cria uma ligação ecológica entre o Parque de elefantes Tembe e a REM.

As iniciativas da ACTF são consideradas como um catalisador que pode atrair novos desenvolvimentos e investimentos para a zona, incidindo em desenvolvimentos centrados nos recursos naturais abundantes e na riqueza dos recursos culturais. De uma perspectiva de planificação, é fundamental que sejam elaborados planos de zonamento de uso da terra para a região que mostrem as áreas ricas em biodiversidade, áreas de assentamento, vilas e aldeias, e as infra-estruturas existentes em termos de estradas, linhas de electricidade, comunicações, clínicas, escolas, etc. Seria, então, dentro de um tal quadro de zonamento que as oportunidades e prioridades de desenvolvimento futuro seriam sistematicamente identificadas e seleccionadas.

Existe um potencial considerável de expansão das áreas protegidas existentes e de criação de outras novas. Esta acção melhoraria e reforçaria a sua sustentabilidade ecológica. Será necessária uma cuidadosa ponderação quanto à implementação de um programa de reintrodução de animais, em particular de espécies como leão, rinoceronte e búfalo. A rede de áreas protegidas e de recursos geridos (incluindo recursos pesqueiros) por pessoal de conservação habilitado e competente constituiria a base de recursos para o desenvolvimento do turismo, através do investimento do sector privado e público/governo, promoção e participação comunitária. São boas as perspectivas de melhorias consideráveis nos modos de vida das pessoas da região através da criação de novos postos de trabalho e empreendimentos (por exemplo, manufactura de artesanato, operação de alojamentos turísticos, comercialização de produtos agrícolas, provisão de guias qualificados para os visitantes, etc.), e do desenvolvimento de capacidades em gestão da conservação, turismo e hotelaria.

O que é considerado importante é que as ligações (biodiversidade, infra-estruturais e de comunicação) através da fronteira internacional sejam promovidas e postas em prática, no interesse da realização dos objectivos de desenvolvimento e sustentabilidade do Protocolo da ACTF.

O Protocolo da ACTF é também reconhecido como tendo potencial para garantir relações cooperativas e pacíficas entre os dois lados da fronteira, permitindo a resolução de disputas à medida que as estruturas institucionais sejam reforçadas.

Para permitir a formulação de projectos específicos de conservação da biodiversidade e de desenvolvimento económico local, é necessário um quadro global de planificação. O actual Plano de Maneio pretende constituir esse quadro.

As ACTF constituem um novo paradigma de conservação, trabalhando para promoção da conservação da biodiversidade, desenvolvimento socioeconómico e relações pacíficas e cooperação regional. Tal tem diversas vantagens compreendendo, entre outras:

Vantagens ecológicas – a abordagem transfronteiriça ou regional tem importantes benefícios ecológicos, como:

- Consolidação da integridade dos sistemas naturais, particularmente dos que foram alterados pelo traçado arbitrário das fronteiras internacionais;
- Melhoria da protecção e gestão dos recursos naturais partilhados, como bacias hidrográficas e espécies de animais que exigem vastos domínios de habitat, como o elefante e os grandes carnívoros;
- Expansão da área disponível para espécies de plantas e animais, reduzindo assim o risco de perda de biodiversidade;
- Harmonização das políticas de uso da terra e das estratégias de Gestão dos Recursos Naturais, promovendo assim o desenvolvimento sustentável através das fronteiras internacionais.

Vantagens socioeconómicas – a abordagem regional à conservação da biodiversidade e desenvolvimento turístico terá os seguintes efeitos socioeconómicos positivos:

- Integração económica determinada pelo comércio transfronteiriço, desenvolvimento de "centros de ecoturismo" que dispersem turistas por uma área mais alargada, e programas de pacote que permitam aos turistas visitar mais do que um país numa só viagem;
- Rendimento directo para as famílias através de empregos em várias operações turísticas, com o efeito multiplicador criado pelo sistema de família alargada que é característico da maior parte das comunidades rurais da região;
- Emancipação económica das comunidades rurais através da criação de entidades legais ou fundos fiduciários, formação empresarial e criação de um ambiente de acção afirmativa para as comunidades rurais;
- Redução dos custos operacionais da aplicação da lei, marketing e monitoria através de actividades e programação conjuntas.

Vantagens organizativas – as ACTF desempenham um importante papel em:

- Construção de boas relações entre países parceiros devido ao seu esforço de cooperação num leque de actividades mutuamente benéficas;
- A maior colaboração e cooperação transfronteiriças, com distribuição geográfica equitativa das actividades económicas, reduzirá a migração económica e contribuirá para a promoção da paz e estabilidade na região;
- A provisão de benefícios sociais e económicos provenientes das actividades de desenvolvimento que, por sua vez, poderão ressumbrar até aos níveis da comunidade;
- Criação de uma gestão colaborativa mais forte entre as agências responsáveis pela gestão dos recursos naturais e da fauna bravia no seio da ACTF, nacional e regionalmente.

2.5.3 Quadro Jurídico

Embora a REM seja uma área protegida moçambicana, as iniciativas de conservação são de importância internacional e, sempre que possível, a legislação nacional deve estar alinhada e ser suportada pela legislação, políticas e procedimentos internacionais, regionais e sub-regionais.

Internacional:

- Agenda 21;
- Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES);
- Convenção sobre a Biodiversidade;
- Convenção sobre as Espécies Migratórias de Fauna Selvagem (embora Moçambique não seja signatário);
- Convenção sobre a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural;
- Convenção sobre os Cursos de Água;
- Convenção de Ramsar sobre Zonas Húmidas, 1971;
- Acordo de Durban, 2002;

Nível regional africano:

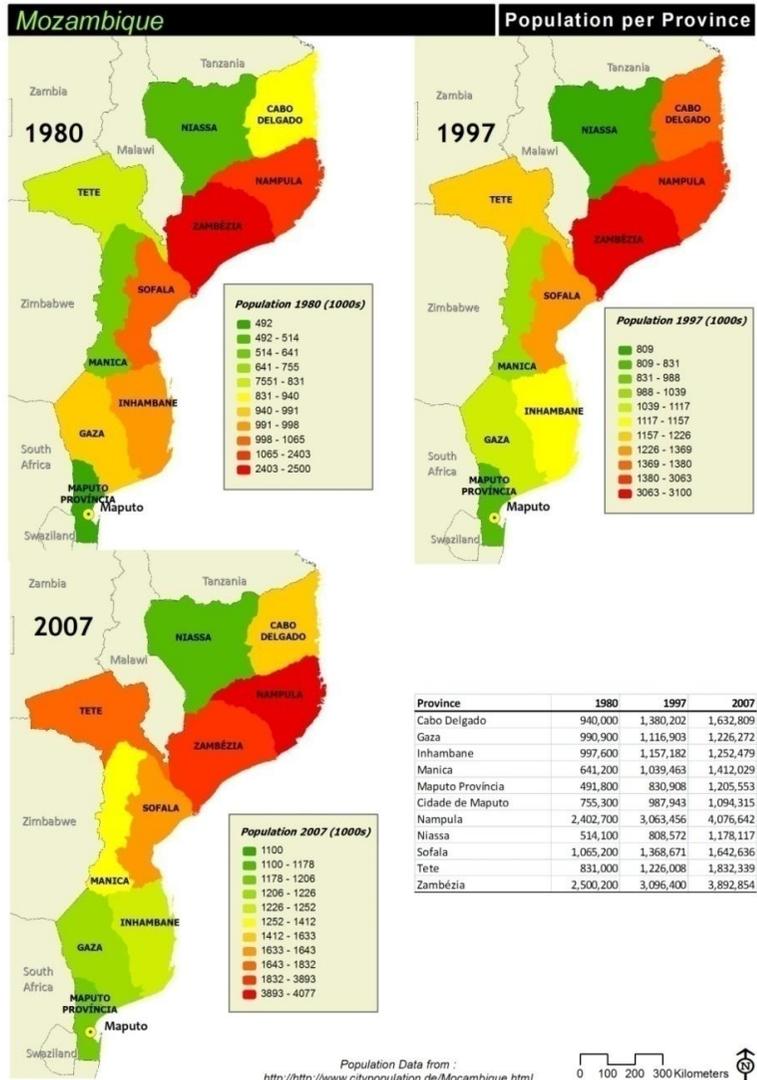
- Carta Africana (Banjul) dos Direitos Humanos e dos Povos;
- Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD);
- Convenção Africana para a Natureza;
- Convenção Africana sobre a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais;
- Tratado de Instituição da Comunidade Económica Africana;

Nível regional da SADC-

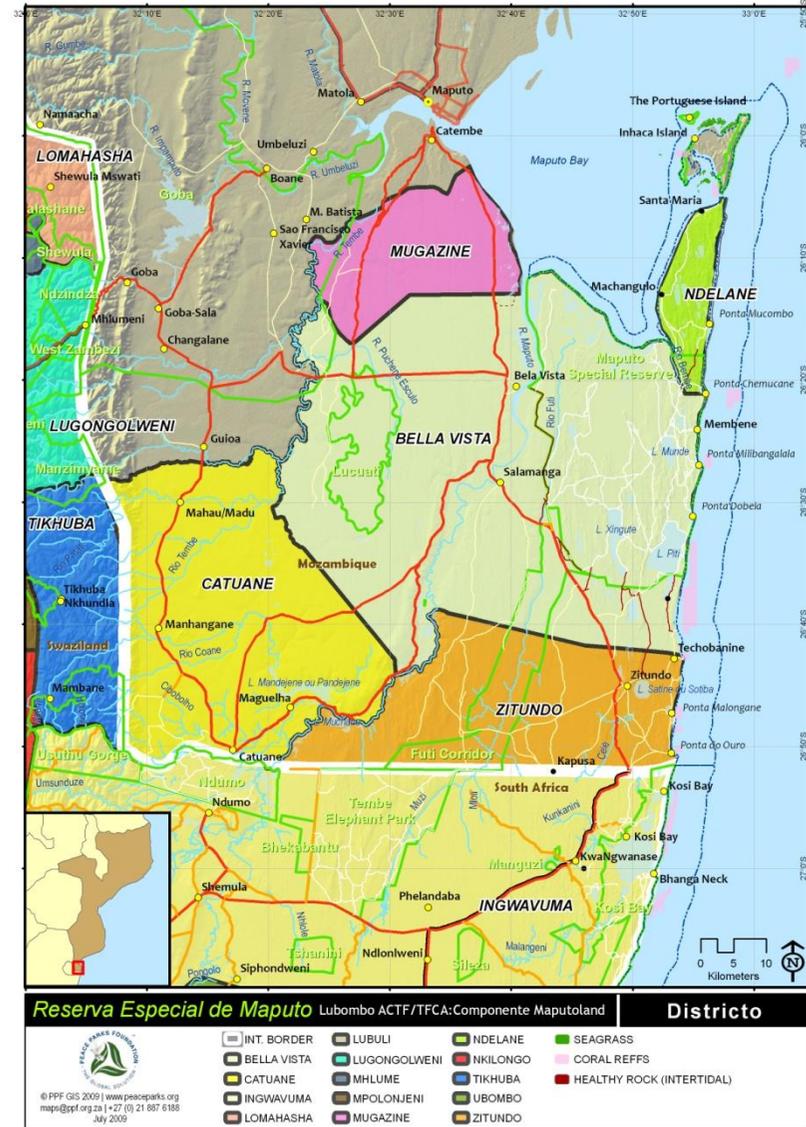
- Tratado da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral;
- Protocolo sobre a Conservação da Fauna Selvagem e Aplicação da Lei, de 1999;
- Protocolo Revisto da SADC sobre Recursos Hídricos Partilhados;

Nacional:

- Constituição de 1990;
- Lei do Ambiente N.º 30 de 1997;
- Lei das Florestas e Fauna Bravia, de 1999;
- Lei da Água, de 1991;
- Lei das Pescas 3/90;
- Lei da Terra 19/97.



Mapa 27: Distribuição de maiores aglomerados Populacionais



Mapa 28: Governação

CAPÍTULO 3. AS PESSOAS

3.1 PARTES INTERESSADAS E ACTORES

São várias as partes interessadas e os actores representando as diferentes comunidades de interesse que têm um papel importante a desempenhar para garantir o êxito da REM como área protegida. Entre estes contam-se:

- Gestores de Recursos;
- Empresas e outros Utentes;
- Utilizadores de Terra e outros Beneficiários;
- Governo (ver Figura 9).

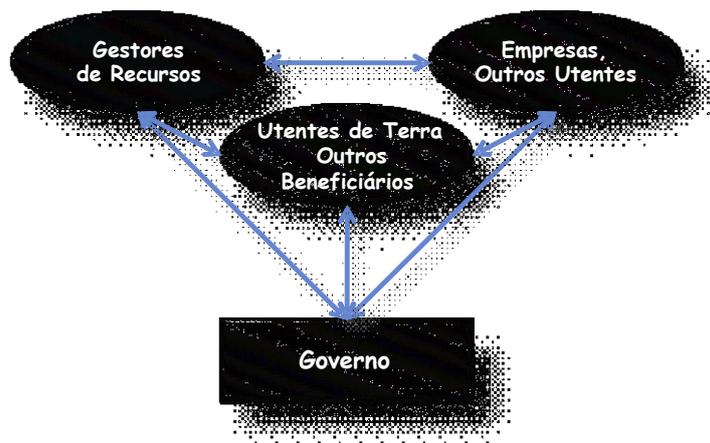


Figura 10: Comunidades de Interesse

3.1.1 Grupos de Interessados

3.1.1.1 Gestores de Recursos

Uma vez que a REM tem uma componente terrestre e outra marítima, a reserva tem quadros e pessoal para tratar de ambas e reportar ao Ministério ou Departamento pertinente do GM.

3.1.1.2 Beneficiários

No Distrito de Matutuíne existem outros intervenientes que lidam com o uso dos recursos naturais, desenvolvimento rural e serviços de apoio social, como sejam:

- LUPA (ex-Helvetas);
- Hluvuko (microcrédito);
- Geração Biz;
- FDC (Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade);
- Kutsemba (promoção de causas);
- Sekeleka (Cuidados domiciliários relacionados com HIV-SIDA);
- IPRUMO (prevenção de HIV-SIDA);
- Macassane;
- Projecto-Vida;
- Concern Universal (abertura de poços de água).

Igrejas:

- Católica;
- Presbiteriana;

- Assembleia de Deus;
- Visão Cristã;
- Velhos Apóstolos;
- Doze Apóstolos;
- Hindus;
- Muçulmanos.

A REM, incluindo a RMPP, afecta 24 comunidades, algumas das quais vivem dentro daquela, embora a maior parte resida ao longo dos limites da área protegida. O Mapa 31 mostra a localização das comunidades afectadas. Estas comunidades caem dentro de três regiões administrativas – Machangulo, Zitundo e Madjadjane (ver Figura 11). Serão incluídos mais detalhes sobre estas comunidades no *Plano de Acção Comunitária para a REM e a RMPP*.

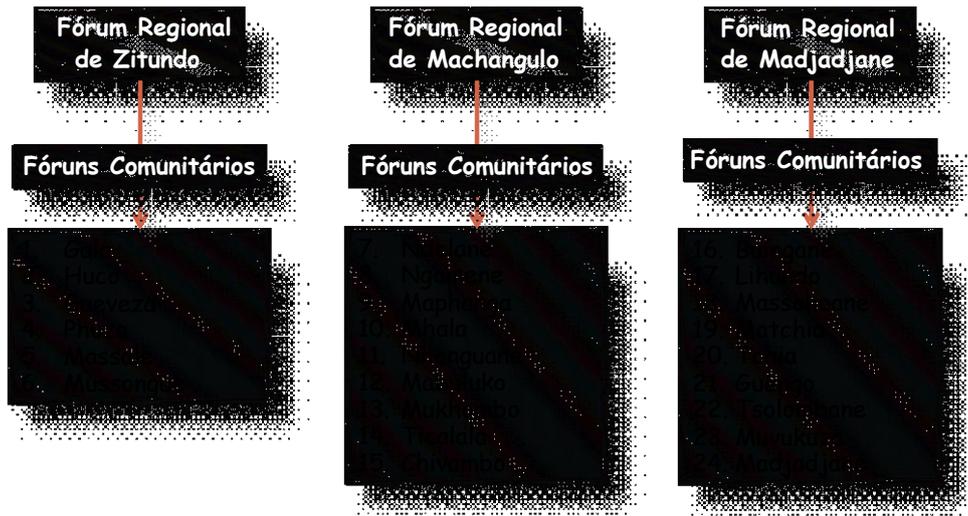


Figura 11: Comunidades Afectadas

3.1.1.3 Comunidade Empresarial

A área em torno da REM atrai um largo espectro de investidores e operadores, variando de grandes empresas multinacionais a pequenos empreendedores locais. Entre estes contam-se pescadores artesanais e grandes operadores turísticos e imobiliários que servem um mercado internacional, bem como um grande número de camponeses que tentam ganhar a vida através da agricultura e pecuária.

3.1.1.4 Governo

As Partes Interessadas a nível Nacional são:

- MITUR (Unidade de Conservação de Áreas Transfronteiriças – DNAC);
- Ministério da Agricultura;
- Ministério das Pescas;
- Ministério das Finanças;
- Ministério de Coordenação da Acção Ambiental;
- Ministério dos Transportes e Comunicações;
- Ministério das Obras Públicas e Habitação;
- Ministério da Planificação e Desenvolvimento;
- Ministério da Defesa;
- Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Partes Interessadas a nível Provincial:

- Agência para o Desenvolvimento da Costa dos Elefantes;
- Direcção Provincial da Indústria, Comércio e Turismo;
- Direcção Provincial de Agricultura;

- Direcção Provincial das Pescas;
- Direcção Provincial de Planificação e Finanças;
- Direcção Provincial de Coordenação Ambiental;
- Direcção Provincial de Transporte e Comunicações;
- Direcção Provincial das Obras Públicas e Habitação;
- Batalhão Independente de Boane;
- Direcção Provincial de Educação e Cultura.

As Partes Interessadas a nível Provincial são:

- Serviços Distritais das Actividades Económicas;
- Serviços Distritais de Planificação e Infra-estruturas;
- Serviços Distritais de Educação, Cultura, Juventude e Tecnologia.



Mapa 29: Localização das comunidades afectadas

CAPÍTULO 4. O PLANO

4.1 INTRODUÇÃO AO QUADRO DE MANEIO

Reconhecendo o diversificado leque de intervenções necessárias para conseguir materializar a visão e os objectivos gerais de gestão do Plano de Maneio, foram definidos objectivos específicos de gestão para cada uma das áreas fundamentais de acção.

Com base nos objectivos específicos de gestão, desenvolveram-se o fundamento e a estratégia que oferece as directrizes operacionais, assente nas políticas e quadro jurídico, com recomendações relativas aos requisitos necessários, e a projectos de acção que podem ser utilizados, como indicadores contra os quais aferir o êxito. Estas directrizes foram desenvolvidas para cada um dos objectivos específicos dentro dos objectivos gerais de gestão e áreas fundamentais de acção (ver Figura 12).

Os objectivos gerais para orientar a gestão são baseados em áreas fundamentais de acção (AFA), identificadas como essenciais para atingir uma sustentabilidade baseada nos princípios subjacentes ao ecoturismo. Neste modelo, é imperativo que seja atingido um equilíbrio harmonioso entre os recursos ambientais, naturais e culturais, as indústrias que utilizam esses recursos e as comunidades que os detêm.

Deve ser dada atenção aos três sectores simultaneamente ao mesmo tempo para que este equilíbrio delicado seja conseguido. Se um sector for negligenciado, será impossível manter o equilíbrio, o que irá exigir uma abordagem completamente nova à gestão de recursos que requerem uma metodologia integrada e alinhada.

Se o foco da gestão continua a ser a protecção dos recursos – como tem, historicamente, sido o caso no domínio da conservação – as comunidades e a indústria são negligenciadas, o que resulta no uso ilegal e descontrolado dos recursos disponíveis e dá origem uma espiral negativa que exigirá um enfoque crescente na protecção dos recursos. Não obstante, se a incidência for a indústria, os recursos tendem a ser negligenciados e os benefícios comunitários passam a um plano secundário, se é que chegam a ser considerados. Inversamente, se o foco for os benefícios comunitários, os recursos podem sofrer degradação e os investidores ficam insatisfeitos com as oportunidades disponíveis, resultando numa redução do investimento e dos benefícios a este associados.

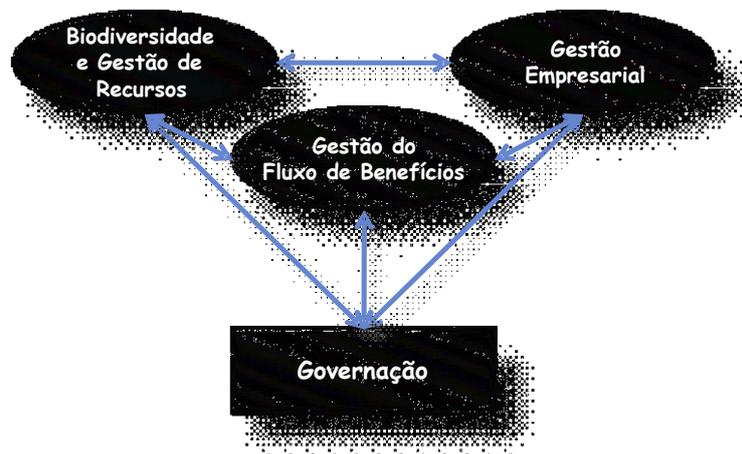


Figura 12: Áreas Fundamentais de Acção

Mesmo que sejam tratadas simultaneamente duas destas áreas fundamentais de acção, o equilíbrio não pode ser, nem será, atingido. Mais, a falácia segundo a qual em conservação é possível incidir, de início, na gestão de recursos e, depois, acelerar a inclusão da indústria e da gestão do fluxo de benefícios, distorce importantes decisões estratégicas relativas às áreas de conservação.

Só atribuindo igual importância às três AFA poderá a sustentabilidade ser atingida, e é aqui que o papel nuclear do governo se torna importante. Orientando a gestão de recursos, envolvendo a indústria e incluindo os benefícios comunitários, o governo cria um ambiente propício para que todas estas AFA

funcionem independentemente e, ainda assim, de uma forma integrada e inter-relacionada. Este papel de fiscalização do governo é fundamental para atingir a sustentabilidade, e exige clareza relativa às questões específicas dos sectores no contexto da planificação e gestão integradas.

Para garantir a responsabilização, estas AFA devem ser incorporadas num sistema de maneio direccionado ao contributo do conhecimento colectivo para os objectivos gerais, tal como definidos pelos intervenientes, bem como ao quadro de políticas e princípios orientadores dentro dos quais esses objectivos serão geridos, aos planos de acção e programas a serem implementados, e às medidas de desempenho ou indicadores necessários para determinar se os objectivos foram ou não atingidos.

Neste sentido, o fluxograma abaixo (ver Figura 13) oferece um quadro estratégico que garante a responsabilização num tal empreendimento de alcance de sustentabilidade, tratando da gestão da responsabilidade, suporte, planos e programas, e indicadores relativos à aferição do desempenho. O modelo trata de cada acção fundamental separadamente, não deixando de incidir sobre a realização da visão e missão comuns.

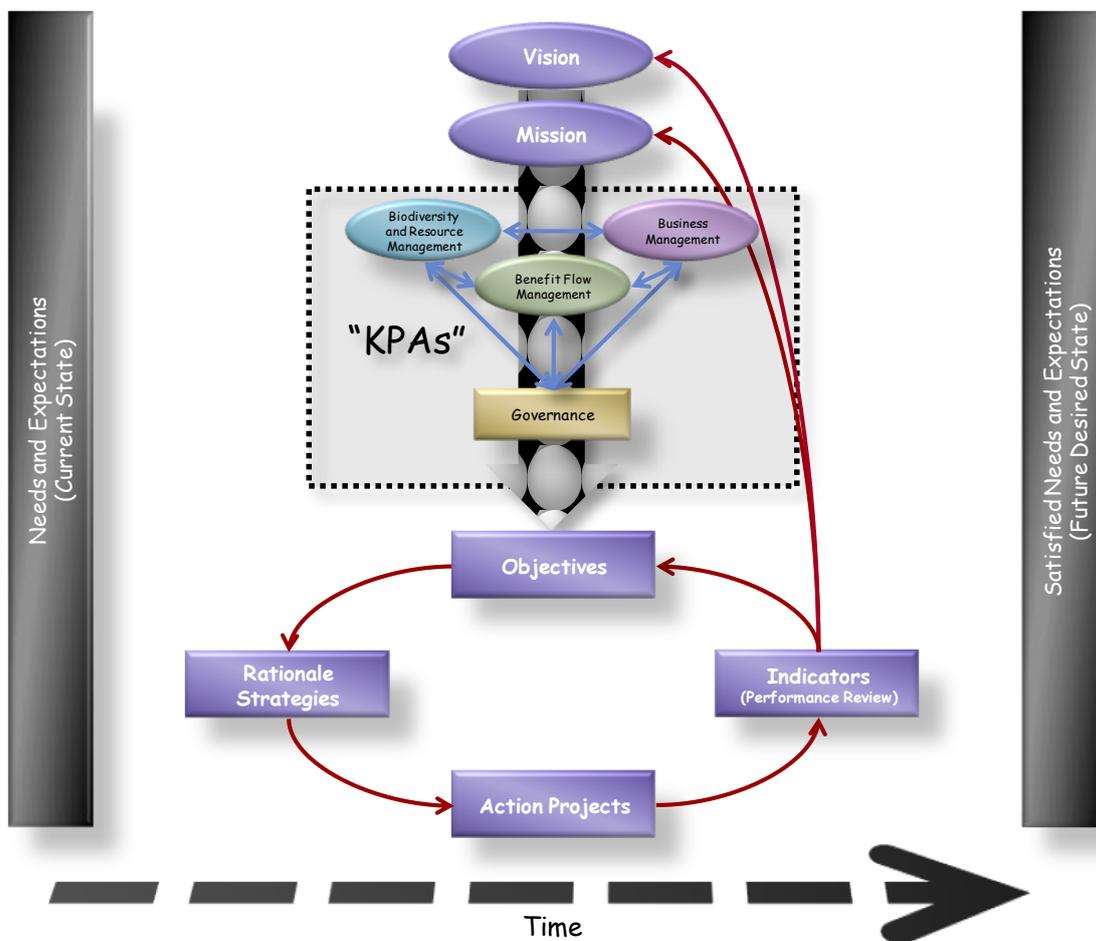


Figura 13: Quadro de Gestão

4.2 AMEAÇAS E DESAFIOS

Os principais problemas que se colocam à REM compreendem:

- Baixa diversidade de espécies e número de mamíferos;
- Comunidades locais que vivem dentro da REM;
- Continuação da caça ilegal;
- Queimadas descontroladas;
- Conflitos entre elefantes e pessoas da zona, fora da REM;
- Potencial turístico não desenvolvido;

- Situação hidrológica em mutação;
- Inadequação das fronteiras;
- Acessos dentro da REM e à Península de Machangulo;
- Baixa capacidade de gestão.

Ecologicamente, a REM encontra-se em boa condição, excepto no que toca ao baixo número de grandes mamíferos. As pessoas que vivem actualmente no seu interior são poucas (cerca de 1 000), comparativamente aos números anteriores à guerra (até 10 000), mas o número crescente de regressados constitui motivo de preocupação, dada a ausência de uma estratégia clara para lidar com o problema.

O nível de utilização dos recursos é, geralmente, baixo e localizado, para além da pesca comercial ilegal com redes de emalhar em algumas lagoas. Não existe muito gado dentro da REM e a vegetação já recuperou, em grande medida, do sobrepastoreio anterior à guerra. Esta situação é transitória – caso regressem à REM mais pessoas, a exploração de recursos aumentará e o número de cabeças de gado poderá aumentar outra vez, podendo a situação evoluir até um ponto em que sejam postos em causa os seus objectivos. A REM encontra-se num ponto de viragem da sua história, exigindo a tomada de decisões e iniciativas que garantam a sua integridade, simultaneamente trabalhando numa solução que seja equitativa para a região e as suas gentes.

A REM contém uma grande variedade de tipos de habitat. Possui um valor de biodiversidade notavelmente elevado, situando-se dentro do Centro de Endemismo de Maputolândia, que tem uma grande diversidade de espécies e de endemismos ao nível da espécie e da subespécie, particularmente em termos de flora, avifauna, herpetofauna e ictiofauna.

Até ao início da década de 80, a integridade da REM foi severamente afectada pelos assentamentos humanos, gado e outras actividades que tinham lugar dentro dos seus limites. A guerra civil que se seguiu, teve enormes impactos na REM, resultando numa grande redução da maior parte das populações remanescentes de grandes mamíferos, na evacuação da maior parte dos seus residentes e áreas rurais vizinhas para locais mais seguros, e na destruição das suas manadas. Estes factores resultaram na recuperação de habitats degradados, e a REM encontra-se agora numa excelente condição, para além das populações extremamente reduzidas ou esgotadas de grandes mamíferos.

Com a chegada da paz, as populações locais estão a voltar à REM, embora em números substancialmente mais baixos que os de antes da guerra. O seu nível de actividade é baixo e os efectivos de bovinos e caprinos são baixos. Os impactos estão, não obstante, a aumentar exponencialmente, e terão um grande impacto no potencial ecoturístico da REM.

4.3 VISÃO E MISSÃO

4.3.1 Visão

A REM é vista como sendo **gerida para conservar – pela protecção e uso prudente – a excepcional biodiversidade terrestre e marinha da área, com um papel fundamental no cenário mais alargado da conservação internacional, não deixando de oferecer oportunidades de desenvolvimento turístico e de envolvimento e benefícios comunitários.**

4.3.2 Missão da REM

Com base na Visão, a Missão da REM é atingir o seguinte:

- **Conservação da biodiversidade:** a biodiversidade da REM será conservada (ecossistemas e paisagens, diversidade de espécies incluindo as endémicas, e recursos genéticos); as grandes populações de mamíferos selvagens terrestres que, em tempos, caracterizavam a área, serão restabelecidas e mantidas;
- **Conservação dos sistemas marinhos:** a REM contribuirá para a conservação do ecossistema marinho adjacente e das suas comunidades de plantas e animais, incluindo espécies ameaçadas de extinção;
- **Conectividade ecológica:** as ligações com outras áreas protegidas, novas e existentes, serão reforçadas, de modo a manter a sua conectividade à REM e a promover a viabilidade desta área nuclear de biodiversidade. Especificamente, isto será conseguido através da incorporação do Corredor de Futi e da conservação dos habitats em outras áreas a Sul e a Oeste da REM, e através da inclusão e integração da REM na ACTFL;

- **Benefícios equitativos para as comunidades afectadas:** as comunidades que vivem dentro ou junto à REM participarão, e partilharão a responsabilidade, na gestão desta; os conflitos actuais serão mitigados através do acesso continuado aos locais sagrados e do uso sustentável de certos recursos naturais, e da integração do desenvolvimento local com a conservação e o turismo;
- **Desbloqueio do potencial ecoturístico da REM:** serão criadas várias oportunidades para nacionais e estrangeiros apreciarem os valores naturais da REM, para desfrute, educação e geração de receitas;
- **Desenvolvimento local e nacional:** a REM terá um papel a desempenhar na promoção do desenvolvimento local através da atracção de fundos de investimento, criação de empregos, geração de receitas e apoio ao desenvolvimento rural, e contribuirá também para o desenvolvimento económico nacional.

4.4 ÁREAS FUNDAMENTAIS DE ACÇÃO - OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DE GESTÃO

Com base na visão e missão da REM, as Áreas Fundamentais de Acção para o maneio eficaz da REM foram identificadas como sendo a gestão de:

- **Biodiversidade:** com base nos recursos naturais e culturais, orientada de modo a assegurar a protecção e viabilidade do ecossistema subjacente à biodiversidade da REM;
- **Actividade empresarial:** garantindo que a REM gera a receita suficiente para reforçar a contribuição da conservação para o GM, de tal modo que a área protegida possa tornar-se auto-suficiente;
- **Benefícios:** para a região e suas povoações, assegurando que o valor da conservação é bem entendido e valorizado, e, assim, apoiado;
- **Governança:** de modo a garantir que os quadros legislativo, de políticas e de apoio permitem a eficácia das actividades de conservação.

Os objectivos específicos de gestão definidos para cada Área Fundamental de Acção foram os seguintes:

Biodiversidade e Gestão de Recursos:

- Garantir o funcionamento dos processos e sistemas ecológicos.
- Assegurar pessoal, infra-estruturas e equipamentos suficientes que permitam a gestão eficaz e eficiente da REM.
- Fazer pressão no sentido da revisão e, se necessário, desenvolvimento de nova legislação e políticas, de modo a facilitar o desenvolvimento da REM e da ACTFL.
- Promover e garantir a utilização sustentável dos recursos naturais.
- Promover a consciencialização comunitária e política para a conservação como opção viável de uso da terra.

Gestão da Actividade Empresarial:

- Empossar a REM através do desenvolvimento de políticas e da revisão dum quadro legal que promovam a devolução de poder e a retenção de receitas.
- Criar um ambiente conducente ao investimento.
- Melhorar e desenvolver um produto turístico diversificado.

Gestão do Fluxo de Benefícios:

- Desenvolver e implementar intervenções que reduzam o conflito entre humanos e fauna bravia.
- Garantir benefícios equitativos para as comunidades, através de oportunidades turísticas crescentes.
- Alargar o entendimento dos benefícios da conservação da fauna bravia.
- Apoiar o desenvolvimento local e socioeconómico.

Governança:

- Estabelecer os mecanismos e a coordenação institucionais apropriados relativos à REM e à RMPP.
- Fazer pressão no sentido do exame e revisão de políticas e legislação relativas ao negócio da biodiversidade e aos benefícios além-fronteiras.
- Empossar e desenvolver a capacidade de gestão através da provisão de recursos suficientes.
- Apoio à provisão da infra-estrutura necessária para melhorar na REM e na ACTF.

4.5 IDENTIFICAÇÃO DOS PROJECTOS DE ACÇÃO

Este capítulo, relativo aos projectos de acção nas AFA da REM inclui, sempre que pertinente, questões de ligação e de gestão conjunta na RMPP. Quanto a detalhes relativos ao quadro estratégico de actividades para a RMPP, encaminha-se o leitor para o *Plano de Maneio da RMPP*.

Mais, deve ser feita menção ao facto de as responsabilidades relativas aos vários projectos de acção terem sido afectadas segundo a organização institucional proposta para administrar a REM e a RMPP.

4.5.1 AFA1: Biodiversidade e Gestão de Recursos

O fundamento, estratégias e projectos de acção essenciais para os objectivos de biodiversidade e gestão de recursos seguintes são os definidos nas tabelas abaixo:

- Garantir o funcionamento dos processos e sistemas ecológicos.
- Assegurar o suficiente em termos de pessoal, infra-estruturas e equipamento, de modo a permitir uma gestão eficaz e eficiente da REM.
- Rever e, se necessário, desenvolver novas políticas e legislação, de modo a facilitar o desenvolvimento da REM e da ACTFL.
- Promover e garantir a utilização sustentável dos recursos naturais.
- Promover a consciencialização comunitária e política sobre a conservação como opção viável de uso da terra.

Tabela 1: Funcionamento dos processos e sistemas ecológicos

Objectivo:	<i>Garantir o funcionamento dos processos e sistemas ecológicos</i>
Fundamento:	<p>Para manter a diversidade genética e a boa forma, é importante que as populações de plantas e animais da REM não fiquem isoladas de outras populações da região, sob risco de se tornarem inviáveis. É, assim, importante que sejam mantidos corredores de ligação para o fluxo de material genético. Recomenda-se que as fronteiras da REM sejam analisadas recorrendo a uma diversidade de critérios, e identificadas outras áreas incluídas dentro dos seus limites, ou que sejam protegidas com a criação de zonas tampão. As implicações da renegociação de fronteiras deveriam ser discutidas com as comunidades locais, e considerada a possibilidade de uma organização de gestão conjunta.</p> <p>Os limites terrestres da REM excluem partes importantes do sistema natural, não abrangem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a totalidade da área de distribuição dos elefantes, incluindo a área de Manhoca, as florestas e outra vegetação densa na margem ocidental do Rio Futi (também importante para a protecção do rio), nem as florestas entre os rios Futi e Maputo, a Baixa Nhambse (importante para as aves aquáticas, incluindo algumas espécies não registadas na REM), nem a planície aluvial do Rio Maputo, próxima de Salamanga, que pode, em tempos, ter sido uma área importante de alimentação para as manadas de elefantes fêmeas; • a totalidade das florestas entre Mechingane e Gala, nem a totalidade das florestas pantanosas das lagoas Xinguti e Piti; • a parte meridional da Lagoa Piti. <p>Os limites legais da REM detêm-se, actualmente, na marca da maré-alta. Não incluem nenhuma das águas costeiras, recifes nem corais. Devido à proclamação e alinhamento da RMPP com a REM, a protecção da biodiversidade e recursos marinhos está assegurada.</p> <p>Nenhuma parte do Rio Maputo pertence à REM – o seu estuário tem grande importância para os juvenis das populações de camarão e peixe, e tem um grande potencial turístico.</p> <p>A proclamação do Corredor de Futi como parte da REM garante que as ligações ecológicas ao longo do Rio Futi são mantidas, restabelecendo a conexão entre as populações de elefantes que foram separadas pela vedação ao longo da fronteira entre Moçambique e a África do Sul. O objectivo do Corredor é o de promover a conservação da biodiversidade e a gestão comunitária dos recursos naturais. O Corredor foi já aprovado em princípio pelo Conselho de Ministros, como parte do projecto da ACTF.</p> <p>Relativamente à actual zona-tampão da REM, o Decreto n.º 2904, de 9 de Agosto de 1969, estabeleceu uma área designada de "Regime de Vigilância Especial" como zona-tampão da REM. Estende-se desde o limite sul da REM ao longo da zona limítrofe do Rio Maputo, a Oeste, a linha de costa a Este, e a fronteira da África do Sul, a Sul. A Lei de Florestas e Fauna Bravia define zonas-tampão de 5 km para parques e reservas. Embora isto estabeleça, efectivamente, a zona-tampão da REM, é importante referir que este conceito, <i>zona-tampão</i>, não tem sido usado de forma generalizada no caso da REM, não sendo os seus limites amplamente conhecidos e reconhecidos pelos intervenientes. A zona-tampão precisa, por isso, de ser formalizada.</p> <p>Os animais prioritários em termos de conservação compreendem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>elefante</i>: uma população de cerca de 350, genótipo local;

- *chengane*: pequena população de genótipo local, raro regionalmente;
- *musaranho-elefante-de-quatro-dedos*: situação actual desconhecida;
- *pangolim*: situação actual desconhecida;
- *esquilo-vermelho-da-floresta*: raro;
- aves: várias espécies listadas pela CITES, incluindo o flamingo-comum e o flamingo-pequeno, e o pelicano-cinzento, e endémicas conhecidas;
- répteis: crocodilo-do-nilo (grande população de genótipo local); jibóia (situação actual desconhecida); tartarugas-marinhas; endémicas;
- peixes: *Croilia mossambica* (raro, quase endémico do Centro de Maputolândia), *Serranochromis meridianus* (quase endémico do Centro de Maputolândia), *Aplocheilichthys myaposae* (endémico do Centro de Maputolândia).

Entre as ameaças às populações de fauna bravia da REM contam-se:

- *caça ilegal*: esta é a principal ameaça aos grandes mamíferos da REM. As espécies mais afectadas são o cabrito-cinzento e o cabrito-vermelho, chengane, elefante, chango, e a tartaruga-de-couro e a tartaruga-comum. A caça inclui a caça de subsistência por parte das comunidades locais, a caça comercial/desportiva em veículos por pessoas de fora da REM, e a caça por pessoas que vêm de Maputo, a Norte da REM. Os números de animais encontram-se presentemente em níveis extremamente baixos devido à caça furtiva durante e após a guerra;
- *Queimadas descontroladas*: estas podem ter um impacto negativo nos grandes mamíferos pela redução do pasto disponível. Os efeitos são particularmente graves quando são afectadas grandes áreas, e os animais mais pequenos, menos móveis, sofrem o efeito directo do fogo;
- *Pesca*: os impactos da pesca comercial e de subsistência na Lagoa Piti e em outras lagoas costeiras são, presentemente, desconhecidos.

A vegetação da REM possui um valor de biodiversidade notavelmente elevado em termos de diversidade de espécies, endemismos e variedade de tipos de vegetação. As comunidades prioritárias de plantas na REM compreendem:

- floresta dunar costeira;
- floresta pantanosa;
- floresta de savana (licuati);
- zonas húmidas, incluindo as planícies aluviais dos rios Futi e Maputo;
- comunidades de mangal;
- savana anã única (prados lenhosos) rica em endemismos;
- espécies de plantas raras e endémicas.

As principais ameaças colocadas à vegetação são:

- cultivo indiscriminado na vegetação de pântanos e em solos associados ao canal do Futi; existe o risco de o canal sofrer alterações duradoiras, resultando na secagem ainda maior do rio, com implicações para as comunidades e a fauna bravia dependentes deste curso de água e para o delta interior do Rio Futi;
- perda de matas e florestas e do padrão espacial de prados e savanas através das queimadas indiscriminadas, extensas e frequentes, com os consequentes impactos nas oportunidades de alimentação de grandes mamíferos, bem como impactos cénicos;
- danos à floresta dunar e às comunidades colonizadoras de dunas devidos a desenvolvimentos turísticos insensíveis, danos provocados por veículos e pisoteio ao longo da frente de dunas, com risco dispersão das dunas e fragmentação da floresta;
- danos à vegetação devidos ao excesso de utilização de estradas em áreas de encostas inclinadas e solos frágeis, resultando na erosão do solo;
- cultivo nas zonas húmidas do fundo dos vales e franjas de zonas húmidas incluindo a Lagoa Piti e o Lago Maunde, com perda de parte deste tipo de habitat e possíveis alterações hidrológicas persistentes, e perturbação dos animais selvagens;
- impactos não quantificados nos mangais devidos ao corte de estacas para os mercados de Maputo; a sobreexploração do mangal pode resultar na perda de zonas de reprodução para camarões e peixes e na erosão de sedimentos;
- risco de estabelecimento de *Chromolaena odorata*, um arbusto invasivo que pode ameaçar a floresta costeira e a vegetação ripícola da REM, e, possivelmente, outras áreas com o lençol freático elevado.

A maior parte dos solos da REM são muito frágeis, especialmente:

- encostas de dunas em savanas e prados costeiros, onde a areia é solta e de grão grande e a cobertura basal de vegetação é baixa;
- o ecótono entre prados húmidos sazonais e floresta seca, nas áreas de areia branca;
- dunas da linha de frente acima das praias e as grandes dunas costeiras, especialmente as viradas ao mar.

Em zonas húmidas próximas de rios e lagos, o cultivo recorrente expõe a camada de turfa orgânica, que oxida, resultando em:

- perda da fertilidade do solo;
- susceptibilidade à erosão;
- capacidade grandemente reduzida de retenção de água e, assim, de manutenção do nível freático durante

a estação seca, localmente.

As principais ameaças aos solos da REM provêm de:

- uso de estradas para além da sua capacidade de carga, como aconteceu no ano passado na estrada entre Gala e Machangulo;
- condução fora de estrada;
- sobrepastoreio por gado ou fauna bravia;
- pisoteio por pessoas (por exemplo, nas dunas costeiras ou outros locais sensíveis onde os turistas se podem concentrar);
- desenvolvimento inadequado das instalações turísticas;
- machambas, quer em áreas mais húmidas com teor mais elevado de matéria orgânica no solo, quer em solos arenosos.

O caudal do Rio Futi tem vindo a diminuir nas últimas décadas. Na REM, o Rio Futi mantém a vegetação ripícola ao longo do seu percurso, bem como as zonas húmidas do seu delta interior. Oferece também água a pessoas e animais.

As possíveis razões de alteração são:

- a presença das plantações de eucalipto no Futi;
- o declínio regional da precipitação anual em resultado das alterações climáticas (embora se pense que o caudal do Futi tenha começado a diminuir antes da actual diminuição de precipitação);
- destruição da camada de turfa em partes do vale do rio devido ao fogo, há alguns anos, que poderá ter destruído o efeito de esponja do leito do rio e resultado na ruptura do caudal a jusante durante a época seca;
- cultivo no leito e margens do rio.

Mais recentemente, os níveis das lagoas diminuíram, provavelmente devido aos recentes anos de seca. Apesar da boa precipitação, os níveis não foram restabelecidos. Pode acontecer que o aquífero esteja a ser repostado, deixando baixos os níveis de água superficial. A um prazo mais longo, se esta tendência continuar, ocorrerão alterações nos habitats. Algumas faixas de mangal em terrenos mais elevados morreram já, presumivelmente devido à seca.

A ecologia do Rio Maputo no seu curso ao longo da REM é mal conhecida. Pensa-se que o estuário seja um importante terreno de alimentação para camarões e peixes juvenis, que estão, provavelmente, a ser alvo de sobrepesca. O rio possui um elevado potencial turístico. Estão previstos vários desenvolvimentos neste troço do rio e a montante que podem ter impactos na REM. Como o rio está, actualmente, fora da REM, nunca foi incluído no maneio desta.

As diversas estratégias necessárias para assegurar a funcionalidade dos ecossistemas da REM compreendem as seguintes, detalhadas mais abaixo:

- Estratégia 1. Pesquisa
- Estratégia 2. Definição e estabelecimento de ligações entre ecossistemas
- Estratégia 3. Gestão de incêndios
- Estratégia 4. Gestão de espécies de plantas e tipos de vegetação ameaçadas
- Estratégia 5. Conservação de espécies animais ameaçadas
- Estratégia 6. Protecção da vegetação que mantém os processos ecológicos críticos
- Estratégia 7. Plantações de eucalipto do Futi
- Estratégia 8. Gestão de plantas exóticas na REM
- Estratégia 9. Controlo de animais exóticos na REM (gado doméstico)
- Estratégia 10. Repovoamento de fauna bravia
- Estratégia 11. Protecção e conservação de solos
- Estratégia 12. Gestão hidrológica

Estratégia 1:	<i>Pesquisa</i>
<p>Relativamente à pesquisa, monitoria e avaliação, no início da década de 70 foi registado um grande volume de informação sobre a REM, sua biodiversidade, gestão, situação socioeconómica, uso de recursos naturais, fronteiras e ameaças. Desde então, foram efectuados alguns estudos, designadamente pela UEM, mas existem grandes lacunas de conhecimento sobre o estado actual da biodiversidade da REM, suas tendências ecológicas e problemas comunitários. Os aspes marinhos são particularmente mal conhecidos para além do trabalho efectuado pelo <i>Oceanographic Research Institute</i> e de algum trabalho em pescas, e do trabalho subsequente entre o Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA) e a UEM. Não existem, todavia, uma linha de base de dados sólidos e exaustivos sobre os quais se possa basear a monitoria.</p> <p>A prioridade será atribuída à pesquisa com aplicação directa no maneio da REM, incluindo trabalho de inventariação, pois existem ainda muitas lacunas no conhecimento básico sobre a reserva. Parte dessa pesquisa poderá ser parte de programas de investigação mais amplos, cobrindo áreas mais vastas (por exemplo, ACTFL o zona costeira). Toda a pesquisa orientada para gestão a realizar ao abrigo deste plano foi já descrita em capítulos anteriores como parte integrante do maneio. Será promovida a constituição de redes com a UEM, KZNNCS e outras instituições, de modo a partilhar resultados e evitar duplicações. Serão também consideradas solicitações de investigação por outras instituições (isto é, sem relevância directa para as prioridades de maneio da REM). Se forem autofinanciadas e não requererem contributos da direcção da REM ou da Secção de Pesquisa, serão, geralmente, aprovadas. Toda a pesquisa efectuada na REM deverá ser feita com aprovação e conhecimento do Conselho de Administração, do Biólogo e do Director. Todos os resultados deverão ser apresentados em duas cópias, para a biblioteca da REM e para a DNAC.</p> <p>Serão recolhidos dados de base e criados sistemas de monitoria para vigiar aspectos prioritários da vegetação, incêndios, hidrologia, demografia, uso de recursos naturais, turismo e intervenções de maneio. Estes foram já especificados nos capítulos acima. As tendências serão avaliadas e serão feitos comentários no sentido de modificar as intervenções, se necessário.</p>	

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
RM1. Desenvolver um banco de dados para monitoria da biodiversidade, ambiente físico, aspectos comunitários, uso de recursos naturais, turismo e intervenções de maneio, a colocar no acampamento principal, com cópia de segurança noutra lugar	Banco de dados e sistema de segurança	Ecologista da REM
RM2. Elaborar um programa de pesquisa prioritária e fazer a ligação a instituições de pesquisa interessadas	Programa de pesquisa prioritária	Ecologista e Administrador da REM
RM3. Desenvolver uma rede de contactos para outras pesquisas	Rede de contactos de pesquisa	Administrador da REM
RM4. Desenvolver uma biblioteca para a REM, no acampamento principal	Biblioteca	Administrador da REM

Estratégia 2:	<i>Definição e estabelecimento de ligações entre ecossistemas</i>
<p>Historicamente, foram criadas áreas protegidas antes da definição das normas da IUCN e da avaliação das metas nacionais de conservação e, frequentemente, a área protegida representava meramente terra posta de lado como tampão, por ser marginal ou para proteger uma espécie ou local específico, descontextualizada dos sistemas ecológicos que a mantêm.</p> <p>A REM tem um historial de alteração do seu fundamento, desde a inicial protecção do elefante até, actualmente, ser uma área protegida integrada, responsável por uma componente marinha e outra terrestre, bem como pelos sistemas ecológicos que sustentam estas áreas e os habitats específicos que suportam.</p> <p>A definição e criação de ligações entre ecossistemas com base num novo conhecimento e entendimento, bem como metodologias inovadoras, como os acordos de co-gestão, serão essenciais para que a área protegida atinja os seus objectivos globais ecológicos, sociais e económicos.</p> <p>O governo aprovou uma Política de Conservação em Novembro de 2009, que inclui a reclassificação de áreas de conservação – deve ser admissível que a REM venha a ser reclassificada num nível de protecção mais restritiva.</p>	

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
RM5. Avaliar e demarcar os habitats marinhos e terrestres importantes, e determinar os sistemas ecológicos que influenciam as dinâmicas de habitats na REM	Relatório sobre a dinâmica ecológica. Habitats importantes demarcados e protegidos com as estratégias de maneio adequadas	Ecologista da REM e Biólogo da RMPP
RM6. Avaliar o valor de bens e serviços do ecossistema e desenvolver um programa de monitoria para o funcionamento dos sistemas ecológicos	Valor dos ecossistemas determinado através de relatório. Estabelecido o reporte de monitoria e relatórios periódicos disponíveis	Ecologista da REM / PPF GIS
RM7. Elaborar acordos de co-gestão com as comunidades vizinhas, de modo a garantir que seja conseguido o funcionamento dos ecossistemas	Celebrados os acordos de co-gestão relativos às áreas contíguas à REM	Administrador da REM

Estratégia 3:	<i>Gestão de incêndios</i>
<p>O fogo será usado como ferramenta de maneio para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • manter ou reforçar a heterogeneidade espacial da vegetação; • assegurar a forragem suficiente ao longo do ano para suportar as grandes populações de animais selvagens; • retardar o crescimento de lenhosas, onde pertinente; • reduzir o risco de ocorrência de fogo accidental ou posto, que é ameaça à sobrevivência de espécies de plantas e de destruição da composição ou estrutura de uma comunidade vegetal prioritária. <p>Pensa-se que o fogo, ateadado por relâmpagos ou pelo Homem, tenha desempenhado um papel primordial no desenvolvimento da vegetação da REM. Ao aplicar o fogo como ferramenta de maneio, pretende-se permitir que prevaleçam os processos naturais, por oposição aos processos obviamente artificiais. Por esse motivo, não se faz define nenhum programa rígido de queima, com frequências e áreas específicas. Será seguido o seguinte preceituário:</p> <ul style="list-style-type: none"> • os fogos, espontâneos ou postos, não serão extintos se não ameaçarem nenhuma comunidade vegetal prioritária ou instalação; • entre um e dois terços dos tipos de vegetação de prado e savana devem ser queimados anualmente; • o fogo para dar origem a rebentos pode ser utilizado em qualquer mês do ano, devendo ser aplicado para criar ou reforçar o mosaico de prado queimado/não queimado; • o fogo pretendido para reduzir a penetração de lenhosas deve ser utilizado em condições de seca e pouco calor, normalmente na estação seca antes das chuvas de primavera; • não deve recorrer-se ao fogo antes da implementação de medidas protectivas em torno de infra-estruturas e fronteiras; • a distribuição e extensão de cada fogo deve ser mapeada, devendo ser elaborado um mapa composto para cada ano de calendário. Este mapa é uma ferramenta essencial de planificação para o programa de fogos do ano seguinte. <p>Será desenvolvida uma campanha de fogos como parte do programa comunitário em curso, considerando o leque de motivos para a queima e determinando formas de adaptação das necessidades das comunidades em termos de fogos dentro do programa de queima ou, se necessário, desenvolver alternativas viáveis ao fogo, com as pessoas do local.</p>	

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
RM8. Desenvolver o Programa de Gestão de Fogos	Programa de Gestão de Fogos concebido, aprovado e implementado	Ecologista da REM (Consultoria)
RM9. Antes das chuvas, elaborar o mapa de queimadas para as áreas da REM que tenham sido queimadas na estação seca anterior, usando GPS e GIS	Mapa de Queimadas	Administrador e Ecologista da REM
RM10. Como parte do processo de consulta das comunidades, trabalhar estreitamente com as comunidades locais para determinar a suas razões para queimadas, as áreas em causa e a altura do ano para cada finalidade	Relatórios de consulta comunitária	Oficial de Ligação Comunitária
RM11. Avaliar a compatibilidade deste padrão de queimadas com o regime ideal para a REM	Relatório de avaliação de compatibilidade	Administrador e Ecologista da REM
RM12. Explicar o regime ideal da REM, e seus motivos, às comunidades locais; discutir com elas a viabilidade de quaisquer adaptações necessárias às suas queimadas para que se insiram nesse regime e procurar alternativas à queimada onde haja incompatibilidade	Relatórios de consulta comunitária	Oficial de Ligação Comunitária, Administrador e Ecologista da REM
RM13. Manter consultas com as comunidades e explicar os planos de queima de cada ano; adaptar os planos de modo a ajustá-los ao seu uso de recursos naturais, onde possível; deixar a comunidade implementar partes do plano, se pertinente	Relatórios de consulta comunitária Planos de queimada revistos	Oficial de Ligação Comunitária, Administrador da REM
RM14. Implementar o plano anual de queimadas, examinar o mapa de queimadas do ano anterior no início de cada ano de	Auditoria e relatório do plano de queimadas	Administrador e Ecologista da REM

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
calendário e identificar áreas que não tenham sido queimadas nesse período; inspeccionar no campo as áreas identificadas e avaliar a conveniência do fogo. Se conveniente, determinar o tipo de fogo (alta ou baixa intensidade)		
RM15. Seleccionar os pontos de ignição com a devida consideração dos ventos dominantes, para que possam ser queimadas essas áreas	Pontos de ignição incluídos no plano de queimada Relatório de auditoria do plano de queimada	Ecologista da REM
RM16. Atear os fogos controlados ao longo do ano, sob as condições desejadas, iniciando em Fevereiro/Março com fogos pequenos e de baixa intensidade e terminando em Setembro/Outubro com fogos maiores e mais intensos. Desde que não ameace infra-estruturas ou locais de comunidades ou espécies importantes, deixá-lo apagar-se por si	Relatório de auditoria do plano de queimada	Administrador da REM
RM17. Registar os dados da queimada em formulário próprio e no mapa do ano, mostrando a dimensão e data da queimada	Banco de dados das queimadas Planos de queimada revistos	Ecologista da REM

Estratégia 4:	<i>Gestão de espécies de plantas e tipos de vegetação ameaçadas</i>
<p>Será feito um inventário de biodiversidade na REM para identificar espécies endémicas, ameaçadas e raras, e tipos de vegetação raros ou ameaçados. Os taxa prioritários são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • plantas; • invertebrados; • peixes • pequenos mamíferos. <p>Serão identificados pontos quentes de espécies endémicas e raras, bem como tipos de vegetação prioritários, de modo a que possam ser tomadas as medidas adequadas de maneio para garantir a conservação. Serão desenvolvidas instruções específicas de maneio assim que estiverem disponíveis os resultados do inventário.</p>	

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
RM18. Planificar e realizar o inventário de biodiversidade e incluir recomendações de maneio no relatório	Inventário de biodiversidade e recomendações de maneio	Ecologista da REM
RM19. Concluir o mapa de vegetação da REM iniciado com a avaliação de impacto ambiental iniciada para a Mosa Florestal	Mapa de vegetação da REM	Ecologista da REM
RM20. Rever a necessidade de prescrições adicionais de maneio com base nas recomendações do inventário e incorporá-las nos programas de trabalho anuais da REM	Planos anuais de trabalho revistos	Administrador e Ecologista da REM

Estratégia 5:	<i>Conservação de espécies animais ameaçadas de extinção</i>
<p>Será prestada uma atenção especial aos elefantes, dado o seu estado e importância regional em conservação, e o facto de terem sido eles a razão primária para a proclamação da REM. Serão protegidos na REM e serão impedidos, na medida do possível, de danificar culturas. As outras espécies serão, em geral, conservadas por via da gestão ordinária da REM. À medida que ficar disponível mais informação sobre elas, poderão ser implementadas medidas específicas de gestão para uma dada espécie, durante a planificação, se necessário. Estas compreendem o chengane, musaranho-elefante-de-quatro-dedos, pangolim, esquilo-vermelho-das-florestas, inhala, oribi, dugongo, palapala-cinzenta, vaca-domato, rinoceronte-branco e rinoceronte-preto, crocodilo, flamingo, pelicano, etc.</p>	

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
RM21. A monitoria contínua de aves deve ser encorajada, com as fichas de campo a serem devolvidas ao Projecto do Atlas de Aves de Moçambique, que pode fornecer resumos de dados à REM. Os turistas interessados em observação de aves devem ser avisados sobre o Projecto do Atlas de Aves.	Sistema e relatórios de monitoria de aves Brochuras turísticas sobre o Projecto do Atlas de Aves	Ecologista da REM
RM22. Fazer o inventário da biodiversidade animal prioritária na REM e Corredor de Futi, e incorporar as recomendações nos programas de maneio, se viável	Inventário prioritário de biodiversidade animal Recomendações de maneio	Ecologista da REM
RM23. Desenvolver programas específicos de conservação para as espécies de importância de conservação	Programas de conservação	Ecologista da REM
RM24. Monitorar a eficácia dos programas específicos de conservação	Sistema de monitoria e relatórios dos programas de conservação	Administrador da REM

Estratégia 6:	<i>Protecção da vegetação que mantém os processos ecológicos críticos</i>
<p>Será promovido o restauro de áreas de floresta costeira danificadas pelo Homem, incidindo em Milibangalala, onde existe um sério risco de continuidade da floresta costeira, por estar a ser derrubada para abrir áreas de campismo em locais muito sensíveis. Serão também tomadas algumas medidas em Dobela, onde um carreiro largo, aberto até ao topo da floresta, é não só muito inestético como também coloca riscos à floresta aberta exposta devido à maresia. O equilíbrio dinâmico de erosão da duna e as alterações na cobertura por floresta dunar, associado apenas às forças naturais nesta linha de costa instável, será deixado ao seu próprio curso, excepto se o estado de conservação da floresta estiver ameaçado.</p> <p>O cultivo no leito e margens do canal do Futi dentro da REM será gradualmente terminado, em negociação com as comunidades locais, oferecendo-lhes alternativas de desenvolvimento. Isto pode incluir, por exemplo, promoção de técnicas de agricultura orgânica fora das fronteiras da REM, a Oeste, usando talvez quantidades reguladas de água a partir do canal do Futi para esse fim. Não obstante, o problema dos danos causados por elefantes terá de ser resolvido. Outras alternativas poderão envolver a promoção de outros benefícios para as comunidades, incluindo o uso do Fundo (ver capítulo sobre as comunidades, abaixo).</p> <p>Em geral, outras áreas degradadas serão avaliadas para determinar a sua importância em termos de processos ecológicos (por exemplo, antigas machambas ou estradas). As que não forem cruciais serão deixadas a recuperar naturalmente, excepto se forem excessivamente disformes e a sua recuperação com intervenção for relativamente fácil. As áreas críticas merecerão a acção prioritária.</p>	

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
RM25. Reabilitar a área do parque de campismo existente em Milibangalala tomando as medidas seguintes: <ul style="list-style-type: none"> pôr fim ao varrimento, campismo ou fogueiras (o campismo deverá ser permitido apenas no prado da duna, com o cuidado de não atear fogos); proteger o solo com ramos de arbustos para excluir pessoas e evitar o pisoteio; 	Plano e relatório da reabilitação de Milibangalala	Administrador da REM

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
<ul style="list-style-type: none"> proteger e encorajar o crescimento de rebentos das árvores restantes; se necessário, proceder à germinação de sementes de espécies de árvores que ocorram na proximidade da praia e transplantá-las, com a protecção de arbustos; a pequena entrada de acesso à praia a partir da grande área recentemente aberta deve ser fechada usando ramos espinhosos e ramos de arbustos, para proteger a vegetação costeira que, por sua vez, evitará a penetração de mais areia; as espécies costeiras deverão ser germinadas a partir de sementes, se necessário, e plantadas no topo da praia em frente ao caminho; o acesso de visitantes à entrada da grande área a partir da praia no extremo deste local deve ser encerrado; devem ser tomadas as medidas acima se houver sinais de erosão recente. 		
RM26. Em Dobela, permitir que o caminho recentemente aberto entre o campismo e o topo da duna se estreite naturalmente, e monitorar a abertura até ao miradouro em termos de sinais de danos causados pelo sal ou pelo vento; se tal ocorrer, tomar medidas correctivas	Plano e relatórios da reabilitação de Dobela	Administrador da REM
RM27. Prosseguir as negociações com a comunidade de Massohoane para parar o cultivo no vale do Futi	Relatórios das negociações com a Comunidade de Massohoane Relatórios PAC	Oficial de Ligação Comunitária e Administrador da REM
RM28. Conjuntamente com a comunidade, procurar meios alternativos de subsistência para as pessoas; tal pode incluir outras formas de agricultura noutros locais e promoção de outras actividades e benefícios económicos a partir da REM	Relatórios PAC	Oficial de Ligação Comunitária
RM29. Inventariar e avaliar a gravidade dos locais degradados	Relatório de avaliação e inventário dos locais degradados	Ecologista da REM
RM30. Desenvolvimento de medidas de recuperação, quando adequado	Planos de reabilitação	Administrador da REM

Estratégia 7:	<i>Plantações de eucalipto de Futi</i>
A presença destas plantações na área do canal do Futi e na REM é ecologicamente indesejada. O Plano Distrital de Matutuine não permite o plantio de espécies exóticas em "áreas protegidas" (não diz se a "área de vigilância" é considerada área protegida).	

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
RM31. Verificar o estatuto jurídico da plantação	Relatório sobre o estatuto jurídico da plantação	Administrador da REM
RM32. Fazer um inventário do efectivo da	Inventário do stock de árvores	Administrador da

plantação e desenvolver um plano de abate, desde que economicamente viável	Plano de abate	Reserva
RM33. Contratar externamente o abate através de concurso público; se possível, reter a receita para investimento na REM e aplicação da lei na região	Caderno de encargos do concurso público Contrato de abate Acordo(s) de partilha de rendimento	Administrador da Reserva
RM34. Elaboração de um plano para a gestão futura da área (a ser incorporado em data posterior no plano de maneio do Corredor do Futi)	Plano de maneio para as plantações do Futi e incorporação no Corredor do Futi	Administrador da Reserva

Estratégia 8:	<i>Gestão de plantas exóticas na REM</i>
<p>As espécies de plantas exóticas (alienígenas) como o eucalipto, cássias e árvores de fruto que crescem na REM e que não são usadas pelas comunidades locais serão sistematicamente removidas, após consulta com as comunidades, se pertinente. Não serão introduzidas quaisquer novas plantas exóticas pela Administração da Reserva. Será promovida a colaboração com as comunidades no sentido de desencorajar a introdução de novas espécies exóticas, em especial as que podem causar problemas. Será mantida uma vigilância cuidadosa quanto à presença de <i>Chromolaena</i> no Corredor do Futi e na REM, e, se detectada, serão tomadas medidas imediatas para a controlar. Não será, possivelmente, viável controlar ervas aquáticas exóticas como a <i>Eichhornia</i> e a <i>Pistia</i> na REM.</p>	

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
RM35. Desenvolver o Programa de Gestão de Espécies Exóticas	Desenvolvido e implementado o Programa de Espécies Invasivas e Exóticas	Ecologista da REM
RM36. Alertar o pessoal da REM para o risco da <i>Chromolaena</i> , fornecer mapas de identificação e solicitar o reporte de qualquer incidência na REM ou no Corredor	Programa de capacitação Mapa de identificação Relatórios de monitoria	Administrador da REM e Oficial de Ligação Comunitária
RM37. Discutir métodos de controlo da UEM e preparar metodologia de controlo (incluindo identificação de fontes de fornecimento do necessário equipamento e químicos)	Relatório(s) das reuniões Metodologia e procedimentos de controlo	Administrador e Ecologista da REM
RM38. Controlar todas as ocorrências de <i>Chromolaena</i> na REM quanto antes	Relatórios de implementação e monitoria	Administrador da REM
RM39. Inventariar a ocorrência de todas as plantas exóticas na REM fora das machambas e povoados. Como parte da consulta comunitária contínua, perguntar às comunidades se usam essas plantas ou se estas têm dono. Explicar as razões para remoção.	Inventário das plantas exóticas na REM Programa e relatórios de consulta comunitária	Ecologista da REM e Oficial de Ligação Comunitária
RM40. Remover metodicamente as plantas exóticas sem valor para as comunidades	Relatórios de implementação e monitoria	Administrador da REM
RM41. Entabular conversações com as comunidades para monitorar a sua intenção de introduzir novas plantas exóticas; se possível, avaliar antecipadamente se haverá impactos negativos e, nesse caso, procurar alternativas	Relatórios de Monitoria Participativa e Avaliação	Oficial de Ligação Comunitária

Estratégia 9:	<i>Controlo do gado doméstico na REM</i>
<p>Em princípio, não será permitido qualquer animal doméstico na REM, como cabras, vacas, porcos, ovelhas, gatos e cães. As aves serão permitidas desde que mantidas dentro das povoações. Serão tomadas precauções para evitar a introdução de qualquer outra espécie de animais exóticos. A monitoria de rotina registará a presença de novas espécies exóticas e serão tomadas as medidas necessárias.</p>	

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
RM42. Alertar o pessoal da REM para que esteja atento a novas espécies exóticas e registe o facto nos formulários de patrulha; tomar as medidas adequadas se for descoberta qualquer espécie exótica.	Programa de capacitação Mapa de identificação Relatórios de monitoria	Administrador da REM
RM43. Elaborar uma estratégia de remoção do gado doméstico da REM, alinhada com o programa de repovoamento de caça	Estratégia de remoção do gado doméstico	Administrador da REM
RM44. Monitorar a presença e impacto do gado doméstico na REM	Programa e relatórios de monitoria	Ecologista da REM

Estratégia 10:	<i>Repopoamento e reforço de fauna bravia</i>
<p>O repovoamento e reforço da fauna bravia seguirá as directrizes da IUCN e centrar-se-á na introdução de espécies com ocorrência histórica.</p> <p>O restabelecimento de uma comunidade de grandes mamíferos e o equilíbrio dinâmico com o seu habitat é uma prioridade da REM. A reintrodução de caça só deve ser feita na REM quando a caça furtiva estiver sob controlo. Só devem ser trasladadas para a REM espécies que tenham ocorrido historicamente na área. Serão mantidas conversações antecipadamente com a população local sobre propostas e implicações do repovoamento da REM com espécies indígenas de grandes mamíferos.</p> <p>Determinar o estado das espécies de grandes mamíferos e as recomendações de reintrodução. As contagens de animais podem ser parcialmente feitas por meios aéreos, mas devem ser combinadas com levantamentos terrestres directos e indirectos. A monitoria deve usar técnicas que sejam comportáveis no futuro, quando terminar o apoio de doadores. A metodologia deve tomar em linha de conta o aumento provável de espécies de animais devido a reintroduções. A monitoria avaliará também o impacto dos animais sobre a vegetação.</p> <p>As espécies recomendadas para reintrodução inicial são: zebra, avestruz, facóccero, oríbi, cudo, inhala, piva, boi-cavalo, vaca-do-mato e búfalo. Os números recomendados para introdução são até metade da capacidade de carga estimada para cada espécie. Espécies como o rinoceronte-branco e o rinoceronte-negro poderão ser introduzidas numa segunda fase, caso a sua segurança possa ser garantida. Os predadores que existiram no passado no REM não devem ser introduzidos enquanto as populações de presas não tiverem atingido números que permitam a sua exploração. As populações de necrófagos serão mantidas a um nível que esteja em equilíbrio com a quantidade disponível de carniça. As inter-relações entre a comunidade animal e a vegetação serão também monitorizadas, com o fim de atingir um equilíbrio dinâmico entre as duas. O objectivo superior deverá ser a manutenção das populações a níveis que preservem a riqueza de espécies indígenas da REM. Deverão ser feitas intervenções de maneio se a sobrevivência de uma espécie ou vegetação particular ficar ameaçada. Na prática, terão de ser tomadas decisões para definir o equilíbrio ideal, com conciliações prováveis entre danos à vegetação, qualidade da observação de animais, etc. As intervenções poderão compreender a redução ou limitação do nível de determinadas espécies através de, por exemplo, vendas em vivo, abate selectivo e produção de carne de caça, ou talvez translocação para áreas de conservação contíguas à REM. No entanto, é improvável que tal venha a ocorrer durante o período deste plano.</p>	

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
RM45. Conceber e implementar o programa de introdução de fauna bravia	Programa de reintrodução de fauna bravia implementado; n.º de animais reintroduzidos	Ecologista da REM
RM46. Encetar o diálogo com comunidades sobre possíveis reintroduções e benefícios futuros para elas	Relatórios de consulta comunitária	Oficial de Ligação Comunitária
RM47. Fazer o censo de grandes mamíferos e avaliar estado do habitat para ter dados de base e desenvolver sistema de monitoria.	Censo de grandes mamíferos Avaliação do estado do habitat Sistema e programa de monitoria	Ecologista da REM, (DNAC e Dep. Biologia da UEM)
RM48. Procurar fontes de animais tão geneticamente semelhantes quanto possível com os efectivos históricos, e procurar fundos para compra e translocação de animais.	Relatórios de sementais Programa e relatórios de angariação de fundos	Ecologista da REM (Administrador Regional da ACTFL, Chefe das Áreas Protegidas (DNAC), representante UEM)
RM49. Pesquisar e organizar logística de translocação, incluindo permissão veterinária	Plano e relatórios de translocação	Ecologista da REM (Administrador Regional da ACTFL, Perito de Áreas Protegidas DNAC)
RM50. Introduzir herbívoros	Plano e relatórios de introdução de herbívoros	Ecologista da REM
RM51. Monitorar o êxito da introdução, sobrevivência e crescimento dos herbívoros introduzidos, interações com populações existentes e impactos na vegetação	Programa e sistemas de monitoria Relatórios de monitoria	Ecologista da REM
RM52. Reintroduzir carnívoros e necrófagos quando os herbívoros tiverem atingido um nível satisfatório	Plano e relatórios de introdução de carnívoros	Ecologista da REM
RM53. Monitorar equilíbrio entre herbívoros e carnívoros, e vegetação e herbívoros	Programa e relatórios de monitoria	Ecologista da REM

Estratégia 11:	<i>Protecção e conservação de solos</i>
<p>A gestão geral de vegetação protege os solos, mas certas actividades, como a sobrepopulação de fauna bravia ou a expansão de animais domésticos, deverão ser evitadas. A expansão de machambas ser activamente desencorajada. A agricultura no Vale do Futi será gradualmente eliminada e os impactos dos desenvolvimentos turísticos terão de ser monitorizados. O impacto de veículos será controlado por:</p> <ul style="list-style-type: none"> • minimização do uso de estradas dentro da REM, encorajando os turistas a caminhar e usar esconderijos em vez de guiar; • se viável, promoção do acesso a Machangulo por barco; • melhoria das estradas usadas com frequência em locais sensíveis; • interdição da condução fora de estrada; • uso de veículos dentro da REM por turistas restringido, em grande medida, ao transporte em veículos de operadores; • realinhamento e modernização de estradas onde pertinente em áreas sensíveis. <p>Quanto ao realinhamento, os princípios gerais são acompanhar os cumes das dunas e evitar declives acentuados. Se possível, nenhuma estrada nova deve ser traçada através de floresta. Em áreas de ecótono frágil entre zonas sazonalmente húmidas e florestas (por exemplo, Membe), poderá ser vantajoso ter percursos diferentes para as estações húmida e seca, para que as áreas frágeis possam descansar na estação seca, quando ficam transitáveis os percursos por cotas mais baixas. Se possível, os materiais para os melhoramentos nas estradas deverão ser trazidos de for Ada REM. Deverá ser prestada atenção à drenagem das estradas, para evitar a erosão acelerada. A travessia de zonas húmidas não deve impedir a drenagem.</p>	

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
RM54. Estudar os problemas do sistema rodoviários existente usando teledetecção e visitas de campo, fazendo propostas de realinhamento e melhoria onde pertinente, sempre minimizando impactos adversos.	Plano e programa do sistema de avaliação e manutenção de estradas	Ecologista da REM
RM55. Efectuar o realinhamento e melhoramento	Relatórios do programa de manutenção	Administrador da REM
RM56. Monitorar o uso e impacto das estradas e tomar acções correctivas à medida do necessário	Programa e sistema de monitoria	Administrador da REM e Ecologista da REM

Estratégia 12:	<i>Gestão Hidrológica</i>
<p>Será monitorizado curso do Rio Futi, o nível das principais lagoas da REM e a qualidade da água, com referência particular aos elefantes. Todos os desenvolvimentos adicionais às plantações serão mantidos bem afastados do Rio Futi e de outras áreas onde o lençol seja elevado, para evitar redução do caudal do rio, e através do programa para o Corredor do Futi, serão evitados desenvolvimentos adversos a montante. A bombagem de água a partir do Rio Futi não deve ser implementada. A qualidade da água dos dois rios é bastante diferente (por exemplo, o Maputo tem uma carga elevada de sedimentos e é rico em nutrientes, enquanto o Futi transporta poucos sedimentos e tem turfa ácida) e o sistema do Futi sofreria alterações ecológicas consideráveis se tal acontecesse.</p> <p>Relativamente ao Rio Maputo, serão realizados estudos para adquirir um melhor conhecimento sobre a biodiversidade, ecologia e recursos naturais do seu troço mais baixo. O estudo tomará em consideração os desenvolvimentos existentes e planeados ao longo da margem ocidental (por exemplo, uma fábrica de arroz e uma estação de tratamento de águas residuais na Bela Vista), bem como os desenvolvimentos a montante (por exemplo, pedreira, fábrica de cal, tratamento de águas residuais e outros desenvolvimentos em Salamanga), e fará recomendações para a gestão da Reserva e mitigação de impactos.</p> <p>Será promovida a colaboração entre a Administração da Reserva, a direcção Nacional de Águas e quaisquer outras iniciativas pertinentes para assegurar que as necessidades da REM são tomadas em consideração nas decisões que afectam a gestão do Rio Maputo.</p>	

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
RM57. Criar e implementar um sistema de monitoria de água, a partir do trabalho já feito pela UEM	Sistema de monitoria da água	Ecologista da REM
RM58. Realizar um estudo sobre a biodiversidade e ecologia do Rio Maputo, consultar os utilizadores actuais e futuros do rio e os que realizam actividades com impacto, e identificar as principais ameaças	Estudo sobre o Rio Maputo	Ecologista da REM
RM59. Incorporar as constatações na estratégia de maneio, em alinhamento com o Acordo Inco-Maputo	Revisões à estratégia de maneio	Administrador da REM
RM60. Promover o diálogo e a colaboração com sectores que têm impacto, para minorar os impactos adversos, trabalhando através do governo, onde pertinente	Programa e relatórios de consulta de partes interessadas	Administrador da REM

4.5.1.1

Tabela 2: Recursos suficientes para a gestão eficaz e eficiente da REM

Objectivo	Assegurar pessoal, infra-estruturas e equipamentos suficientes para permitir a gestão eficaz e eficiente da REM
Fundamento:	Sem o pessoal suficiente, sem infra-estruturas e equipamento, não será possível gerir eficaz e eficientemente as componentes marinha e terrestre da REM, pelo que estes três aspectos devem ser planificados, orçamentados e implementados.
Estratégia	Estratégia de Aplicação da Lei
<p>Será feita a monitoria e tomadas medidas correctivas para evitar o uso excessivo dos recursos florísticos pelas comunidades locais ou uso ilegal por pessoas de fora da área. Este último implica a aplicação da lei para impedir o abate comercial de madeira na REM.</p> <p>A caça de grandes mamíferos e outras actividades ilegais na REM, pelas comunidades locais ou por pessoas de fora, ser controlada pela Administração da Reserva. A Administração será também responsável pelo controlo do uso ilegal da floresta e fauna bravia no Corredor do Futi, incidindo nas actividades ilegais comerciais e desportivas. Na REM; o número de postos de aplicação da lei será aumentado até 5 (o número e localização dos postos será flexível, dependendo de onde as pressões forem maiores e dos recursos disponíveis). A equipa móvel e os postos na parte ocidental da REM e no corredor farão também trabalho de protecção de culturas. A aplicação da lei será reforçada através da intensificação das patrulhas a partir da rede de postos e pela equipa móvel central. A secção de aplicação da lei será suficientemente equipada, treinada e apoiada, de modo a garantir uma operação eficaz. Os esforços de aplicação da lei na REM concentrar-se-ão nos não residentes. Simultaneamente, será promovido o diálogo com as comunidades locais da REM, de modo a explorar benefícios alternativos a partir da REM, em vez da caça (ver capítulo sobre as comunidades). Será promovida a colaboração entre o pessoal de aplicação da lei e as comunidades, para assegurar que as suas actividades sejam harmonizadas relativamente às comunidades.</p> <p>O número de postos por unidade de área na REM é muito elevado, principalmente por causa da necessidade de controlo de animais problemáticos. Esse número poderá ser reduzido em resultado da instalação de uma vedação eléctrica ao longo do limite ocidental da REM. Num prazo mais alargado, deverá ser possível dispensar alguns postos quando as actividades ilegais começarem a diminuir: por exemplo, se forem desenvolvidos outros mecanismos de controlo de animais problemáticos e se as brigadas móveis conseguirem assumir parte do trabalho dos postos. Em alternativa, quando o novo sistema se tornar efectivo e os operadores ilegais se aperceberem da existência de uma força séria de gestão, poderá ser possível dispensar a brigada móvel permanente. Os edifícios dos postos de guarda deverão ser simples e rústicos, feitos com materiais locais ou tendas. O investimento deve ser minimizado na medida do possível, não deixando de garantir condições razoáveis de trabalho aos guardas.</p> <p>Precisa ser desenvolvida uma estratégia de aplicação da lei para a REM e, em particular, para o Corredor de Futi, implementada por pessoal da REM (ver Apêndice 1).</p>	

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
RM61. Desenvolver uma Estratégia de Aplicação da Lei para a REM, oferecendo ao pessoal e para as necessidades de infra-estrutura e equipamento	Estratégia de aplicação da lei	Administrador da Reserva
RM62. Actualizar a avaliação de necessidades de pessoal da REM	Plano & orçamento de recursos humanos	Administrador da Reserva
RM63. Pressionar para o desenvolvimento de política de carreiras para áreas protegidas	Carreiras e tabela de salários implementadas	Administrador da Reserva
RM64. Avaliar as necessidades de equipamento e adquirir equipamento adicional	Plano de aquisição e substituição de equipamento. Aquisição de equipamento.	Administrador da Reserva
RM65. Determinar as necessidades da REM em termos de infra-estruturas	Plano/orçamento de desenvolvimento e manutenção de infra-estruturas	Administrador da Reserva
RM66. Identificar fontes de financiamento e elaborar documento estratégico de angariação de fundos, para a Administração da REM.	Produzir estratégia de financiamento da REM. Assinatura de acordos financeiros com parceiros para implementação do Plano de Maneio	Administrador da Reserva
RM67. Recrutar e formar de pessoal, de acordo com a avaliação das necessidades de pessoal da REM	Pessoal adicional recrutado e formado	Administrador da Reserva

4.5.1.2

Tabela 3: Revisão da existente e desenvolvimento de nova legislação e políticas

Objectivo	<i>Fazer pressão no sentido da revisão da legislação e políticas existentes, e, onde necessário, desenvolvimento de novas leis e políticas, de modo a facilitar o desenvolvimento da REM e da ACTFL</i>
Fundamento:	Para gerir eficazmente a REM, numa perspectiva marinha e terrestres, é imperativo que o ambiente legislativo e de políticas dêem aos quadros de direcção a autoridade para executarem as suas acções.
Estratégia	Reforma de políticas e leis
No seguimento da preparação de um banco de dados relativo a todas as políticas e legislações pertinentes, é necessário avaliar a sua relevância e eficácia quer para a REM – na perspectiva marinha e terrestres – quer para a ACTF. Os domínios específicos que requerem tratamento incluem a gestão de áreas protegidas em Moçambique, política de reassentamento, planos e programas relativos à área central da REM, uso e ordenamento da terra, e a harmonização das políticas moçambicanas com as dos países parceiros na ACTFL.	

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
RM68. Recolher e organizar a legislação, regulamentação e políticas relevantes	Possuir todos os ficheiros organizados numa biblioteca de consulta jurídica.	Administrador da Reserva
RM69. Identificar lacunas jurídicas e políticas e fazer pressão para a mudança	Disponibilidade de legislação e políticas novas ou emendadas	Administrador da Reserva
RM70. Celebrar um protocolo transfronteiriço para questões de segurança	Protocolo de Segurança assinado ao nível trilateral	Unidade da ACTF
RM71. Compilar e harmonizar a estrutura comunitária de conservação (nos 3 países)	Estruturas de implementação aprovadas e um plano de acção concebido e em implementação	Unidade da ACTF
RM72. Definir a política de reassentamento e definir uma política de gestão de assentamentos internos na REM	Política de reassentamento aprovada e implementada; Política de Assentamento aprovada	Administrador da REM
RM73. Definir os padrões/práticas de uso da terra nas zonas-tampão da REM (a Este do Rio Maputo)	Padrões/práticas de uso da terra estabelecidos e aprovados	administrador da REM

4.5.1.3

Tabela 4: Promover e garantir o uso sustentável dos recursos culturais

Objectivo	Promover e garantir o uso sustentável dos recursos culturais
Fundamento:	Apesar de ser sabido que a REM contém vários locais arqueológicos do início da Idade do Ferro, da Idade da Pedra, e uma grande importância para as comunidades locais, incluindo a presença de cemitérios e sítios sagrados, os seus valores, culturais, históricos e arqueológicos não foram ainda exaustivamente documentados nem receberam a atenção merecida nas estratégias de gestão, para assegurar a protecção de todos esses locais e o direito das comunidades de manterem as suas práticas tradicionais.
Estratégia	Gestão do Património Cultural (GPC)
	Serão efectuados levantamentos para melhorar o conhecimento sobre os sítios arqueológicos e culturais. Os sítios importantes serão alvo de um estatuto especial de protecção através do zonamento. Alguns locais poderão ser abertos aos visitantes, se tal for adequado.

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
RM74. Concluir o trabalho de levantamento em curso como parte de um levantamento arqueológico de maior monta no litoral do Sul de Moçambique, através de trabalho de campo por peritos e com a colaboração dos guardas da REM na localização dos sítios. Os sítios serão documentados e serão feitas recomendações para a sua conservação.	Levantamento do património cultural Recomendações de gestão	Oficial de Ligação Comunitária
RM75. Realizar todo o trabalho adicional necessário como parte das avaliações de impacto ambiental dos desenvolvimentos turísticos, em particular nos sítios costeiros.	Relatórios das avaliações de impacto ambiental	Ecologista da REM
RM76. Tomar as medidas de gestão necessárias para garantir a preservação dos sítios arqueológicos e culturais, incluindo o controlo do acesso por turistas.	Protocolos de maneio	Administrador da Reserva
RM77. Recolher a informação existente sobre a história local recente e usá-la para compreender os sistemas tradicionais de gestão de recursos	Inventário de informação	Oficial de Ligação Comunitária

4.5.1.4

Tabela 5: Promover e garantir a utilização sustentável dos recursos naturais

Objectivo	Promover e garantir a utilização sustentável dos recursos naturais
Fundamento:	A utilização sustentável como opção que oferece benefícios tangíveis às comunidades afectadas pelas áreas protegidas tem demonstrado ser uma opção viável e factível, e compreende aspectos como a pesca, pasto, recolha de madeira e caniço. Para que os rendimentos de produção possam ser monitorados e sustentados, é necessário definir níveis com base nos níveis actualmente disponíveis para estes recursos. Os métodos aceitáveis relativos à utilização de recursos têm de ser promovidos e baseados em políticas claramente definidas.
Estratégia	Determinar os níveis de utilização sustentável dos recursos e promover o uso destes com base em políticas claramente definidas.
	<p>Dentro da REM, são usados numerosos métodos de utilização dos recursos, incluindo a recolha de erva, madeira e caniço, a pesca e a agricultura.</p> <p>A pesca realizada pelas comunidades locais prossegue dentro da REM, nas lagoas costeiras, estuários e oceano, dirigida principalmente a espécies de camarão e de peixe. A pesca deve ser monitorada para assegurar que as capturas são sustentáveis.</p> <p>É improvável que venha a recorrer-se à supressão autorizada de grandes mamíferos no período de cinco anos a que se refere este plano de maneio, mas isso poderá ser importante a longo prazo para evitar o sobrepopoamento. Os benefícios de qualquer abate futuro irão, pelo menos em parte, para as comunidades locais. A introdução de uma política de propriedade sobre a fauna bravia na REM deve ser claramente definida e compreendida por todas as partes. Isto poderia constituir uma alternativa ao gado, podendo levar à criação de áreas de protecção comunitária e sua inclusão na REM.</p>

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
RM78. Concluir o Plano de Acção Comunitária (PAC)	PAC	Administrador da Reserva
RM79. Promover a colaboração entre a REM e a Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural quanto à emissão de licenças de pesca apenas para as comunidades locais, para a REM e Corredor de Futi.	Relatórios das reuniões e memorando de entendimento	Administrador da Reserva
RM80. Monitorar o impacto da pesca em termos de sustentabilidade das espécies-alvo e em termos dos impactos em espécies raras e endémicas. Incorporar as recomendações resultantes deste trabalho nos programas de maneio, em colaboração com as comunidades locais.	Programa e relatórios de monitoria	Ecologista da REM
RM81. Desenvolver uma política de posse e direitos de uso da fauna bravia na REM, em colaboração com todos os actores, antes da introdução de animais selvagens	Política sobre a posse e direito de uso da fauna bravia	Administrador da Reserva
RM82. Desenvolver e implementar programas de sensibilização do uso sustentável dos recursos naturais	Programa de sensibilização concebido e aprovado	Oficial de Ligação Comunitária
RM83. Levantamento do uso dos recursos naturais, incluindo pastos e culturas	Banco de dados criado e em utilização	Oficial de Ligação Comunitária
RM84. Determinar rendimentos sustentáveis	Uso racional do banco de dados; uso de fichas de monitoria do uso de recursos; Regras e regulamentos da REM adaptados ao uso sustentável dos recursos	Ecologista da REM e Oficial de Ligação comunitária
RM85. Monitorar os níveis de uso sustentável	Níveis de uso verificados	Ecologista da REM

Tabela 6: Promover a consciencialização comunitária e política relativa à conservação

Objectivo	Promover a consciencialização comunitária e política relativa à conservação como opção viável de uso da terra
Fundamento:	A conservação não é ainda reconhecida e usada pelas comunidades locais em Moçambique como opção viável e sustentável de uso da terra, provavelmente porque ainda não foi compreendida como opção de negócio quer pelas comunidades afectadas pelas áreas protegidas, quer pelas chefias políticas que prestam apoio e aconselhamento às comunidades.
Estratégia	Consciencialização e Sensibilização relativas à Conservação
	Depois de determinar o valor económico e impacto da conservação na região, e de determinar a cadeia de valor da conservação como opção de negócio viável, será possível comparar a conservação como opção de uso da terra contra com outras opções disponíveis na região. Um programa de promoção sensibilização e promoção da conservação como uso viável da terra, detalhando áreas específicas e práticas aceitáveis de uso nas comunidades em torno da REM, bem como metodologias relativas à criação de empresas comunitárias baseadas nas boas práticas de uso da terra, com monitoria de conformidade através de um programa melhorado de aplicação da lei.

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
RM86. Determinar o valor económico e o impacto da REM para Moçambique	Apresentar um relatório sobre o contributo económico da REM para o PNB	Administrador da Reserva
RM87. Determinar a cadeia de valor da conservação e comparar com outras práticas de uso da terra (PUT)	Análise da cadeia de valor económico da conservação em relação a outras PUT	Administrador da Reserva
RM88. Desenvolver e implementar programa de sensibilização que promova a conservação enquanto PUT	Programa de sensibilização implementado ao nível nacional	Oficial de Ligação Comunitária
RM89. Desenvolver empresas comunitárias baseadas em práticas sustentáveis de uso da terra	Empresas comunitárias criadas (a elaborar mais)	Oficial de Ligação Comunitária
RM90. Melhorar as Capacidades de Aplicação da Lei	Redução da incidência da caça furtiva (instrumentos de monitoria espacial)	Oficial de Aplicação da Lei

4.5.2 AFA 2: Gestão da Actividade

O fundamento, estratégias e projectos de acção fundamentais para os objectivos de gestão de actividade que se seguem, estão definidos nas tabelas abaixo:

- Dar autoridade à REM através do desenvolvimento das políticas e revisão do quadro jurídico de modo a promover a devolução de poder e a retenção de receita.
- Criar um ambiente conducente ao investimento.
- Melhorar e desenvolver um produto turístico diversificado.

Tabela 7: Dar autoridade à REM através do desenvolvimento de políticas e revisão do quadro legal

Objectivo	<i>Dar autoridade à REM através das políticas e da revisão do quadro jurídico de modo a promover a devolução de poder e a retenção de receita.</i>
Fundamento:	Para gerar receita para financiar o maneio da REM e criar benefícios para as comunidades locais vivendo na REM e adjacente a esta, é necessário dar autoridade à gestão da REM através do desenvolvimento e implementação de uma política, ligada a um quadro jurídico, que promova a devolução de poder e permita a retenção parcial da receita gerada pela REM.
Estratégia	Autonomia da REM – devolução e retenção de receitas
Ao criar uma entidade autónoma com autoridade financeira e administrativa, visando implementar as políticas de devolução de poder do GM, será possível garantir que a receita gerada na REM possa ser retida e que possam ser implementados sistemas para melhorar a satisfação dos clientes.	

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
BUS1. Conformidade com a política de maior retenção e uso da receita gerada na REM	Documento de Motivação	Administrador da Reserva
BUS2. Participar na criação de uma entidade autónoma com autoridade financeira e administrativa	Documento de Motivação	Administrador da Reserva
BUS3. Melhorar o sistema de cobrança de receita dando atenção à segurança e serviço pronto ao cliente	Maior receita	Administrador da Reserva

Tabela 8: Criação de um ambiente condicente ao investimento

Objectivo	Criar um ambiente conducente ao investimento na REM
Fundamento:	A REM tem um enorme potencial de geração de receita suficiente proveniente do turismo, a partir tanto do investimento em concessões como partir das receitas das portas de entrada, mas tal só será possível se existir um ambiente propício para o investimento dentro do potencial turístico criado.
Estratégia	Criação de um ambiente conducente ao investimento
Ao garantir que o desenvolvimento turístico tenha lugar de uma forma planificada e controlada, e que não tenha impactos sociais, socioeconómicos e ambientais inaceitáveis, será possível criar um ambiente propício ao investimento.	

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
BUS4. Aumentar o potencial turístico da REM melhorando a experiência turística incluindo as componentes marinha e terrestre	Maior receita do Turismo Níveis de satisfação	Administrador da Reserva
BUS5. Melhorar a infra-estrutura básica da REM (estradas, comunicações, electrificação)	Melhores infra-estruturas	Administrador da REM
BUS6. Aumentar a capacidade de promoção através de um <i>marketing</i> mais eficiente	Melhores estatísticas e satisfação dos visitantes	Administrador da REM
BUS7. Constituir parcerias estratégicas com agências envolvidas no investimento turístico: INATUR, operadores turísticos	Criação de um quadro turístico estratégico	Administrador da Reserva
BUS8. Criar o cargo de Assessor de Transacções / Director de Concessão		Administrador da Reserva
BUS9. Criar um programa de relações públicas	Ver acima	Oficial de Relações Públicas
BUS10. Pesquisar os incentivos fiscais existentes para encorajar o investimento	Maior Investimento Regional Operações	Assessor de Negocios
BUS11. Conceber as Oportunidades Turísticas identificadas no Plano de Maneio da REM; seleccionar parceiros de negócios/Investidores para a criação de produtos turísticos adicionais de acordo com as directrizes do Plano Estratégico de Comercialização (PEC) (ver Apêndice 2)	Investidores para a Concessão de Blocos e a Concessão de Actividades	MITUR Administrador da Reserva
BUS12. Publicitar o potencial turístico	Ver o Programa de RP, acima	Assessor de Negocios
BUS13. Criar directrizes para produtos turísticos na área	Produção de um folheto sobre boas práticas de turismo	Assessor de Negocios
BUS14. Criar condições de licença específicas para Operadores na REM, para actividades seleccionadas	Desenvolver Directrizes de Licenciamento	Administrador da Reserva

Tabela 9: Melhorar e desenvolver um produto turístico diversificado

Objectivo	Melhorar e desenvolver um produto turístico diversificado
<p>Fundamento:</p> <p>A REM nunca foi bem desenvolvida turisticamente, embora tenha um potencial extremamente alto. Entre os atributos e atracções únicas na REM ou em torno desta contam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Costa do Oceano Índico de extraordinária beleza paisagística, águas claras e possibilidades de actividades aquáticas e de praia; • Áreas interiores de grande valor paisagístico e bom potencial para observação de animais, trilhos ecológicos em 4x4, caminhadas no mato e outras actividades; • Rio Maputo e Baía de Maputo com possibilidades de navegação, observação de aves e de caça; • Grande variedade de espécies de aves e plantas; • Atracções culturais incluindo sítios arqueológicos e tradições das comunidades locais. <p>A localização da REM, próxima de Maputo e das fronteiras com a África do Sul e a Suazilândia, e a esperada reabilitação da estrada de Salamanga à Ponta do Ouro, tornam-na acessível a grandes mercados nacionais e regionais. Estes aspectos serão reforçados com o desenvolvimento do Corredor de Maputo e a promoção do crescimento económico regional através da Iniciativa de Desenvolvimento Espacial de Lubombo (IDEL), entre Moçambique, Suazilândia e África do Sul. A política nacional de turismo define esta área como destinada aos segmentos médio e superior do mercado, e os mercados identificados compreendem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Moçambique</i>: Moçambicanos do nível de rendimento superior e médio, particularmente de Maputo; estrangeiros residentes em Moçambique e seus familiares e amigos visitantes; outros turistas em Moçambique (por exemplo, empresários); • <i>África do Sul e Suazilândia</i>: segmentos baixo, médio e superior do mercado; • <i>Internacional</i>: segmentos superior e médio. <p>Os principais factores limitantes são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fragilidade de muitos ecossistemas; • Problemas de acesso relacionados com a fragilidade e manutenção do carácter selvagem; • Restrições climáticas (muito quente e húmido nos meses de verão); • Número actualmente baixo de grandes mamíferos. 	
Estratégia	Diversificar as oportunidades para moçambicanos e outros apreciarem os valores naturais da REM com o fim de desfrute, recreio e consciencialização
<p>Será promovido o ecoturismo na sua verdadeira acepção, ao invés de turismo de natureza. A paisagem da REM, o seu estado selvagem, costa e biodiversidade serão destacados na experiência turística. A observação de caça terá um papel mais importante mais tarde, quando os números de animais aumentarem. Os usos culturais e tradicionais da REM serão também abrangidos. A maior parte das actividades terão lugar de barco ou a pé, devido ao frágil meio ambiente. As instalações para os visitantes do dia serão desenvolvidas no lado ocidental da REM – as partes oriental e central serão mais direccionadas para os visitantes que pernoitam. O segmento superior do mercado será focado nas zonas oriental e central, enquanto os outros segmentos serão mais centrados a Oeste e no centro.</p> <p>Será elaborada uma Estratégia de Desenvolvimento Turístico detalhada, cobrindo o alinhamento dos processos de concessão de alojamentos na Ponta Chemucane, Ponta Milibangala e Ponta Dobela, com o processo de concessão facilitado pela <i>International Finance Corporation</i> (IFC).</p> <p>Os desenvolvimentos turísticos compreenderão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pequenos hotéis de luxo, caros, em Milibangalala (até 100 camas), Dobela (até 120 camas) e Chemucane (até 60 camas), na costa, e na Lagoa Nela. Estes locais estão dentro de áreas de concessão de uso exclusivo; • Acampamentos de safari – disseminados pela reserva; • Passeios de barco no Rio Maputo, na Baía e lagoas costeiras (máximo de 10 barcos no rio e 2 em qualquer lagoa, por razões estéticas); • Caminhadas no mato a norte e a sul; • Concessão para veículos abertos de observação de animais: próximo do Rio Futi /Planície dos Changos (máximo de 6 veículos); • Percursos na natureza e um centro de interpretação próximo do acampamento principal. <p>Será procurado o investimento do sector privado para a promoção do turismo, com base em concessões. Serão promovidos os benefícios para as comunidades. Serão desenvolvidos mecanismos para reter na REM pelo menos parte das receitas do turismo, para reinvestimento, gestão e compensação às comunidades por inconveniências causadas pela REM. O objectivo derradeiro é que a REM (incluindo o Corredor de Futi) se torne auto-sustentável.</p> <p>O desenvolvimento turístico seguirá as propostas detalhadas desenvolvidas no plano de maneio, que tenta assegurar a compatibilidade com os outros objectivos de gestão. Serão realizadas consultas às comunidades antes de realizar quaisquer desenvolvimentos. Os desenvolvimentos turísticos e sua operação serão monitorados para garantir a não ocorrência de impactos inaceitáveis.</p>	

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
BUS15. Ser desenvolvido um centro de interpretação, inicialmente de pequena dimensão e posteriormente expandido, próximo do acampamento principal. As mostras cobrirão a história, ecologia terrestre, aquática e marinha, biodiversidade, aspectos comunitários, maneio incluindo fogos, aplicação da lei, repovoamento e protecção de culturas, participação comunitária, e problemas e ameaças correntes.	Centro de interpretação	Administrador da Reserva
BUS16. Serão desenvolvidas outros meios de interpretação como guias treinados, interpretação pelos concessionários e talvez materiais escritos. Os turistas serão encorajados a entenderem como podem contribuir para a REM e como ajudar a conservá-la.	Materiais e meios de interpretação	Administrador da Reserva
BUS17. Serão planificadas e desenvolvidas redes de trilhos e instalações	Plano director e detalhado dos trilhos Instalações	Administrador da Reserva
BUS18. Será planificado e desenvolvido um sistema para a operação dos trilhos e actividades, incluindo reservas, itinerários, guias	Sistema de gestão e operação dos trilhos e relatórios	Administrador da REM e da RMPP
BUS19. Serão estabelecidos e implementados sistemas de monitoria para: <ul style="list-style-type: none"> • Impactos do turismo, com mecanismo de <i>feedback</i> à direcção; • Uso pelos visitantes da REM, incluindo recolha e análise de estatísticas; • Satisfação dos visitantes. 	Sistemas de monitoria	Ecologista e biólogo
BUS20. Criação de instalações e serviços turísticos (locais de lançamento de barcos, sanitários, recepção, parqueamento, etc.	Instalações melhoradas	Administrador da Reserva

4.5.3 AFA 3: Gestão do Fluxo de Benefícios

O fundamento, estratégias e projectos de acção essenciais para os objectivos seguintes de gestão do fluxo de benefícios definem-se nas tabelas abaixo (ver também o PAC da REM):

- Desenvolver e implementar intervenções que reduzam os conflitos entre humanos e animais.
- Garantir benefícios equitativos para as comunidades através do aumento de oportunidades turísticas.
- Alargar o entendimento dos benefícios da conservação da fauna bravia.
- Apoiar o desenvolvimento socioeconómico local.

Tabela 10: Desenvolver e implementar intervenções que reduzam os conflitos entre humanos e fauna bravia

Objectivo	<i>Desenvolver e implementar intervenções de redução dos conflitos entre humanos e animais (CHFB)</i>
<p>Fundamento:</p> <p>As comunidades locais que viveram na REM antes da guerra estão a regressar. O número de pessoas está estimado em cerca de 1 000 a 1 300, muito menos que as estimativas de 5 000 a 10 000 pessoas antes da guerra. Quaisquer serviços sociais que sejam criados dentro da REM podem funcionar como atractivo para as pessoas de fora e refugiados que não tenham regressado, aumentando a pressão sobre a reserva. As comunidades cultivam pequenas machambas, principalmente na forma de culturas itinerantes, que danifica a vegetação. O cultivo nas áreas mais férteis próximas de lagoas e rios está a ter um impacto grave no Rio Futi. Como a fertilidade no vale é relativamente elevada, as comunidades não querem pôr fim a esta prática. Existe um risco elevado de implicações sociais e ecológicas graves. As ambições a longo prazo das comunidades passam pelo restabelecimento das suas grandes manadas de gado que, anteriormente, causaram graves danos de sobrepastoreio em partes da reserva, além da competição com os animais selvagens.</p> <p>Os conflitos entre humanos e animais em resultado da destruição de culturas dentro e fora da REM, principalmente por elefantes mas também por hipopótamos e porcos-selvagens, constitui motivo de preocupação para a Direcção da REM e para o GM. Os limites da REM seccionam a área de distribuição natural da população de elefantes, e grupos reprodutores abandonam a reserva para usarem a floresta de savana e outras áreas a Sul de Salamanga. Tradicionalmente, poderão ter-se deslocado pela planície aluvial do Rio Maputo, onde há alimentação mais nutritiva. Os machos deslocavam-se tradicionalmente ao longo do Rio Futi, encontrando-se com as manadas reprodutoras que usam uma área mais próxima do Parque de Elefantes Tembe e, anteriormente, usavam a planície aluvial do Rio Maputo, a Norte da fronteira internacional. Esta rota encontra-se agora fechada por uma cerca eléctrica e por uma linha de restrição de elefantes ao longo do limite ocidental do Corredor de Futi.</p> <p>Os elefantes destroem as culturas quando abandonam a REM, particularmente a Oeste do Rio Futi, próximo de Salamanga, mas também em outras áreas dentro da reserva e adjacentes a ela. Este conflito existe há décadas, e antes da guerra havia uma série de postos de guarda no Corredor de Futi com a função de espantar os elefantes de volta para a REM e tentar proteger as culturas. Os danos às culturas são a principal fonte de conflito entre as pessoas da zona e a REM. Os danos causados por porcos-selvagens são menos graves para as comunidades. Isto pode dever-se a serem elas próprias a controlarem estes animais, obtendo ainda uma fonte de proteína. A linha de restrição de elefantes que se estende da área nuclear da REM até à fronteira com a África do Sul é útil como primeira iniciativa para reduzir os CHFB e mitigar o seu impacto.</p> <p>As comunidades locais também usam certas florestas para cerimónias e enterros. Com o regresso das pessoas à REM, grandes áreas estão a ser queimadas anualmente, com impactos diversos, e, em geral, o uso de subsistência dos recursos naturais na REM está, actualmente, localizado na proximidade de povoações, numa escala relativamente pequena. Este uso é, assim, normalmente considerado como sendo sustentável ao nível actual, com excepção da caça, da agricultura em áreas ecologicamente sensíveis e das queimadas.</p> <p>Se o número de pessoas na REM aumentar, se ocorrer uma intensificação da comercialização de recursos marinhos e terrestres, ou se o nível de vida geral e riqueza das pessoas que vivem na REM aumentarem e se estas pessoas reconstituírem as suas grandes manadas de gado na REM, as pessoas começarão a causar, uma vez mais, um grave impacto adverso na reserva e na sua biodiversidade.</p>	
<p>Estratégia</p>	<p>Gestão e mitigação do CHFB</p> <p>O problema da destruição de culturas exige resolução, mas as estratégias serão diferentes em função de onde ocorra o impacto. A curto prazo, são envidados esforços para afastar os elefantes das culturas, com o pessoal da REM trabalhando em colaboração com as comunidades, bem como através do uso da linha de restrição de elefantes ao longo dos limites da REM. Esse afastamento continuará a envolver o uso de fogos e de barulho, bem como outras técnicas incluindo a experimentação com vedações de piripiri e bombas de fumo. Se possível, ao abatidos mais elefantes. Os hipopótamos serão controlados com vedações baixas de espinhosas em torno das machambas. A Direcção da REM prestará assistência ao controlo de animais problemáticos, incluindo os porcos-selvagens.</p> <p>A vedação de fauna bravia ao longo da fronteira ocidental, iniciada pela concessão Blanchard Sodetur, demonstrou ser grandemente eficaz na diminuição do conflito entre humanos e animais, mas persiste problemas relativos ao acesso das comunidades a partes da REM através da cerca. Foi proposta uma vedação contra animais ininterrupta ao longo do limite sul da REM e ao longo do limite ocidental e oriental do Corredor de Futi, para restabelecer a ligação ecológica entre a REM e o Parque de Elefantes Tembe, reduzindo assim as possibilidades de CHFB.</p>

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
BFM1. Prosseguir o estudo em curso sobre os movimentos dos elefantes colocando coleiras em alguns animais, para adquirir um maior entendimento sobre os motivos e extensão das suas deslocações, incluindo distribuição de pontos de abeberamento usados pelos elefantes.	Relatórios dos estudos de movimentação de elefantes	Ecologista da REM
BFM2. Criar os dados de base sobre danos de culturas e padrões de invasão de elefantes desenvolvendo a partir do trabalho já feito, e desenvolvimento de um sistema de monitoria regular e de um sistema de gestão de banco de dados	Programa e relatórios de monitoria Banco de dados e sistema de gestão	Ecologista da REM e Oficial de Ligação Comunitária
BFM3. Elaboração de uma estratégia detalhada sobre futuras medidas de controlo, baseada nestes estudos	Estratégia detalhada de maneio e controlo	Ecologista da REM
BFM4. Implementar uma política de reassentamento, incluindo uma política de mitigação e medidas para o CHFB conforme com as Directrizes de Reassentamento do Banco Mundial	Número de famílias reassentadas ao longo do período	Administrador da Reserva
BFM5. Efectuar um estudo de padrões/práticas nas zonas-tampão da REM	Plano de zonagem concluído e implementado	Ecologista da REM
BFM6. Implementar uma política de assentamento na REM	Relatório sobre tendências de assentamento na REM	Administrador da Reserva
BFM7. Planificar e construir barreiras para separar pessoas e fauna bravia	Estabelecidas tapadas/enclaves, vedações de caça	Administrador da REM
BFM8. Promover atracções e incentivar desenvolvimentos para assentamento fora da REM	Novos locais de desenvolvimento identificados, projectos apresentados e aprovados pela autoridade competente.	Administrador da Reserva
BFM9. Promover Planeamento Familiar e educação sobre SIDA	Comunidades sensibilizadas em planeamento familiar e programas de educação sobre HIV/SIDA	Oficial de Ligação Comunitária
BFM10. Promover Práticas de Agricultura de Conservação	Comunidades praticando actividades respeitadoras do ambiente	Oficial de Ligação Comunitária

4.5.3.1

Tabela 11: Benefícios equitativos para as comunidades através de mais oportunidades turísticas

Objectivo	<i>Assegurar benefícios equitativos para as comunidades através do aumento de oportunidades relacionadas com o turismo (promover o uso sustentável dos recursos naturais pelas comunidades locais)</i>
<p>Fundamento:</p> <p>Através de um processo de diálogo com as comunidades, serão negociados acordos de co-gestão com comunidades-alvo identificadas pelos critérios seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desejo manifesto da comunidade de desenvolver uma abordagem de co-gestão; • Potencial de conflito. <p>Estas comunidades serão encorajadas a criar associações com uma lista de famílias-membros e uma estrutura representante de tomada de decisão, que constituirá a base de participação na gestão da REM. Parte do acordo de associação será um compromisso, por parte da comunidade em causa, de adesão aos regulamentos básicos da REM. Para garantir a conservação da biodiversidade – o objectivo primário da REM – são inevitáveis as seguintes restrições ao uso dos recursos naturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proibida a caça de grandes mamíferos na REM; • Não será mantida qualquer espécie de animais domésticos na REM, com excepção de aves; • Não será permitida qualquer tipo de agricultura nas áreas sensíveis nem fora das zonas de uso comunitário; • Não será permitida a prestação de serviços sociais dentro da REM. <p>Estas restrições e outros custos associados à REM serão compensados através de uma diversidade de benefícios directos e indirectos, incluindo a continuidade do acesso a sítios sagrados, apanha sustentável de certos recursos naturais dentro da REM e partilha das receitas da REM.</p> <p>Dentro das restrições acima, as comunidades serão encorajadas a dar continuidade ao uso e gestão costumeira dos recursos naturais, recorrendo a mecanismos tradicionais de controlo existentes ou antigos. Serão apoiadas pela REM, por exemplo, no controlo das pressões externas. As zonas de uso comunitário e de uso extensivo serão identificadas através de técnicas participativas de mapeamento, e demarcadas. Serão criados sistemas de monitoria conjunta do uso dos recursos naturais. Este processo permitirá às comunidades perceberem se uso dos recursos se torna insustentável e aumenta o seu sentido de posse sobre os recursos, além de gerar informação útil para a administração da REM. Por exemplo, não deve ser atribuída a estranhos mais nenhuma licença de pesca para a Lagoa Piti. Em colaboração com o pessoal da REM, a comunidade piscatória será responsável pela monitoria e regulação das capturas de peixe. Serão estabelecidos programas de queimadas controladas em conjunção com as comunidades que vivem dentro da REM, acomodando as suas necessidades genuínas no programa de queimadas da REM.</p> <p>Será encorajada a monitoria por pares e a auto-regulação pelas comunidades locais. As infracções por utentes registados implicarão a perda de determinados benefícios directos para toda a comunidade, por um período determinado. As penalidades adicionais serão responsabilidade da própria comunidade. Os utentes não registados serão processados directamente pelo pessoal da REM. A implementação da estratégia acima terá que ser gradual e flexível, e, em particular, reactiva às preocupações manifestas das comunidades locais.</p>	
Estratégia	Gestão do fluxo equitativo de benefícios
<p>Foram criados três Fóruns Comunitários Regionais, sendo recomendado que cada um tenha um Fundo de Comunitário de Desenvolvimento através do qual possam ser canalizados os benefícios resultantes do mecanismo de 20% de receita. Será atribuída a estes fundos uma percentagem das receitas da REM, que será usada para financiar projectos definidos e desenvolvidos por associações comunitárias. Estes Fundos Comunitários de Desenvolvimento poderão ser usados para melhorar serviços sociais fora da REM que devem, gradualmente, atrair as famílias para fora dela. Podem também ser usados para reforçar associações comunitárias através do desenvolvimento de competências e intercâmbio comunitário.</p> <p>Como referido acima, para poderem formar uma associação passível de utilizar estes Fundos, as comunidades devem comprometer-se a aderir aos regulamentos básicos da REM. As infracções poderão ser penalizadas com uma redução ou cancelamento destes benefícios, ou com outras medidas adequadas. O valor do Fundo será ligado directamente às receitas da REM, integrando assim o desenvolvimento local com o maneio da REM. Alguns membros das comunidades também receberão benefícios indirectos da REM através de oportunidades de emprego e de ligações entre a REM e a economia local. As comunidades serão encorajadas a estabelecer pequenas empresas ligadas à conservação ou a actividades turísticas.</p> <p>No entanto, estes benefícios só serão substanciais a longo prazo e há uma necessidade directa a curto prazo de compensar custos directos em termos de prejuízos causados pela destruição por animais e de restrições aos modos de vida, e de prover incentivos às comunidades locais para que adiram aos regulamentos básicos da REM. Deverá ser considerada a criação de um fundo especial como subcomponente destes Fundos Comunitários de Desenvolvimento, especificamente para compensar os custos adicionais que as pessoas na REM enfrentam enquanto se procuram soluções e desenvolvimentos mais duradouros.</p>	

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
BFM11. Criar os Fundos Comunitários de Desenvolvimento como entidades jurídicas	Fundos Comunitários de Desenvolvimento	Administrador da Reserva
BFM12. Consultar as comunidades sobre como devem funcionar estes Fundos e criar mecanismos operacionais dentro das associações	Relatórios das reuniões e acordos	Oficial de Ligação Comunitária
BFM13. Auxiliar as comunidades a identificar prioridades de financiamento e a elaborar propostas	Listas de projectos prioritários Propostas de projectos	Oficial de Ligação Comunitária
BFM14. Avaliar as necessidades de formação nas associações e desenvolver o programa de formação comunitária	Avaliação da formação comunitária Programa de formação comunitária	Oficial de Ligação Comunitária
BFM15. Distribuir fundos e monitorar	Protocolo de gestão de Fundos Relatórios de monitoria	Administrador da REM e Oficial de Ligação Comunitária
BFM16. Monitorar os assentamentos dentro da REM e a ela adjacentes e definir o número de agregados familiares	Censo e Programa de Monitoria de assentamentos, e relatórios	Oficial de Ligação Comunitária
BFM17. Realizar <i>workshops</i> e visitas de campo com as comunidades-alvo para fazer o mapeamento participativo: <ul style="list-style-type: none"> • Para identificar recursos usados pelas comunidades e identificar as áreas em causa, para que possam ser definidas em detalhe as zonas comunitárias e as zonas de uso extensivo; • Para determinar os sistemas tradicionais de gestão de recursos, incluindo uso e controlo sobre os recursos, se estão ainda operacionais e o seu grau de eficácia; • Para identificar com as comunidades o estado actual e tendências dos recursos que usam, visando determinar a sustentabilidade do uso actual; • Se o uso dos recursos for insustentável ou desadequado, iniciar conversações para encontrar alternativas. 	Reuniões comunitárias e relatórios das visitas de campo	Oficial de Ligação Comunitária
BFM18. Apoiar as comunidades na promoção do uso melhorado dos recursos, onde necessário	Programa e relatórios de apoio e extensão comunitária	Oficial de Ligação Comunitária
BFM19. Criar sistemas comunitários de monitoria do uso de recursos	Sistemas comunitários de monitoria do uso dos recursos	Oficial de Ligação Comunitária; Ecologista da REM e Biólogo da RMPP
BFM20. Discutir com as comunidades a possibilidade de criação de associações para permitir a participação nos benefícios da REM	Relatórios das reuniões comunitárias e acordos	Oficial de Ligação Comunitária
BFM21. Apoiar a formação de associações, incluindo a produção de um registo de membros e definição da base de recursos das associações	Programa e relatórios do programa de apoio e extensão comunitária	Oficial de Ligação Comunitária
BFM22. Estabelecer os dados de base (onde não existam) e monitorar:	Sistema e relatórios de monitoria	Oficial de Ligação Comunitária

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
<ul style="list-style-type: none"> O número de agregados familiares na REM e, em particular, novos assentamentos; Bem-estar económico das comunidades; Alterações da sua condição socioeconómica; Atitudes comunitárias em relação à REM; Uso da REM para agricultura; Presença de gado (incluindo impacto de cães e gatos, se possível) 		
BFM23. Monitorar a conformidade e fazer valer os protocolos de emprego contratual, oportunidades nas instalações turísticas da REM e promover o uso de competências e conhecimentos locais	Aumento de emprego dos locais nas instalações turísticas da reserva; Sítios de Concessão Comunitária	Assessor de Negocios
BFM24. Desenvolver um Programa em parceria com o Governo e o <i>Southern Africa Wildlife College</i> e o <i>SA College for Tourism</i> , para dar formação em turismo e hotelaria às comunidades afectadas pela REM	Co-gestão d Concessões Comunitárias adjacentes à REM	Administrador da Reserva
BFM25. Promover Parcerias Público-Privado-Comunitárias (PPPC) com operadores turísticos dentro e adjacentes à REM; Aumentar as receitas recolhidas do turismo	Gestão de Contratos	Assessor de Negocios
BFM26. Promover o desenvolvimento de Empresas Comunitárias que ofereçam serviços/produtos ao sector do turismo; Promover o uso de 20% da receita para a criação de Empresas Comunitárias	Banco de dados sobre o desenvolvimento de prestadores locais de serviços; realizar análise de lacunas da prestação local de serviços; Fóruns comunitários aprovam 20% da receita para a criação de empresas comunitárias	Administrador da Reserva
BFM27. Efectuar um estudo para identificar sítios e eventos de importância em termos de património cultural e promovê-los junto dos operadores turísticos na região. Plano de Gestão dos Recursos Culturais	Inventário Plano de Gestão dos Recursos Culturais	Oficial de Ligação Comunitária

Tabela 12: Alargar o entendimento dos benefícios da conservação da afunda bravia

Objectivo	<i>Alargar o entendimento dos benefícios da conservação da fauna bravia (promover o entendimento e consciencialização da REM, problemas que a afectam e às comunidades locais, e possíveis soluções futuras)</i>
Fundamento:	<p>Dado que a DNAC reconhece as Directrizes Preliminares e o Plano de Acção para a Gestão Comunitária dos Recursos Naturais (Banco Mundial, 1996) em Moçambique e noutras partes da África Austral e do mundo, as movimentações no sentido da co-gestão dos recursos naturais pelos Estados e comunidades locais reflectem o entendimento crescente por parte dos administradores da conservação de que tal abordagem é mais eficaz em termos de custos, sustentável e equitativa do que as abordagens convencionais à conservação da biodiversidade.</p> <p>Os sectores mais pobres e vulneráveis da população rural são, com frequência, os mais dependentes dos recursos naturais renováveis em termos de geração de rendimentos e de estratégias de gestão de risco. As comunidades rurais frequentemente suportam custos directos e indirectos pelo facto de viverem próximo ou dentro de áreas de conservação, por perderem acesso a recursos, ver culturas, gado e vidas humanas perdidas ou prejudicadas pela fauna bravia. Para que se tornem parceiras na conservação da biodiversidade, as comunidades locais têm que retirar dela benefícios suficientes para compensarem esses custos, e participar e partilhar a responsabilidade pela gestão da REM.</p> <p>A promoção da consciencialização será necessária junto de muitos actores e audiências para conseguir a sua cooperação na implementação de planos, e também porque este plano de maneio implica muitos conceitos não aplicados até então na REM, como, por exemplo, ecoturismo, participação e benefícios comunitários, retenção de receitas, concessões turísticas, extensões marinhas e ripícolas da REM, inclusão e desenvolvimento da componente do Rio Futi e componente marinha, e programa de fogos controlados.</p>
Estratégia	Alargar o entendimento sobre os benefícios da conservação da fauna bravia
	<p>A maior parte da promoção da consciencialização necessária a este plano será integrada com acções de outros capítulos, para assegurar as mensagens canalizadas são exactas e adequadas às audiências visadas. Todavia, restam algumas acções que não foram ainda abrangidas.</p> <p>As audiências visadas e respectivas mensagens principais são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Comunidades locais:</i> conceitos de gestão partilhada, benefícios comunitários, desenvolvimento de associações, aceitação das restrições de certas actividades e promoção de mecanismos de controlo; desenvolvimento de novas actividades económicas e de subsistência; • <i>Utilizadores comerciais de recursos naturais, de fora da área:</i> novas medidas de controlo, incluindo as que, provavelmente, venham a resultar da extensão da REM; • <i>Governo e decisores políticos ao nível local, provincial e nacional:</i> conceitos e estratégias do plano, captar a sua cooperação na implementação; • <i>Sectores de impacto, governamentais e privados, incluindo o turismo, o sector da agricultura, das pescas, das minas, das florestas e água:</i> impactos directos e indirectos que estas actividades podem ter na REM e sua biodiversidade, de modo a promover medidas de mitigação; • <i>Concessionários de turismo:</i> entendimento detalhado e aceitação das estratégias de conservação da REM, para promover a sua plena cooperação; • <i>Turistas:</i> compreensão dos valores da REM e dos problemas da conservação, para potenciar a sua experiência e conseguir a sua colaboração na minimização dos impactos; • <i>Pessoal da REM:</i> entendimento pormenorizado e aceitação das estratégias de conservação e maneio da REM, para promover a sua plena colaboração; • <i>Crianças em idade escolar:</i> apreço pelos diferentes valores da REM e pela sua biodiversidade, para promover a consciencialização ambiental nestes decisores de amanhã (alunos em geral) e reforçar as mensagens ambientais para os seus pais (crianças das comunidades locais).

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
BFM28. Quando tiverem sido concebidos os novos termos para o uso dos recursos da REM e sua extensão, essa informação será comunicada aos utilizadores de fora da área imediata	Programa e relatórios de comunicação e consciencialização	Oficial de Ligação Comunitária
BFM29. As estratégias de gestão e acções detalhadas serão explicadas e discutidas com o governo local, provincial e nacional, e com os decisores políticos., à medida do necessário, para obter o seu entendimento e cooperação	Programa e relatórios de comunicação e consciencialização	Administrador da Reserva
BFM30. Os conceitos de conservação serão	Programa e relatórios de comunicação e	Oficial de Ligação

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
explicados aos alunos das escolas que vivem próximo da REM, incluindo as formas em que eles e suas famílias podem beneficiar e trabalhar com a REM	consciencialização	Comunitária e Oficial de Relações Públicas
BFM31. Implementar a estratégia de consciencialização sobre a importância da conservação da fana bravia	Programa e relatórios de comunicação e consciencialização	Oficial de Relações Públicas
BFM32. Definir o programa de relações públicas	Desenvolvimento do programa Implementação do programa	Oficial de Relações Públicas
BFM33. Implementar um programa de educação ambiental	Desenvolvimento do programa Implementação do programa	Oficial de Relações Públicas
BFM34. Criar um centro de educação ambiental e interpretativo na REM	Educação ambiental e centro interpretativo – planos, aprovações e construção	Oficial de Relações Públicas
BFM35. Promover a REM (através de brochuras, internet e outros meios)	Programa e relatórios de comunicação e consciencialização	Oficial de Relações Públicas

Tabela 13: Apoio ao desenvolvimento local socioeconómico

Objectivo	<i>Apoiar o desenvolvimento socioeconómico local</i>
Fundamento:	Um dos modos mais eficazes de fazer pressão para o apoio às iniciativas de conservação é assegurar o desenvolvimento local socioeconómico enquanto benefício para a região e seus habitantes, através do uso eficaz das parcerias público-privado-comunitárias.
Estratégia	Criar mecanismos para o desenvolvimento local socioeconómico
	Através da promoção da participação das comunidades locais no desencadeamento do potencial de ecoturismo da REM, será possível garantir que o maneio da REM é feito eficazmente. Isto requer uma estratégia que garanta que as necessidades de reassentamento da REM estejam alinhadas com a IDDP regional e recorram às PPPC como opção para angariar o apoio o sentido de uma implantação efectiva das operações de ecoturismo na REM. Mais, ao mitigar os conflitos em resultado do CHFB e reassentamento através da integração do desenvolvimento local com a administração da REM e as PPPC, pode obter-se apoio para a conservação.

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
BFM36. Alinhar as necessidades de reassentamento da REM com as do IDDP regional e criar PPPC como opção de desenvolvimento sustentável	Inclusão do plano de acção no IDDP regional	Administrador da Reserva

4.5.4 AFA 4: Governação

O fundamento, estratégias e projectos de acção principais para os objectivos que se seguem, estão definidos nas tabelas abaixo:

- Criar os arranjos institucionais e coordenação adequados relativamente à REM e à RMPP, e dar autoridade e capacitar a direcção através da provisão dos recursos suficientes.
- Fazer pressão e examinar as políticas e legislação relativas ao negócio da biodiversidade e benefícios além-fronteiras.
- Apoiar a provisão da necessária infra-estrutura para melhorar a REM e a ACTF.

Tabela 14: Institucionalização, coordenação e atribuição de poder à administração

Objectivo	<i>Criar os arranjos apropriados e a coordenação institucional relativos à REM e à RMPP, e atribuir poder e capacitar a administração através da provisão de recursos suficientes</i>
Fundamento:	<p>Sem a organização institucional adequada, será difícil atingir com eficácia os objectivos das componentes terrestre e marinha, de modo eficiente em termos de custos.</p> <p>A administração da REM e da RMPP é limitada pelo número e nível do pessoal, pelo que é fundamental a formação do pessoal existente. Entre outros factores limitantes contam-se transporte, equipamento e fundos operacionais.</p> <p>A administração é actualmente apoiada pela DNAC, e o papel desta, bem como o grau de autonomia específico da REM, são questões em vias de clarificação ao abrigo do Projecto ACTF. A consulta e envolvimento de outras partes interessadas, especialmente das comunidades, têm sido reduzidos. Além disso, é imperativo que o envolvimento do sector privado, especificamente visando a que o desbloqueio do potencial ecoturístico da REM e RMPP progrida de acordo com os objectivos do plano de maneio.</p>
Estratégia	Estabelecer os mecanismos institucionais e estrutura de administração adequados para a REM e a RMPP, envolvendo os actores principais
Será criado um Conselho de Administração, para orientar a administração da REM e da RMPP, que incluirá governo, comunidades, sector privado e ONG. Este Conselho supervisionará a adaptação e alinhamento da estrutura actual à estrutura proposta e mostrada na Figura 14 e Apêndice 4. Será nomeado pessoal em conformidade, que será capacitado com a atribuição dos recursos suficientes, delegação e formação.	

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
GOV1. Criar formalmente o Conselho de Administração da REM e da RMPP, com reconhecimento legal, após consulta com as partes interessadas	Conselho de Administração da REM	MITUR, DNAC
GOV2. Adaptar e alinhar a estrutura actual e nomear um Director da Reserva	Nova estrutura institucional criada Director da Reserva nomeado	Conselho de Administração
GOV3. Desenvolver os departamentos da Administração da Reserva, incluindo recrutamento de novo pessoal	Arranjos organizativos de Administração da Reserva concluídos Recursos humanos	Administrador da Reserva
GOV4. Implementar RH; equipamento; infra-estrutura; programas de turismo e de retenção de receitas para garantir uma gestão eficiente	RH; equipamento; infra-estrutura; programas de turismo e de retenção de receitas Auditoria e relatórios	Administrador da Reserva
GOV5. Conceber um programa realista de formação de pessoal e comunitária através de cursos existentes, cursos de curta duração adaptados, <i>workshops</i> , formação em serviço e visitas de estudo	Programa de formação de pessoal e comunitária	Chefe de Recursos Humanos
GOV6. Implementar o programa de formação de pessoal	Relatórios de implementação do programa de formação de pessoal e comunitária	Administrador da Reserva
GOV7. Finalizar os arranjos institucionais para o PAC	Arranjos institucionais para o PAC	Oficial de Ligação Comunitária
GOV8. Estabelecer canais comuns	Rádio Conjunta	Oficial de Relações

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
	Comunicações de Pesquisa Relacionada com informática	Públicas
GOV9. Estabelecer uma entidade de gestão conjunta da ACTF	JMB Grupos de Trabalho	Administrador da Reserva

Figura14: Organização Institucional da REM e da RMPP

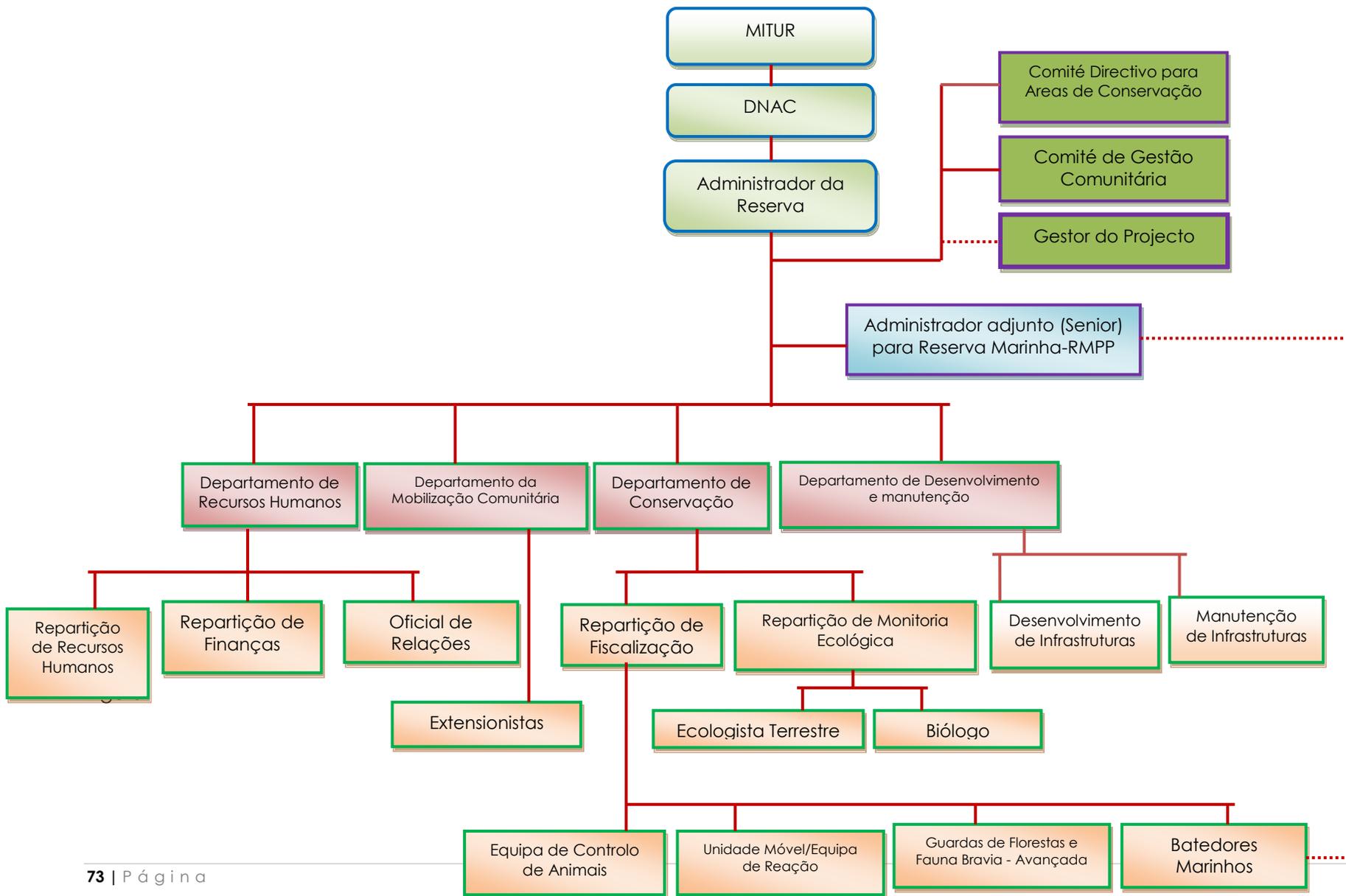


Tabela 15: Reapreciação e revisão das políticas e legislação relativas à biodiversidade, empresas e benefícios além-fronteiras

Objectivo	<i>Fazer pressão no sentido da reapreciação e revisão das políticas e legislação relativas à biodiversidade, empresas e benefícios além-fronteiras</i>
<p>Fundamento:</p> <p>O nível das tarifas turísticas e cobrança de receitas precisa ser legalizado. Idealmente, a Área Protegida deveria poder definir a sua estrutura de taxas segundo as directrizes gerais da DNAC, ao invés de estar indexada aos níveis nacionais. A qualidade da experiência, disponibilidade de instalações e acesso aos mercados é tão variável de uma área protegida para outra que torna importante a flexibilidade da definição individual de preços.</p> <p>A legislação actual não abrange os factores seguintes, que são pertinentes para a REM:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Uma categoria de área protegida que permita a conservação da biodiversidade simultaneamente através da protecção e do uso sustentável, com envolvimento comunitário na gestão de recursos e da REM, e com algumas comunidades residentes dentro da REM; • Direitos de acesso das comunidades aos sítios sagrados. <p>Devem ser finalizados e legalizados regulamentos específicos da REM, para permitir a sua aplicação (ver Apêndice 3).</p>	
Estratégia	Revisão de políticas e legislação
<p>Será promovida a participação activa nos processos de planificação e tomada de decisão relativos às actividades que reforcem a conservação da REM e do Corredor de Futi e às que possam ter um impacto negativo. Tal abrange desenvolvimentos em muitos sectores diferentes, para assegurar que sejam tomados em consideração aspectos de conservação e comunitários, e cobre também medidas de mitigação para minimizar impactos adversos. Nas acções, abaixo, indicam-se algumas áreas de participação, embora esta lista possa ser alterada rapidamente à medida que ocorram novas iniciativas.</p> <p>Deve buscar-se a colaboração com outros projectos na região que sejam pertinentes para a REM e o Corredor de Futi, para promover a troca de experiências e outras formas de benefícios mútuos. Isto inclui projectos de conservação, comunitários e turísticos. Nos casos em que vivam dentro da REM, as comunidades são encorajadas a realizar certas actividades fora da REM (por exemplo, a criação de gado), devendo-lhes ser garantida a suficiência de terra e outros recursos.</p> <p>Deverá ser considerada a busca de obtenção de estatuto de Ramsar para as zonas húmidas da REM, Machangulo e a área de vigilância. A REM, em conjunto com a costa entre Inhaca e Ponta do Ouro, e em colaboração com organizações nacionais e internacionais, foi identificada pela DNAC como uma área para a qual se irá tentar obter o estatuto de Património Mundial, de forma a reforçar o reconhecimento nacional e internacional da importância da área.</p>	

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
GOV10. Finalizar e publicar oficialmente os regulamentos da REM	Regulamentos da REM publicados no Boletim da República	Administrador da Reserva
GOV11. Participar activamente na planificação, tomada de decisão e garantia de medidas de mitigação para: <ul style="list-style-type: none"> • Qualquer seguimento ao plano distrital de uso e ordenamento da terra, incluindo a planificação mais detalhada de Matutuíne; • Iniciativa de Desenvolvimento Espacial do Corredor de Maputo entre Moçambique, Suazilândia e África do Sul; • Iniciativas da SADC sobre acordos internacionais de gestão de rios, especificamente para o Rio Maputo e, possivelmente, o Futi; • Projectos regionais planificados com a Suazilândia e a África do Sul para a gestão integrada da bacia do Rio Maputo • Iniciativas locais para a implementação da nova Lei da Terra, depois de publicada; • Avaliações de impacto ambiental 	Participação activa em iniciativas locais e regionais de desenvolvimento	Administrador da Reserva

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
de quaisquer desenvolvimentos propostos que tenham impactos na REM ou no Corredor.		
GOV12. Colaborar com outros projectos e desenvolvimentos, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> • Projecto comunitário de biomassa da Floresta de Licuati; • Desenvolvimentos de reservas privadas de caça adjacentes ou próximas da REM ou Corredor de Futi; • Outros desenvolvimentos turísticos 	Participação activa em iniciativas locais e regionais de desenvolvimento	Administrador da Reserva
GOV13. Colaborar com as autoridades de KwaZulu Natal no sentido da gestão conjunta dos recursos de biodiversidade partilhados, e aproveitar a sua experiência, através da ACTFL e de Projectos de Biodiversidade Costeira e Marinha (PBCM)	Colaboração activa com autoridades locais e regionais relativamente a iniciativas de conservação	Administrador da Reserva
GOV14. Garantir que a necessidade de uso dos recursos pelas comunidades na REM é satisfeita de acordo com o PAC	PAC	Administrador da Reserva
GOV15. Consultar o MICOA sobre a possibilidade de obtenção do estatuto de Ramsar para as zonas húmidas e prosseguir com os planos actuais de candidatura a Património Mundial para a REM e áreas adjacentes	Relatórios das reuniões e memorando de entendimento	Administrador da Reserva
GOV16. Garantir a criação e continuidade da Componente de Maputolândia da ACTFL	IDP e documentação relacionada	Administrador da Reserva
GOV17. Iniciar programas de gestão conjunta da ACTF	Programas de Conservação Colaboração com Investimentos Privados Locais	Administrador da REM e da RMPP
GOV18. Promover a partilha de receitas e operações turísticas conjuntas entre os países parceiros da ACTF	Protocolo de Partilha de Receita da ACTF	Administrador da REM e da RMPP

Tabela 16: Provisão das infra-estruturas necessárias para melhorar a REM e a ACTF

Objectivo	Apoiar a provisão das infra-estruturas necessárias ao melhoramento da REM e da ACTF
Fundamento:	Grande parte das infra-estruturas da REM está num estado muito degradado, incluindo partes do acampamento principal, postos avançados, estradas, pontes, valetas e vedação de fronteira. Esta situação limita seriamente a eficácia da gestão da REM, capacidade turística e reconhecimento dos limites da REM pelas comunidades locais.
Estratégia	Provisão de infra-estruturas
<p>A infra-estrutura da REM continuará a ser desenvolvida, reabilitada, modernizada e mantida. A reabilitação necessária inclui postos de guarda, estradas, pontes e valetas dentro da REM, e as instalações do acampamento principal. Será concebido um plano detalhado para o desenvolvimento do acampamento principal, de modo a fazer o melhor uso possível das instalações existentes, satisfazer a expansão necessária e garantir que os desenvolvimentos futuros sejam harmonizados e integrados.</p> <p>Em princípio, os serviços sociais para as comunidades locais (escola, posto de saúde) permanecerão, a curto prazo, para que as pessoas possam ver os benefícios directos da REM, mas, a longo prazo, serão removidos para fora do limite da REM, para mais próximo das comunidades, guardando o acampamento para administração.</p> <p>Recomenda-se que seja cuidadosamente ponderado o uso a dar ao edifício da antiga loja. O outro lado Futi seria um melhor local para uma loja, no seio das comunidades. O edifício poderia ser usado como cooperativa comunitária para a venda de artesanato aos turistas. Deve ser ponderada a localização das instalações turísticas, incluindo as instalações de formação e interpretação, e sanitários. Em princípio, estas instalações deveriam ser adjacentes ao acampamento actual, com uma entrada separada, de modo a manter a privacidade das instalações da administração e pessoal. O velho edifício da escola de formação será usado para a formação comunitária, educação ambiental, <i>workshops</i> e formação ocasional de pessoal da REM. Se possível, deveria ser visualmente protegida dos alojamentos do pessoal.</p> <p>Os limites terrestres serão novamente demarcados com balizas e outros meios adequados (por exemplo, vedação ao longo da raia), e os limites marinhos serão devidamente assinalados com postes, visíveis do mar, sendo dada informação clara aos mestres das embarcações nos locais de lançamento. Onde apropriado, serão efectuadas discussões com as comunidades para confirmar a localização da fronteira.</p> <p>Por princípio, a REM deve continuar a separar o lixo, fazendo a compostagem do lixo biodegradável, reciclando ou reutilizando outros resíduos sempre que possível, eliminando o restante do modo mais adequado e ecológico, fora da REM. Isto aplica-se às operações da administração e turísticas. É provável que o acampamento principal continue a utilizar latrinas durante algum tempo. Estas deverão ficar afastadas do poço e do Rio Futi. Quando o sistema de água canalizada estiver reabilitado, serão instaladas fossa sépticas em local apropriado.</p>	

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
GOV19. Elaborar uma proposta para o desenvolvimento do acampamento principal	Proposta para o desenvolvimento do acampamento principal	Administrador da REM
GOV20. Proceder à reabilitação e desenvolvimento do acampamento principal	Reabilitação e desenvolvimento do acampamento principal	Oficial de Manutenção
GOV21. Proceder à modernização ou reabilitação de estradas e pontes	Melhorias às estradas e pontes	Oficial de Manutenção
GOV22. Proceder à reabilitação dos postos	Postos reabilitados	Oficial de Manutenção
GOV23. Estabelecimento de postos comuns para os guardas-florestais, entre e dentro dos países	Estratégia Comum de Aplicação da Lei	Administrador da REM e da RMPP
GOV24. Investigar a possibilidade de movimentos turísticos através da fronteira internacional	Estudos Conjuntos por Países	Administrador da Reserva
GOV25. Estabelecer rotas turísticas comuns (estradas e pontes)	Estratégia de Turismo Refinada da ACTF Circuitos, Ligações e Pontos Nodais Propostos	Administrador da Reserva
GOV26. Identificar a linha de fronteira da REM no terreno e registar as coordenadas com precisão	Traçado das fronteiras	Administrador da REM
GOV27. Discutir os limites com as comunidades locais	Relatórios de consulta comunitária	Oficial de Ligação Comunitária

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
GOV28. Demarcar a fronteira e documentá-la	Demarcação da fronteira	Administrador da REM
GOV29. Elaborar uma estratégia, plano e programa de gestão de resíduos para a REM	Estratégia, plano e programa de gestão de resíduos	Ecologista da REM e Biólogo da RMPP

Tabela 17: Participação na planificação de desenvolvimentos locais e regionais com impacto na biodiversidade

Objectivo	Participar activamente na planificação de desenvolvimentos locais e regionais com impacto na biodiversidade e nas comunidades, para garantir que o desenvolvimento é apropriado e compatível com a REM, incluindo o Corredor de Futi	
<p>Fundamento:</p> <p>Há numerosas iniciativas regionais em implementação, oferecendo várias oportunidades à REM, incluindo, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Biodiversidade</i>: localização numa região de biodiversidade com importância global e ambiente político actual favorável à cooperação com os países vizinhos na gestão da biodiversidade e recursos naturais partilhados. Ecossistemas em estado relativamente saudável em aras adjacentes a Moçambique. A REM situa-se dentro da ACTFL que, como iniciativa regional de conservação, reforça grandemente o valor ecológico inerente da REM. Propostas de conservação e interesses do sector privado provenientes de alguns quadrantes, que garantiriam a sua conservação; • <i>Turismo</i>: alto potencial de ecoturismo na REM e região, devido à proximidade de Maputo, África do Sul, Suazilândia e desenvolvimentos regionais como a IDEL e o Corredor de Maputo, o que pode garantir apoio financeiro para a REM no futuro; • <i>Desenvolvimento sustentável</i>: é preocupação manifesta do Governo de Moçambique que o desenvolvimento tenha lugar de ma forma responsável sustentável, como demonstrado pelo recente ordenamento distrital da terra, que tentam garantir que os usos e desenvolvimentos da terra nos distritos sejam compatíveis com os objectivos de maneio da REM. <p>Os constrangimentos resultantes das influências regionais compreendem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Modernização da estrada principal</i>: pressões resultantes dos melhoramentos na estrada entre Bela Vista e Ponta do Ouro, incluindo o aumento das actividades ilegais e dos conflitos devidos ao possível aumento de assentamentos populacionais na zona adjacente ao Corredor de Futi; • <i>Aceso a Machangulo</i>: se a REM for usada como principal rota de acesso, isso poderá ter grandes impactos, incluindo a degradação localizada da vegetação, actividades ilegais e valor estético. Devem ser encorajadas as opções de táxis aquáticos e de um ferry de pequeno calado; • <i>Porto previsto para Ponta Dobela</i>: foi proposto um porto para Ponta Dobela, ocupando 20 000 ha de área de desenvolvimento (porto, indústria, residências), e também uma solicitação por parte dos investidores de concessão do terço mais oriental da REM; esta é a maior ameaça alguma vez colocada à REM, e pode comprometer fatalmente a sua integridade ecológica e os objectivos e actividades da ACTFL e da IDEL; • <i>Electrificação de Machangulo e Inhaca</i>: a extensão da rede nacional através da REM acima do solo teve diversos impactos estéticos e visuais no potencial de ecoturismo da zona, embora melhore a provisão de serviços no seu todo por parte das potenciais concessões. Todas as expansões adicionais da rede deverão, porém, ser subterrâneas • <i>Outros desenvolvimentos industriais</i>: quaisquer outros desenvolvimentos industriais futuros, na margem ocidental do Rio Maputo, por exemplo, ou mais a montante, poderão ter impactos na REM • <i>Extracção e qualidade da água do Rio Maputo</i>: a crescente extracção de água a montante e a manipulação dos fluxos pode ter impactos graves no estuário do Rio Maputo, seus mangais e fauna, e no potencial turístico. Existe uma grande escassez de água na África Austral, sendo certo que a procura irá crescer em Moçambique e a montante, na Suazilândia e África do Sul. Poderá também haver impacto na qualidade da água a partir de, por exemplo, desenvolvimentos industriais e da escorrência de áreas de agricultura comercial; • <i>Impactos no Rio Futi</i>: desenvolvimentos a montante, incluindo mudanças no uso da terra e na extracção de água, em Moçambique e na África do Sul, podem ter impacto no vale do Futi, no seu delta e as comunidades e fauna que dele dependem. O Corredor de Futi pretende conservar o Futi dentro de Moçambique, mas o país não tem controlo sobre o uso a montante, para o que precisa de uma estreita relação de trabalho com a África do Sul baseada no protocolo da SADC sobre Cursos de Água Partilhados; • <i>Pressões insustentáveis do turismo</i>: se vier a desenvolver-se uma grande procura pela REM em resultado da sua localização estratégica e atracções, existe o risco de a capacidade ecológica de carga ser excedida, podendo resultar uma degradação. Serão necessárias acções positivas como, por exemplo, controlar o número de turistas e as actividades em áreas sensíveis, e dirigir os visitantes para outras áreas (por exemplo, Corredor de Futi, Machangulo e outras partes da costa); • <i>Gado</i>: se os efectivos de gado aumentarem para níveis elevados em áreas vizinhas, existe o risco de, em anos de seca, haver pressão para que pastem. 		
Estratégia	Garantir o alinhamento dos objectivos da REM com as iniciativas locais e regionais de desenvolvimento	
Para garantir a incorporação dos objectivos da REM nas iniciativas locais e regionais de desenvolvimento, é imperativo que a Administração da REM participe activamente nas actividades regionais e locais de planificação e que os objectivos da REM sejam claramente compreendidos e respeitados pelos participantes, bem como pelas partes interessadas locais e pelos políticos em geral.		
Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
GOV30. Determinar o leque de iniciativas de	Inventário das iniciativas de planificação (local	Administrador da

Projectos de Acção	Indicadores	Responsabilidade
planificação ao nível internacional, regional, nacional e local, que podem ter influência na REM	e regional)	Reserva
GOV31. Desenvolver uma estratégia para o envolvimento activo da administração da REM nessas iniciativas de planificação e na promoção dos objectivos da REM	Estratégia de participação	Administrador da Reserva
GOV32. Desenvolver e implementar planos e programas de promoção dos objectivos da REM	Programa de comunicação e consciencialização	Administrador REM

4.5.5 Sumário das Acções

Abaixo, apresenta-se o sumário das acções segundo as Áreas Fundamentais de Acção (ver Tabelas 19-22). Estas acções serão detalhadas no plano estratégico de maneio e no plano anual de actividades da Reserva (isto é, calendários, orçamento, responsabilidades e indicadores de desempenho).

Tabela 18: AFA1 - Resumo das Acções em Biodiversidade e Gestão de Recursos

Objectivo:	<i>Assegurar o funcionamento dos processos e sistemas ecológicos</i>
Estratégia 1:	<i>Pesquisa</i>
Projectos de Acção	
RM1.	Desenvolver um banco de dados para monitoria da biodiversidade, ambiente físico, aspectos comunitários, uso de recursos naturais, turismo e intervenções de maneio, a colocar no acampamento principal, com cópia de segurança noutra lugar
RM2.	Elaborar um programa de pesquisa prioritária e fazer a ligação a instituições de pesquisa interessadas
RM3.	Desenvolver uma rede de contactos para outras pesquisas
RM4.	Desenvolver uma biblioteca para a REM, no acampamento principal
Estratégia 2:	<i>Definição e estabelecimento de ligações entre ecossistemas</i>
Projectos de Acção	
RM5.	Avaliar e demarcar os habitats marinhos e terrestres importantes, e determinar os sistemas ecológicos que influenciam as dinâmicas de habitats na REM
RM6.	Avaliar o valor de bens e serviços do ecossistema e desenvolver um programa de monitoria para o funcionamento dos sistemas ecológicos
RM7.	Elaborar acordos de co-gestão com as comunidades vizinhas, de modo a garantir que seja conseguido o funcionamento dos ecossistemas
Estratégia 3:	<i>Gestão de Incêndios</i>
Projectos de Acção	
RM8.	Desenvolver o Programa de Gestão de Fogos
RM9.	Antes das chuvas, elaborar o mapa de queimadas para as áreas da REM que tenham sido queimadas na estação seca anterior, usando GPS e GIS
RM10.	Como parte do processo de consulta das comunidades, trabalhar estreitamente com as comunidades locais para determinar a suas razões para queimadas, as áreas em causa e a altura do ano para cada finalidade
RM11.	Avaliar a compatibilidade deste padrão de queimadas com o regime ideal para a REM
RM12.	Explicar o regime ideal da REM, e seus motivos, às comunidades locais; discutir com elas a viabilidade de quaisquer adaptações necessárias às suas queimadas para que se insiram nesse regime e procurar alternativas à queimada onde haja incompatibilidade
RM13.	Manter consultas com as comunidades e explicar os planos de queima de cada ano; adaptar os planos de modo a ajustá-los ao seu uso de recursos naturais, onde possível; deixar a comunidade implementar partes do plano, se

pertinente	
RM14. Implementar o plano anual de queimadas, examinar o mapa de queimadas do ano anterior no início de cada ano de calendário e identificar áreas que não tenham sido queimadas nesse período; inspeccionar no campo as áreas identificadas e avaliar a conveniência do fogo. Se conveniente, determinar o tipo de fogo (alta ou baixa intensidade)	
RM15. Seleccionar os pontos de ignição com a devida consideração dos ventos dominantes, para que possam ser queimadas essas áreas	
RM16. Atear os fogos controlados ao longo do ano, sob as condições desejadas, iniciando em Fevereiro/Março com fogos pequenos e de baixa intensidade e terminando em Setembro/ Outubro com fogos maiores e mais intensos. Desde que não ameace infra-estruturas ou locais de comunidades ou espécies importantes, deixá-lo apagar-se por si	
RM17. Registrar os dados da queimada em formulário próprio e no mapa do ano, mostrando a dimensão e data da queimada	
Estratégia 4:	<i>Gestão de espécies de plantas e tipos de vegetação ameaçadas</i>
Projectos de Acção	
RM18. Planificar e realizar o inventário de biodiversidade e incluir recomendações de maneio no relatório	
RM19. Concluir o mapa de vegetação da REM iniciado com a avaliação de impacto ambiental iniciada para a Mosa Florestal	
RM20. Rever a necessidade de prescrições adicionais de maneio com base nas recomendações do inventário e incorporá-las nos programas de trabalho anuais da REM	
Estratégia 5:	<i>Conservação de espécies animais ameaçadas de extinção</i>
Projectos de Acção	
RM21. A monitoria contínua de aves deve ser encorajada, com as fichas de campo a serem devolvidas ao Projecto do Atlas de Aves de Moçambique, que pode fornecer resumos de dados à REM. Os turistas interessados em observação de aves devem ser avisados sobre o Projecto do Atlas de Aves	
RM22. Fazer o inventário da biodiversidade animal prioritária na REM e Corredor de Futi, e incorporar as recomendações nos programas de maneio, se viável	
RM23. Desenvolver programas específicos de conservação para as espécies de importância de conservação	
RM24. Monitorar a eficácia dos programas específicos de conservação	
Estratégia 6:	<i>Protecção da vegetação que mantém os processos ecológicos críticos</i>
Projectos de Acção	
RM25. Reabilitar a área do parque de campismo existente em Milibangalala tomando as medidas seguintes: <ul style="list-style-type: none"> • pôr fim a varredura, campismo ou fogueiras (o campismo deverá ser permitido apenas no prado da duna, com o cuidado de não atear fogos); • proteger o solo com ramos de arbustos para excluir pessoas e evitar o pisoteio; • proteger e encorajar o crescimento de rebentos das árvores restantes; • se necessário, proceder à germinação de sementes de espécies de árvores que ocorram na proximidade da praia e transplantá-las, com a protecção de arbustos; • a pequena entrada de acesso à praia a partir da grande área recentemente aberta deve ser fechada usando ramos espinhosos e arbustos, para proteger a vegetação costeira que, por sua vez, evitará a penetração de mais areia; as espécies costeiras deverão ser germinadas a partir de sementes, se necessário, e plantadas no topo da praia em frente ao caminho; • o acesso de visitantes à entrada da grande área a partir da praia no extremo deste local deve ser encerrado; devem ser tomadas as medidas acima se houver sinais de erosão recente. 	
RM26. Em Dobela, permitir que o caminho recentemente aberto entre o campismo e o topo da duna se estreite naturalmente, e monitorar a abertura até ao miradouro em termos de sinais de danos causados pelo sal ou pelo vento; se tal ocorrer, tomar medidas correctivas	
RM27. Prosseguir as negociações com a comunidade de Massohoane para parar o cultivo no vale do Futi	
RM28. Conjuntamente com a comunidade, procurar meios alternativos de subsistência para as pessoas; tal pode incluir outras formas de agricultura noutros locais e promoção de outras actividades e benefícios económicos a partir da	

REM	
RM29.	Inventariar e avaliar a gravidade dos locais degradados
RM30.	Desenvolvimento de medidas de recuperação, quando adequado
Estratégia 7:	<i>Plantações de eucalipto de Futi</i>
Projectos de Acção	
RM31.	Verificar o estatuto jurídico da plantação
RM32.	Fazer um inventário do efectivo da plantação e desenvolver um plano de abate, desde que economicamente viável
RM33.	Contratar externamente o abate através de concurso público; se possível, reter a receita para investimento na REM e aplicação da lei na região
RM34.	Elaboração de um plano para a gestão futura da área (a ser incorporado em data posterior no plano de maneio do Corredor do Futi)
Estratégia 8:	<i>Gestão de plantas exóticas na REM</i>
Projectos de Acção	
RM35.	Desenvolver o Programa de Gestão de Espécies Exóticas
RM36.	Alertar o pessoal da REM para o risco da <i>Chromolaena</i> , fornecer mapas de identificação e solicitar o reporte de qualquer incidência na REM ou no Corredor
RM37.	Discutir métodos de controlo da UEM e preparar metodologia de controlo (incluindo identificação de fontes de fornecimento do necessário equipamento e químicos)
RM38.	Controlar todas as ocorrências de <i>Chromolaena</i> na REM quanto antes
RM39.	Inventariar a ocorrência de todas as plantas exóticas na REM fora das machambas e povoados. Como parte da consulta comunitária contínua, perguntar às comunidades se usam essas plantas ou se estas têm dono. Explicar as razões para remoção
RM40.	Remover metodicamente as plantas exóticas sem valor para as comunidades
RM41.	Entabular conversações com as comunidades para monitorar a sua intenção de introduzir novas plantas exóticas; se possível, avaliar antecipadamente se haverá impactos negativos e, nesse caso, procurar alternativas
Estratégia 9:	<i>Controlo do gado doméstico na REM</i>
Projectos de Acção	
RM42.	Alertar o pessoal da REM para que esteja atento a novas espécies exóticas e registre o facto nos formulários de patrulha; tomar as medidas adequadas se for descoberta qualquer espécie exótica
RM43.	Elaborar uma estratégia de remoção do gado doméstico da REM, alinhada com o programa de repovoamento de caça
RM44.	Monitorar a presença e impacto do gado doméstico na REM
Estratégia 10:	<i>Repovoamento e reforço de fauna bravia</i>
Projectos de Acção	
RM45.	Conceber e implementar o programa de introdução de fauna bravia
RM46.	Encetar o diálogo com comunidades sobre as possíveis reintroduções e benefícios futuros para elas
RM47.	Fazer o censo de grandes mamíferos e avaliar estado do habitat para ter dados de base e desenvolver sistema de monitoria
RM48.	Procurar fontes de animais tão geneticamente semelhantes quanto possível com os efectivos históricos, e procurar fundos para compra e translocação de animais.
RM49.	Pesquisar e organizar logística de translocação, incluindo permissão veterinária
RM50.	Introduzir herbívoros
RM51.	Monitorar o êxito da introdução, sobrevivência e crescimento dos herbívoros introduzidos, interações com populações existentes e impactos na vegetação

RM52.	Reintroduzir carnívoros e necrófagos quando os herbívoros tiverem atingido um nível satisfatório
RM53.	Monitorar equilíbrio entre herbívoros e carnívoros, e vegetação e herbívoros
Estratégia 11:	<i>Protecção e conservação de solos</i>
Projectos de Acção	
RM54.	Estudar os problemas do sistema rodoviários existente usando teledetecção e visitas de campo, fazendo propostas de realinhamento e melhoria onde pertinente, sempre minimizando impactos adversos
RM55.	Efectuar o realinhamento e melhoramento
RM56.	Monitorar o uso e impacto das estradas e tomar acções correctivas à medida do necessário
Estratégia 12:	<i>Gestão Hidrológica</i>
Projectos de Acção	
RM57.	Criar e implementar um sistema de monitoria de água, a partir do trabalho já feito pela UEM
RM58.	Realizar um estudo sobre a biodiversidade e ecologia do Rio Maputo, consultar os utilizadores actuais e futuros do rio e os que realizam actividades com impacto, e identificar as principais ameaças
RM59.	Incorporar as constatações na estratégia de maneio, em alinhamento com o Acordo Inco-Maputo
RM60.	Promover o diálogo e a colaboração com sectores que têm impacto, para minorar os impactos adversos, trabalhando através do governo, onde pertinente
Objectivo	<i>Assegurar pessoal, infra-estruturas e equipamentos suficientes para permitir a gestão eficaz e eficiente da REM</i>
Estratégia	Estratégia de Aplicação da Lei
Projectos de Acção	
RM61.	Desenvolver uma Estratégia de Aplicação da Lei para a REM, oferecendo ao informação ao pessoal e para as necessidades de infra-estrutura e equipamento
RM62.	Actualizar a avaliação de necessidades de pessoal da REM
RM63.	Pressionar para o desenvolvimento de política de carreiras para áreas protegidas
RM64.	Avaliar as necessidades de equipamento e adquirir equipamento adicional
RM65.	Determinar as necessidades da REM em termos de infra-estruturas
RM66.	Identificar fontes de financiamento e elaborar documento estratégico de angariação de fundos, para a Administração da REM
RM67.	Recrutar e formar de pessoal, de acordo com a avaliação das necessidades de pessoal da REM
Objectivo	<i>Fazer pressão no sentido da revisão da legislação e políticas existentes, e, onde necessário, desenvolvimento de novas leis e políticas, de modo a facilitar o desenvolvimento da REM e da ACTFL</i>
Estratégia	Reforma de Políticas e Leis
Projectos de Acção	
RM68.	Recolher e organizar a legislação, regulamentação e políticas relevantes
RM69.	Identificar lacunas jurídicas e políticas e fazer pressão para a mudança
RM70.	Celebrar um protocolo transfronteiriço para questões de segurança
RM71.	Compilar e harmonizar a estrutura comunitária de conservação (nos 3 países)
RM72.	Definir a política de reassentamento e definir uma política de gestão de assentamentos internos na REM
RM73.	Definir os padrões/práticas de uso da terra nas zonas-tampão da REM (a Este do Rio Maputo)
Objectivo	<i>Promover e garantir o uso sustentável dos recursos culturais</i>
Estratégia	Gestão do Património Cultural (GPC)

Projectos de Acção	
RM74.	Concluir o trabalho de levantamento em curso como parte de um levantamento arqueológico de maior monta no litoral do Sul de Moçambique, através de trabalho de campo por peritos e com a colaboração dos guardas da REM na localização dos sítios. Os sítios serão documentados e serão feitas recomendações para a sua conservação
RM75.	Realizar todo o trabalho adicional necessário como parte das avaliações de impacto ambiental dos desenvolvimentos turísticos, em particular nos sítios costeiros
RM76.	Tomar as medidas de gestão necessárias para garantir a preservação dos sítios arqueológicos e culturais, incluindo o controlo do acesso por turistas
RM77.	Recolher a informação existente sobre a história local recente e usá-la para compreender os sistemas tradicionais de gestão de recursos
Objectivo	<i>Promover e garantir a utilização sustentável dos recursos naturais</i>
Estratégia	Determinar os níveis de utilização sustentável dos recursos e promover o uso destes com base em políticas claramente definidas.
Projectos de Acção	
RM78.	Concluir o PAC
RM79.	Promover a colaboração entre a REM e a Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural quanto à emissão de licenças de pesca apenas para as comunidades locais, para a REM e Corredor de Futi
RM80.	Monitorar o impacto da pesca em termos de sustentabilidade das espécies-alvo e em termos dos impactos em espécies raras e endémicas. Incorporar as recomendações resultantes deste trabalho nos programas de maneio, em colaboração com as comunidades locais
RM81.	Desenvolver uma política de posse e direitos de uso da fauna bravia na REM, em colaboração com todos os actores, antes da introdução de animais selvagens
RM82.	Desenvolver e implementar programas de sensibilização do uso sustentável dos recursos naturais
RM83.	Levantamento do uso dos recursos naturais, incluindo pastos e culturas
RM84.	Determinar rendimentos sustentáveis
RM85.	Monitorar os níveis de uso sustentável
Objectivo	<i>Promover a consciencialização comunitária e política relativa à conservação como opção viável de uso da terra</i>
Estratégia	Consciencialização e Sensibilização relativas à Conservação
Projectos de Acção	
RM86.	Determinar o valor económico e o impacto da REM para Moçambique
RM87.	Determinar a cadeia de valor da conservação e comparar com outras práticas de uso da terra (PUT)
RM88.	Desenvolver e implementar programa de sensibilização que promova a conservação enquanto PUT
RM89.	Desenvolver empresas comunitárias baseadas em práticas sustentáveis de uso da terra
RM90.	Melhorar as Capacidades de Aplicação da Lei

Tabela 19: AFA2 – Resumo das Acções em Gestão da Actividade

Objectivo	<i>Dar autoridade à REM através das políticas e da revisão do quadro jurídico de modo a promover a devolução de poder e a retenção de receita.</i>
Estratégia	Autonomia da REM – devolução e retenção de receitas
Projectos de Acção	
BUS1.	Conformidade com a política de maior retenção e uso da receita gerada na REM
BUS2.	Participar na criação de uma entidade autónoma com autoridade financeira e administrativa
BUS3.	Melhorar o sistema de cobrança de receita dando atenção à segurança e serviço pronto ao cliente
Objectivo	<i>Criar um ambiente conducente ao investimento na REM</i>
Estratégia	Criação de um ambiente conducente ao investimento
Projectos de Acção	
BUS4.	Aumentar o potencial turístico da REM melhorando a experiência turística incluindo as componentes marinha e terrestre
BUS5.	Melhorar a infra-estrutura básica da REM (estradas, comunicações, electrificação)
BUS6.	Aumentar a capacidade de promoção através de um <i>marketing</i> mais eficiente
BUS7.	Constituir parcerias estratégicas com agências envolvidas no investimento turístico: INATUR, operadores turísticos
BUS8.	Criar o cargo de Assessor de Negócios / Director de Concessão
BUS9.	Criar um programa de relações públicas
BUS10.	Pesquisar os incentivos fiscais existentes para encorajar o investimento
BUS11.	Conceber as Oportunidades Turísticas identificadas no Plano de Maneio da REM; seleccionar parceiros de negócios/Investidores para a criação de produtos turísticos adicionais de acordo com as directrizes do Plano Estratégico de Comercialização (PEC) (ver Apêndice 3)
BUS12.	Publicitar o potencial turístico
BUS13.	Criar directrizes para produtos turísticos na área
BUS14.	Criar condições de licença específicas para Operadores na REM, para actividades seleccionadas
Objectivo	<i>Melhorar e desenvolver um produto turístico diversificado</i>
Estratégia	Diversificar as oportunidades para moçambicanos e outros apreciarem os valores naturais da REM com o fim de desfrute, recreio e consciencialização
Projectos de Acção	
BUS15.	Ser desenvolvido um centro de interpretação, inicialmente de pequena dimensão e posteriormente expandido, próximo do acampamento principal. As mostras cobrirão a história, ecologia terrestre, aquática e marinha, biodiversidade, aspectos comunitários, maneio incluindo fogos, aplicação da lei, repovoamento e protecção de culturas, participação comunitária, e problemas e ameaças correntes
BUS16.	Serão desenvolvidas outros meios de interpretação como guias treinados, interpretação pelos concessionários e talvez materiais escritos. Os turistas serão encorajados a entenderem como podem contribuir para a REM e como ajudar a conservá-la
BUS17.	Serão planificadas e desenvolvidas redes de trilhos e instalações
BUS18.	Será planificado e desenvolvido um sistema para a operação dos trilhos e actividades, incluindo reservas, itinerários, guias
BUS19.	Serão estabelecidos e implementados sistemas de monitoria para: <ul style="list-style-type: none"> • Impactos do turismo, com mecanismo de <i>feedback</i> à direcção; • Uso pelos visitantes da REM, incluindo recolha e análise de estatísticas; • Satisfação dos visitantes.

BUS20. Criação de instalações e serviços turísticos (locais de lançamento de barcos, sanitários, recepção, estacionamento, etc).

Tabela 20: AFA3 – Resumo das Acções em Gestão do Fluxo e Benefícios

Objectivo	<i>Desenvolver e implementar intervenções de redução dos conflitos entre humanos e animais (CHFB)</i>
Estratégia	Gestão e mitigação do CHFB
Projectos de Acção	
BFM1.	Prosseguir o estudo em curso sobre os movimentos dos elefantes colocando coleiras em alguns animais, para adquirir um maior entendimento sobre os motivos e extensão das suas deslocações, incluindo distribuição de pontos de abeberamento usados pelos elefantes.
BFM2.	Criar os dados de base sobre danos de culturas e padrões de invasão de elefantes desenvolvendo a partir do trabalho já feito, e desenvolvimento de um sistema de monitoria regular e de um sistema de gestão de banco de dados
BFM3.	Elaboração de uma estratégia detalhada sobre futuras medidas de controlo, baseada nestes estudos
BFM4.	Implementar uma política de reassentamento, incluindo uma política de mitigação e medidas para o CHFB conforme com as Directrizes de Reassentamento do Banco Mundial
BFM5.	Efectuar um estudo de padrões/práticas nas zonas-tampão da REM
BFM6.	Implementar uma política de assentamento na REM
BFM7.	Planificar e construir barreiras para separar pessoas e fauna bravia
BFM8.	Promover atracções e incentivar desenvolvimentos para assentamento fora da REM
BFM9.	Promover Planeamento Familiar e educação sobre SIDA
BFM10.	Promover Práticas de Agricultura de Conservação
Objectivo	<i>Assegurar benefícios equitativos para as comunidades através do aumento de oportunidades relacionadas com o turismo (promover o uso sustentável dos recursos naturais pelas comunidades locais)</i>
Estratégia	Gestão do fluxo equitativo de benefícios
Projectos de Acção	
BFM11.	Criar os Fundos Comunitários de Desenvolvimento como entidades jurídicas
BFM12.	Consultar as comunidades sobre como devem funcionar estes Fundos e criar mecanismos operacionais dentro das associações
BFM13.	Auxiliar as comunidades a identificar prioridades de financiamento e a elaborar propostas
BFM14.	Avaliar as necessidades de formação nas associações e desenvolver o programa de formação comunitária
BFM15.	Distribuir fundos e monitorar
BFM16.	Monitorar os assentamentos dentro da REM e a ela adjacentes e definir o número de agregados familiares
BFM17.	Realizar <i>workshops</i> e visitas de campo com as comunidades-alvo para fazer o mapeamento participativo: <ul style="list-style-type: none"> • Para identificar recursos usados pelas comunidades e identificar as áreas em causa, para que possam ser definidas em detalhe as zonas comunitárias e as zonas de uso extensivo; • Para determinar os sistemas tradicionais de gestão de recursos, incluindo uso e controlo sobre os recursos, se estão ainda operacionais e o seu grau de eficácia; • Para identificar com as comunidades o estado actual e tendências dos recursos que usam, visando determinar a sustentabilidade do uso actual; • Se o uso dos recursos for insustentável ou desadequado, iniciar conversações para encontrar alternativas.
BFM18.	Apoiar as comunidades na promoção do uso melhorado dos recursos, onde necessário
BFM19.	Criar sistemas comunitários de monitoria do uso de recursos
BFM20.	Discutir com as comunidades a possibilidade de criação de associações para permitir a participação nos benefícios da REM
BFM21.	Apoiar a formação de associações, incluindo a produção de um registo de membros e definição da base de

recursos das associações	
BFM22. Estabelecer os dados de base (onde não existam) e monitorar: <ul style="list-style-type: none"> • O número de agregados familiares na REM e, em particular, novos assentamentos; • Bem-estar económico das comunidades; • Alterações da sua condição socioeconómica; • Atitudes comunitárias em relação à REM; • Uso da REM para agricultura; • Presença de gado (incluindo impacto de cães e gatos, se possível) 	
BFM23. Monitorar a conformidade e fazer valer os protocolos de emprego contratual, oportunidades nas instalações turísticas da REM e promover o uso de competências e conhecimentos locais	
BFM24. Desenvolver um Programa em parceria com o Governo e o <i>Southern Africa Wildlife College</i> e o <i>SA College for Tourism</i> , para dar formação em turismo e hotelaria às comunidades afectadas pela REM	
BFM25. Promover Parcerias Público-Privado-Comunitárias (PPPC) com operadores turísticos dentro e adjacentes à REM; Aumentar as receitas recolhidas do turismo	
BFM26. Promover o desenvolvimento de Empresas Comunitárias que ofereçam serviços/produtos ao sector do turismo; Promover o uso de 20% da receita para a criação de Empresas Comunitárias	
BFM27. Efectuar um estudo para identificar sítios e eventos de importância em termos de património cultural e promovê-los junto dos operadores turísticos na região. Plano de Gestão dos Recursos Culturais	
Objectivo	<i>Alargar o entendimento dos benefícios da conservação da fauna bravia (promover o entendimento e consciencialização da REM, problemas que a afectam e às comunidades locais, e possíveis soluções futuras)</i>
Estratégia	Alargar o entendimento sobre os benefícios da conservação da fauna bravia
Projectos de Acção	
BFM28. Quando tiverem sido concebidos os novos termos para o uso dos recursos da REM e sua extensão, essa informação será comunicada aos utilizadores de fora da área imediata	
BFM29. As estratégias de gestão e acções detalhadas serão explicadas e discutidas com o governo local, provincial e nacional, e com os decisores políticos., à medida do necessário, para obter o seu entendimento e cooperação	
BFM30. Os conceitos de conservação serão explicados aos alunos das escolas que vivem próximo da REM, incluindo as formas em que eles e suas famílias podem beneficiar e trabalhar com a REM	
BFM31. Implementar a estratégia de consciencialização sobre a importância da conservação da fauna bravia	
BFM32. Definir o programa de relações públicas	
BFM33. Implementar um programa de educação ambiental	
BFM34. Criar um centro de educação ambiental e interpretativo na REM	
BFM35. Promover a REM (através de brochuras, internet e outros meios)	
Objectivo	<i>Apoiar o desenvolvimento socioeconómico local</i>
Estratégia	Criar mecanismos para o desenvolvimento local socioeconómico
Projectos de Acção	
BFM36. Alinhar as necessidades de reassentamento da REM com as do IDDP regional e criar PPPC como opção de desenvolvimento sustentável	

Tabela 21: AFA 4 - Resumo das Acções em Governação

Objectivo	<i>Criar os arranjos apropriados e a coordenação institucional relativos à REM e à RMPP, e atribuir poder e capacitar a administração através da provisão de recursos suficientes</i>
Estratégia	Estabelecer os mecanismos institucionais e estrutura de administração adequados para a REM e a RMPP, envolvendo os actores principais
Projectos de Acção	
GOV1.	Criar formalmente o Conselho de Administração da REM e da RMPP, com reconhecimento legal, após consulta com as partes interessadas
GOV2.	Adaptar e alinhar a estrutura actual e nomear um Director da Reserva
GOV3.	Desenvolver os departamentos da Administração da Reserva, incluindo recrutamento de novo pessoal
GOV4.	Implementar RH; equipamento; infra-estrutura; programas de turismo e de retenção de receitas para garantir uma gestão eficiente
GOV5.	Conceber um programa realista de formação de pessoal e comunitária através de cursos existentes, cursos de curta duração adaptados, <i>workshops</i> , formação em serviço e visitas de estudo
GOV6.	Implementar o programa de formação de pessoal
GOV7.	Finalizar os arranjos institucionais para o PAC
GOV8.	Estabelecer canais comuns
GOV9.	Estabelecer uma entidade de gestão conjunta da ACTF
Objectivo	<i>Fazer pressão no sentido da reapreciação e revisão das políticas e legislação relativas à biodiversidade, empresas e benefícios além-fronteiras</i>
Estratégia	Revisão de políticas e legislação
Projectos de Acção	
GOV10.	Finalizar e publicar oficialmente os regulamentos da REM (ver Apêndice 3)
GOV11.	Participar activamente na planificação, tomada de decisão e garantia de medidas de mitigação para: <ul style="list-style-type: none"> • Qualquer seguimento ao plano distrital de uso e ordenamento da terra, incluindo a planificação mais detalhada de Matutuíne; • Iniciativa de Desenvolvimento Espacial do Corredor de Maputo entre Moçambique, Suazilândia e África do Sul; • Iniciativas da SADC sobre acordos internacionais de gestão de rios, especificamente para o Rio Maputo e, possivelmente, o Futi; • Projectos regionais planificados com a Suazilândia e a África do Sul para a gestão integrada da bacia do Rio Maputo • Iniciativas locais para a implementação da nova Lei da Terra, depois de publicada; • Avaliações de impacto ambiental de quaisquer desenvolvimentos propostos que tenham impactos na REM ou no Corredor.
GOV12.	Colaborar com outros projectos e desenvolvimentos, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> • Projecto comunitário de biomassa da Floresta de Licuati; • Desenvolvimentos de reservas privadas de caça adjacentes ou próximas da REM ou Corredor de Futi; • Outros desenvolvimentos turísticos
GOV13.	Colaborar com as autoridades de KwaZulu Natal no sentido da gestão conjunta dos recursos de biodiversidade partilhados, e aproveitar a sua experiência, através da ACTFL e de Projectos de Biodiversidade Costeira e Marinha (PBCM)
GOV14.	Garantir que a necessidade de uso dos recursos pelas comunidades na REM é satisfeita de acordo com o PAC
GOV15.	Consultar o MICOA sobre a possibilidade de obtenção do estatuto de Ramsar para as zonas húmidas e prosseguir com os planos actuais de candidatura a Património Mundial para a REM e áreas adjacentes
GOV16.	Garantir a criação e continuidade da Componente de Maputulândia da ACTFL

GOV17. Iniciar programas de gestão conjunta da ACTF	
GOV18. Promover a partilha de receitas e operações turísticas conjuntas entre os países parceiros da ACTF	
Objectivo	Apoiar a provisão das infra-estruturas necessárias ao melhoramento da REM e da ACTF
Estratégia	Provisão de infra-estruturas
Projectos de Acção	
GOV19. Elaborar uma proposta para o desenvolvimento do acampamento principal	
GOV20. Proceder à reabilitação e desenvolvimento do acampamento principal	
GOV21. Proceder à modernização ou reabilitação de estradas e pontes	
GOV22. Proceder à reabilitação dos postos	
GOV23. Estabelecimento de postos comuns para os guardas-florestais, entre e dentro dos países	
GOV24. Investigar a possibilidade de movimentos turísticos através da fronteira internacional	
GOV25. Estabelecer rotas turísticas comuns (estradas e pontes)	
GOV26. Identificar a linha de fronteira da REM no terreno e registar as coordenadas com precisão	
GOV27. Discutir os limites com as comunidades locais	
GOV28. Demarcar a fronteira e documentá-la	
GOV29. Elaborar uma estratégia, plano e programa de gestão de resíduos para a REM	
Objectivo	Participar activamente na planificação de desenvolvimentos locais e regionais com impacto na biodiversidade e nas comunidades, para garantir que o desenvolvimento é apropriado e compatível com a REM, incluindo o Corredor de Futi
Estratégia	Garantir o alinhamento dos objectivos da REM com as iniciativas locais e regionais de desenvolvimento
Projectos de Acção	
GOV30. Determinar o leque de iniciativas de planificação ao nível internacional, regional, nacional e local, que podem ter influência na REM	
GOV31. Desenvolver uma estratégia para o envolvimento activo da administração da REM nessas iniciativas de planificação e na promoção dos objectivos da REM	
GOV32. Desenvolver e implementar planos e programas de promoção dos objectivos da REM	

4.6 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO

4.6.1 Introdução e Metodologia

A garantia da sustentabilidade da REM enquanto área de conservação depende do grau de equilíbrio harmonioso que possa vir a ser alcançado entre impactos humanos, apesar do turismo, uso comercial ou de subsistência e objectivos de qualidade dos recursos. O ecoturismo exige recursos naturais e culturais na sua forma original como base para o desenvolvimento sustentável, o que requer planificação e tomada de decisão cuidadosas para assegurar que esse equilíbrio possa ser atingido e sustentado. Quaisquer impactos negativos resultantes do maneio dos recursos, do desenvolvimento turístico ou da utilização local podem resultar em erros cruciais que podem impedir toda a beneficiação.

O processo de planificação do desenvolvimento do conceito (ver Figura 15) procura incorporar o carácter inerente do meio ambiente com o processo de planificação, e orientar as decisões sobre o acesso, uso, desenvolvimento e infra-estruturas dentro dos constrangimentos da planificação que emanam do valor do habitat, da sensibilidade da paisagem, da adequação para a agricultura, do valor cultural e da sensibilidade visual.

O quadro de planificação baseia-se na análise do carácter ambiental presente, que é reflexo dos impactos audiovisuais numa paisagem. Tal oferece um ponto de referência em relação ao qual podem ser tomadas as decisões de planificação, culminando em directrizes no sentido da realização e manutenção do estado futuro desejado.

As decisões são baseadas nos contributos das diferentes comunidades de interesse que existem dentro do vasto grupo de partes interessadas. Com a solicitação de informação baseada nas necessidades e requisitos específicos de cada grupo, centrada em parâmetros de planificação como o acesso, o uso, o desenvolvimento e as necessidades em infra-estruturas, pode conseguir-se obter um bom entendimento das necessidades futuras.

As sinergias e os conflitos podem ser tratados nesta fase, assegurando uma visão alinhada entre todas as partes interessadas, baseada num entendimento comum das suas necessidades individuais. Num esforço de libertar sustentadamente o potencial ecoturístico da área, foram discutidos e tratados pelas partes interessadas os aspectos fundamentais seguintes, durante a série de *workshops* realizadas: debates e exercícios de mapeamento centrados em aspectos como o acesso, uso, necessidades de desenvolvimento e infra-estruturas, para tornar a REM num êxito. A análise destas propostas em relação a um vasto leque de índices irá permitir tomar decisões baseadas em informação, orientando assim os parâmetros de planificação inicial no sentido da sustentabilidade e da responsabilização.

O vasto espectro de índices tratou de aspectos como:

- Valor do habitat;
- Sensibilidade paisagística;
- Adequação à agricultura;
- Valor cultura;
- Sensibilidade visual.

Este espectro elimina distorções normalmente associadas à planificação da conservação e assegura que o processo trate também de outros aspectos necessários a soluções integradas numa região, com uma forte ênfase na conservação. A integração é fundamental para garantir acesso equitativo aos recursos, naturais e culturais, mas permitindo o controlo desse acesso, o desenvolvimento e a provisão de infra-estruturas.

Com base nestas decisões aperfeiçoadas e informadas, pode ser elaborado um plano director para orientar o desenvolvimento, bem como programas e planos de implementação.

Tem que haver um reconhecimento permanente do estado futuro desejado relativamente à paisagem, e não uma transigência ou alteração das características definidas por todos os interessados. Deste modo, não só serão atingidos os objectivos de desenvolvimento, como será também mantida e melhorada a estética ambiental, de uma forma controlada e planificada.

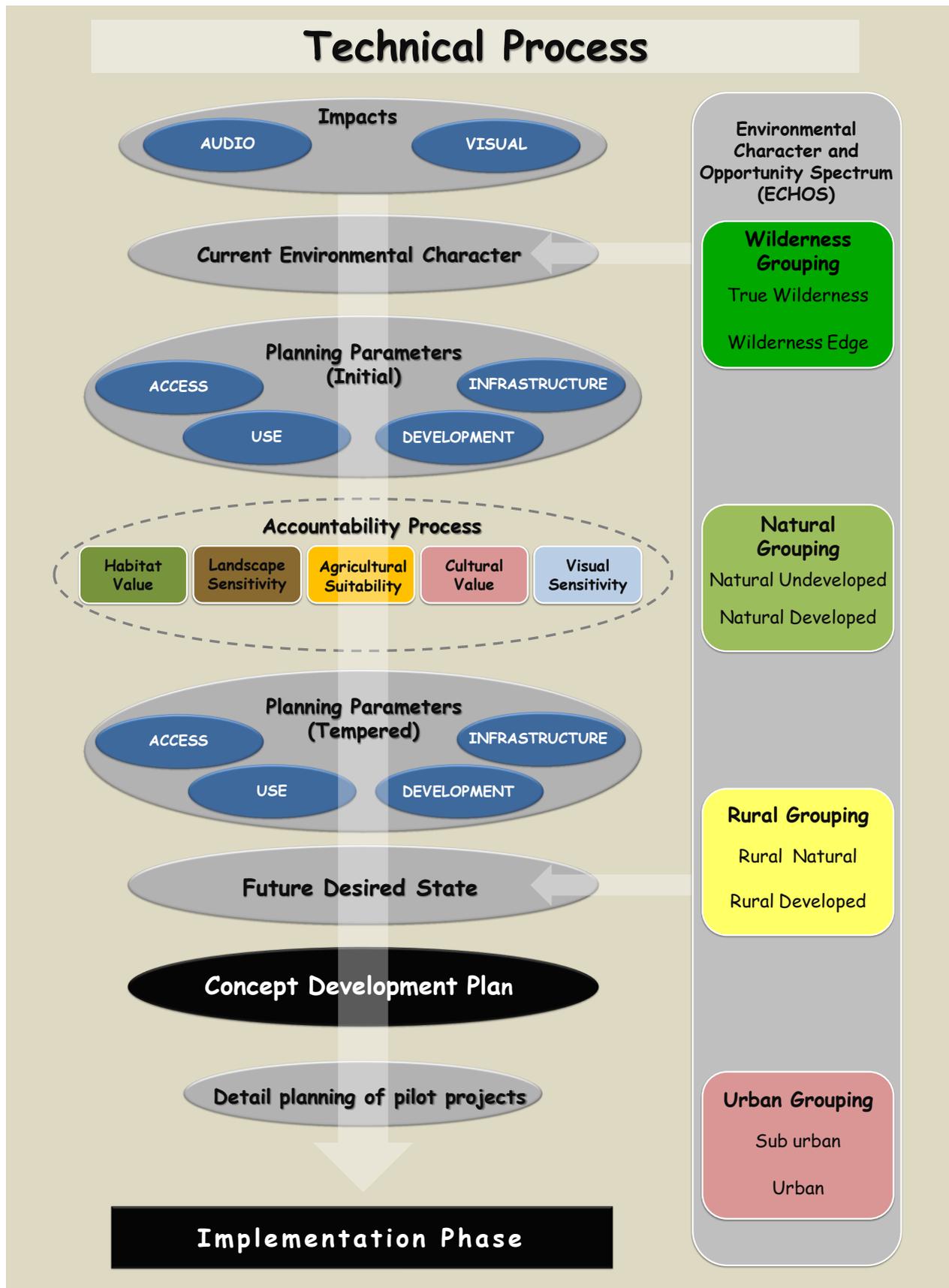


Figura 15: Processo de planificação de CDP

4.6.2 Carácter Ambiental Actual

A determinação do Carácter Ambiental Actual (CAA) de uma área proporciona directrizes claras para a tomada de decisões sobre o impacto dos desenvolvimentos propostos e das intervenções de maneio na estética e características audiovisuais da área. Ao combinar estes factores num mapa de zonamento, usando um espectro de características variando entre Estado Selvagem e Urbano, é possível proporcionar um resumo do carácter ambiental actual da REM.

Apesar da impressão de que a maior parte da área se encontra em estado selvagem, a maior parte da área de estudo é caracterizada como natural não desenvolvida, com algumas porções caracterizadas como natural desenvolvidas devido à presença de estradas, trilhos e infra-estruturas turísticas. As áreas circundantes da REM são, na sua maioria, rurais não desenvolvidas, mas a área em torno da Ponta do Ouro é de carácter urbano (ver Mapa 32).

4.6.3 Planificação dos Conceitos

Para poder guiar sistematicamente as propostas de desenvolvimento para a REM com base nos objectivos de conservação e nas necessidades e expectativas das partes interessadas, foram tratados quatro grandes aspectos de desenvolvimento designados por Conceitos de Acesso, Uso, Desenvolvimento e Infra-estruturas (AUDI), nomeadamente:

- **Acesso** – onde e como podem os visitantes aceder à REM;
- **Uso** – que actividades decorrerão, e onde (distribuição espacial), como por exemplo silvicultura, agricultura, fauna bravia e turismo;
- **Desenvolvimento** – identificação dos nodos e sítios de desenvolvimento, como por exemplo aumento da fauna e nodos de dispersão natural, sítios para alojamentos e actividades turísticas, centros de maneio da fauna bravia;
- **Infra-estrutura** – identificação e localização dos serviços e dos requisitos em infra-estruturas associados para libertar o potencial da região de um modo equitativo e sustentável, como por exemplo estradas, linhas de electricidade, aeródromos, etc.

Ao longo do processo consultivo, foi pedido à equipa de gestão que elaborasse Conceitos AUDI, pedido esse que culminou num largo espectro de mapas conceptuais elaborados pela REM, cada um dos quais representando as ideias específicas de gestores pertinentes incluindo gestores de recursos, gestores de negócios e de fluxo de benefícios, governo.

Apesar das diferentes perspectivas e pontos de vista, os vários mapas apresentaram as semelhanças, com muito poucas ideias ou conceitos contraditórios. Os mapas conceptuais, desenhados à mão, foram convertidos em diagramas conceptuais resumindo e simplificando os conceitos em quatro diagramas distintos.

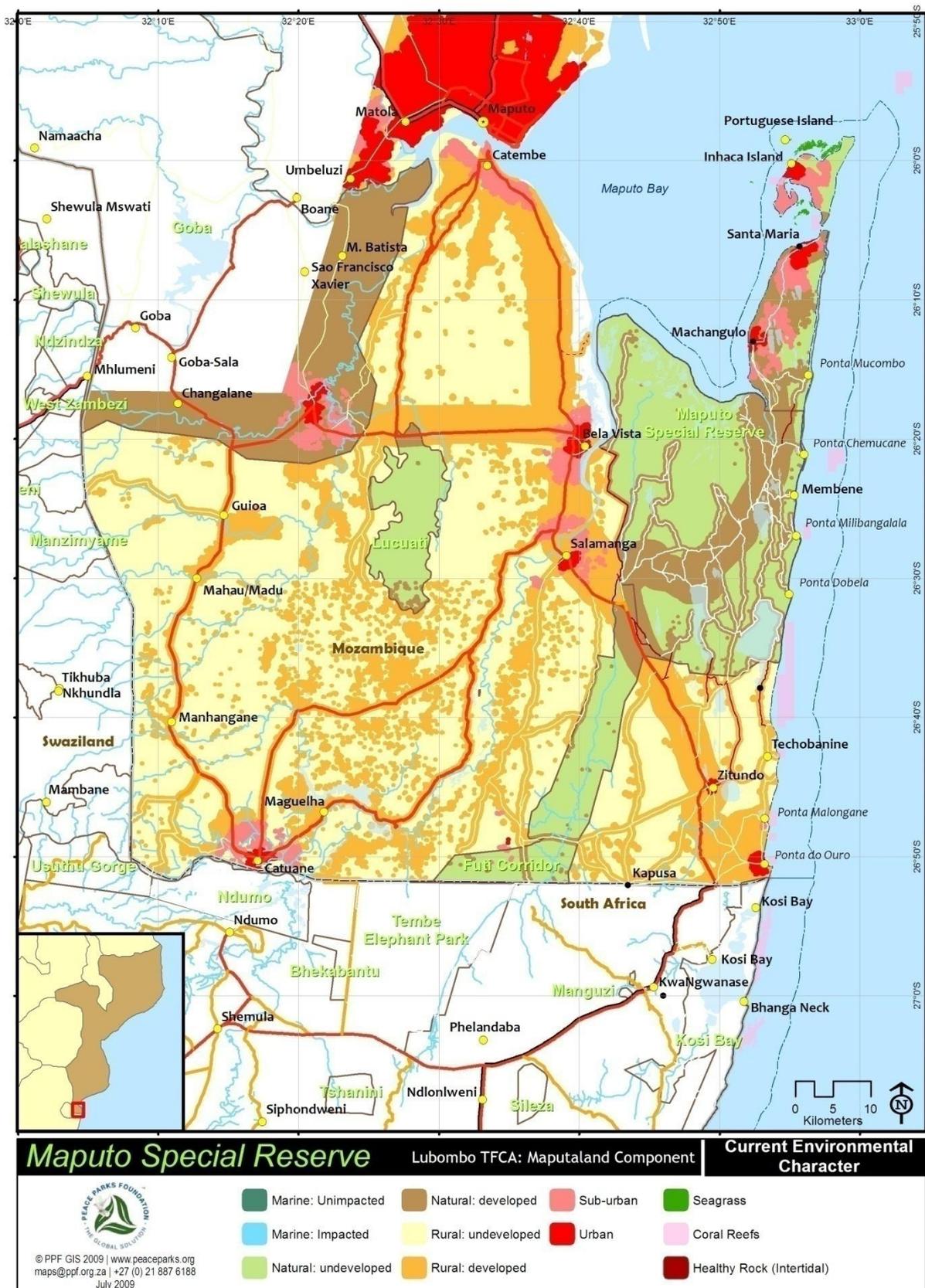
Através das sessões específicas e plenárias de debate foi possível encontrar um consenso e desenvolver uma perspectiva colectiva, necessária ao desenvolvimento sustentável da REM. Para facilitar o entendimento, os conceitos apresentam-se no mesmo formato em que foram discutidos nas *workshops*, e tal como apresentados pela equipa de administração, figurando o Plano Director para toda a área protegida. Este plano director constitui uma apresentação espacial do Plano de Maneio da REM, enquanto expansão de acções e de iniciativas de desenvolvimento, o plano director precisa ser actualizado.

Foram também elaborados mapas detalhados, baseados nos conceitos delineados e apresentados pelos interessados, em temperados com as sensibilidades ambientais, tendo sido também elaboradas e apresentadas em mapas de maior resolução da REM recomendações específicas relativas ao alinhamento e localização. Serão elaborados mapas de grande escala para diversas porções – áreas protegidas, chefados, florestas, etc. – assim que tiver sido obtida aprovação dos conceitos de desenvolvimento pelo GM.

Os vários índices de responsabilização, baseados nas análises de sensibilidade que foram elaboradas para a REM, foram utilizados na tomada de decisões relativas ao posicionamento espacial das várias opções de acesso, uso, desenvolvimento e infra-estruturas, e devem ser utilizados como directriz para intervenções de planificação de grande escala.

Os índices de sensibilidade podem motivar decisões responsáveis relativas às necessidades de acesso, uso, desenvolvimento e infra-estruturas, bem como para outras metas de desenvolvimento dentro da região, de um forma alinhada e coordenada, culminando em decisões informadas, defensáveis e responsáveis.

Os detalhes relativos às várias análises de sensibilidade são discutidos, assim como os conceitos, ao que se segue um mapeamento detalhado de cada conceito.



Mapa 30: Carácter Ambiental Actual

4.6.4 Garantia de Tomada de Decisões Responsável – Análises de Sensibilidade

Para garantir a responsabilização das decisões tocantes à aceitabilidade e localização apropriada das intervenções na REM relativas aos parâmetros de planificação de acesso, uso, desenvolvimento e infra-estruturas, essas decisões têm de ser baseadas em:

- Valor do habitat;
- Sensibilidade da paisagem;
- Adequabilidade à agricultura;
- Sensibilidade visual.

Essencial à tomada de decisões responsáveis é um mapa resumo combinando o valor do habitat com a sensibilidade da paisagem, produzindo efectivamente um mapa combinado de sensibilidade do ecossistema que incorpora muitos aspectos dos bens e serviços ambientais, oferecendo um indicador do valor dos habitats que sustentam os ecossistemas e a capacidade de recuperação da paisagem (ver Mapa 33 e Figura 16).



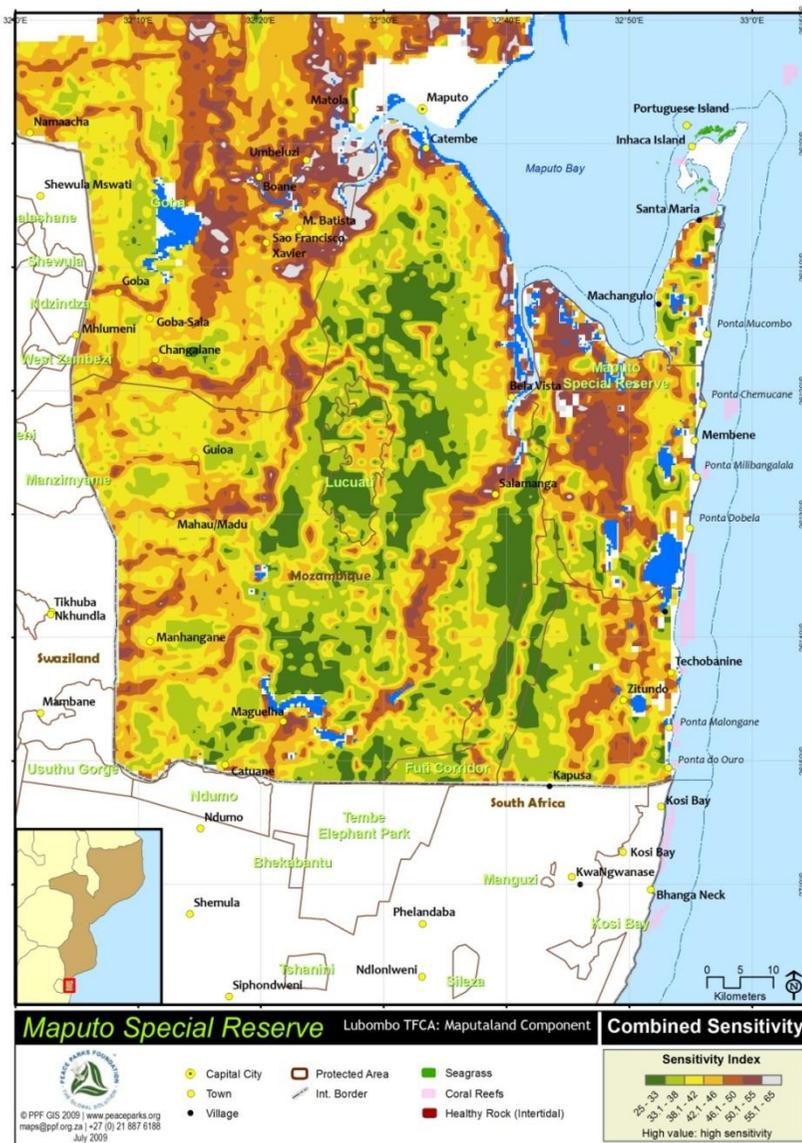
Figura 16: Análises de Sensibilidade

4.6.4.1 Valor do Habitat

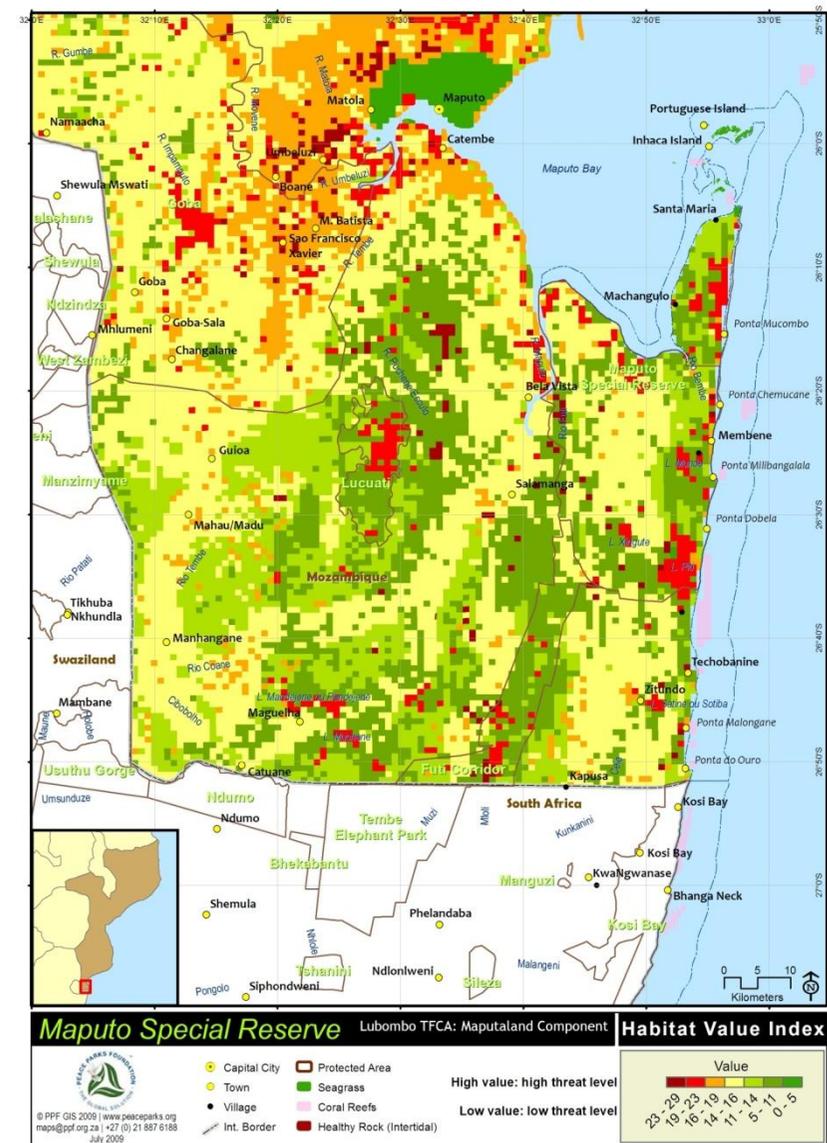
O valor do habitat reflecte o estado de um habitat com base na sua contribuição para as metas nacionais de conservação, analisando a representatividade desse habitat na área de estudo, a percentagem de cada tipo de vegetação num contexto nacional e o nível de transformação, incluindo as componentes terrestre e marinha.

Usando a camada de vegetação como representação da biodiversidade, foi elaborada uma análise reflectindo um leque de valores de habitat em que um valor de habitat elevado se distingue de um baixo, com base no nível de impacto e alteração substancial.

Foi usado o estado de conservação da vegetação dentro da área de estudo baseado nas categorias da IUCN, para classificar os tipos de vegetação na área de estudo IDP de acordo com o seu estado de ameaça (ver Mapas 34 e 35, e também Mapas 4-8).



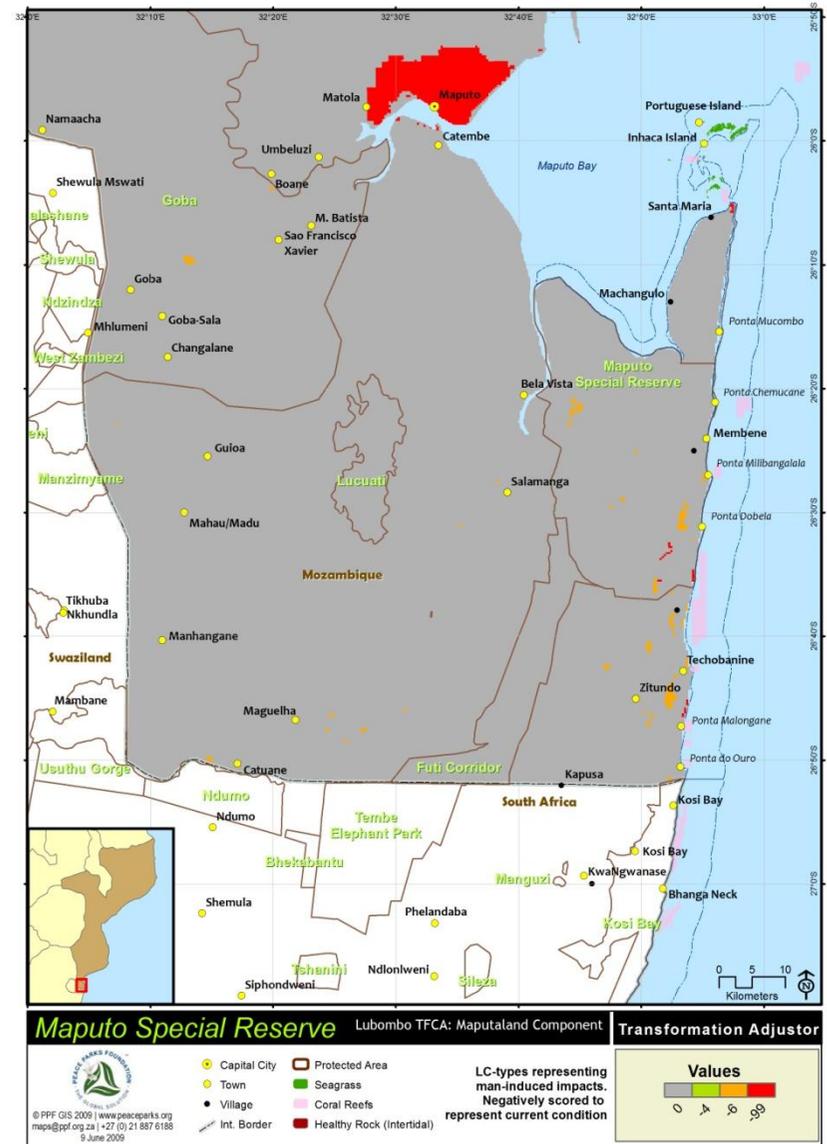
Mapa 31: Sensibilidade combinada



Mapa 32: Valor do habitat



Mapa 33: Resilience



Mapa 34: Ajustar Transformações

4.6.4.2 Sensibilidade da Paisagem

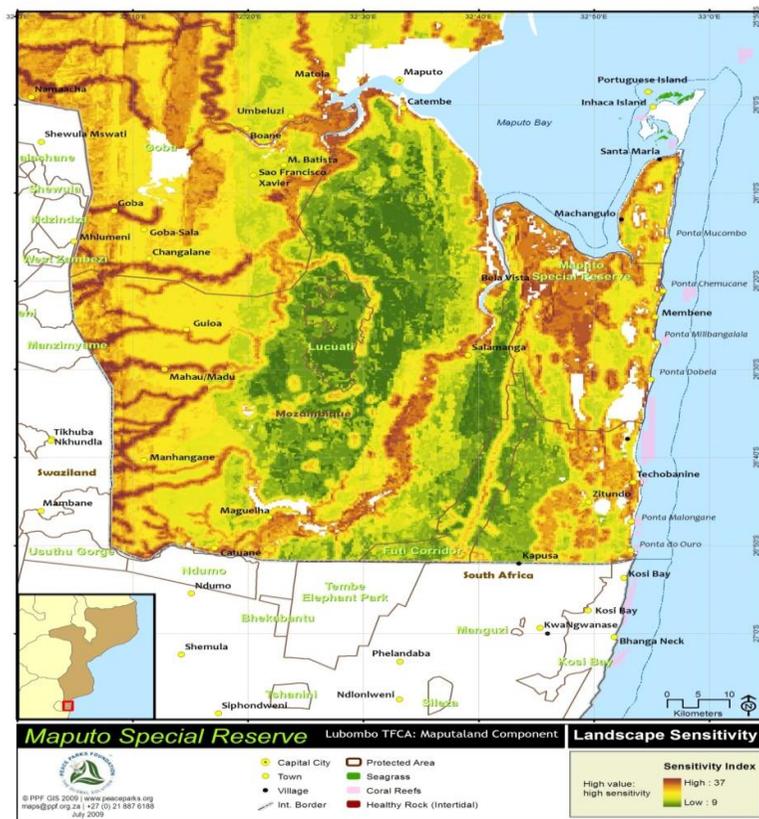
A sensibilidade da paisagem (ver Mapa 37) dá uma indicação da capacidade de recuperação das paisagens relativamente a impactos e intervenções, e constitui um indicador da sensibilidade baseada na susceptibilidade à erosão, declive, textura do solo, precipitação, vulnerabilidade da vegetação, sensibilidade hidrológica e adequação à construção.

O declive é importante nas paisagens pois influencia aspectos como a susceptibilidade à erosão, adequação à construção, acesso, etc., enquanto a hidrologia é necessária para determinar áreas importantes para a manutenção dos processos hidrológicos, bem como as áreas em que as infra-estruturas poderiam ser afectadas pela acção aluvial.

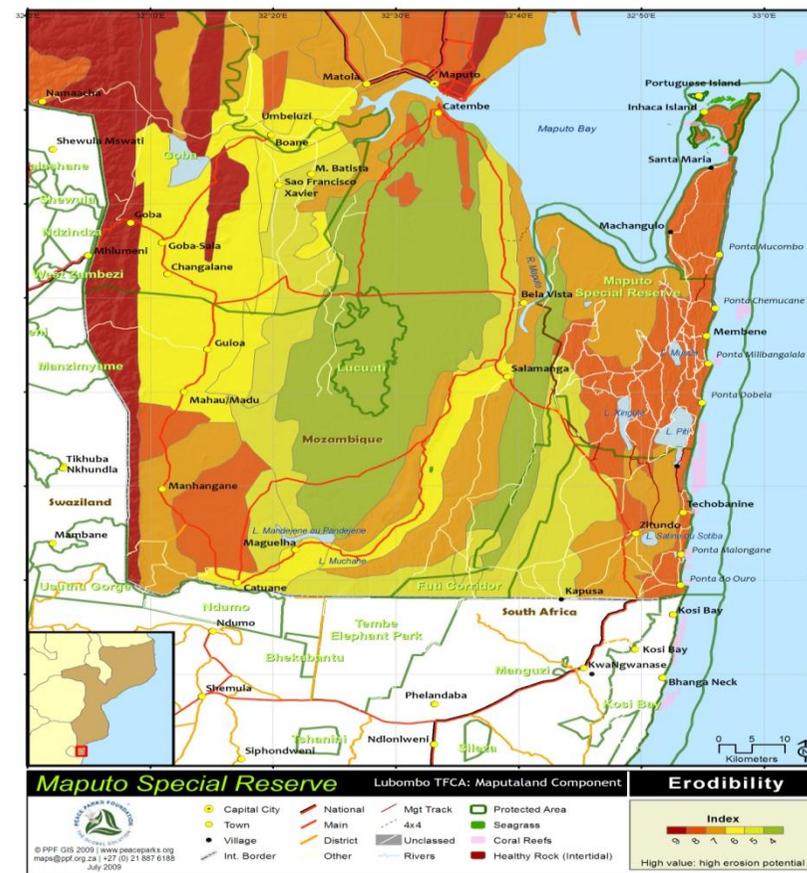
As características do solo influenciam e orientam as decisões de planificação de diferentes maneiras:

- *Profundidade do solo:* é importante para orientar decisões sobre adequação à agricultura, bem como ao potencial de erosão. Os solos mais profundos são mais adequados à agricultura, dependendo da sua textura e capacidade de drenagem, enquanto os solos pouco profundos em declives mais acentuados são mais susceptíveis à erosão;
- *Textura do solo:* dá uma indicação do teor de argila no solo, dependente da proporção relevante de partículas granuladas; isto dá uma indicação sobre a aptidão para uma estrada transitável todo o ano, detalhes relativos à técnica de construção, aptidão para o desenvolvimento agrícola e pecuário, ou potencial para repovoamento faunístico;
- *Drenagem do solo:* a capacidade de drenagem dos solos influencia a retenção de água, que tem reflexos na fertilidade dos solos em resultado da lixiviação, bem como na presença permanente de água necessária à fauna dela dependente;
- *Cor do solo:* é importante na perspectiva da planificação do desenvolvimento porque solos mais claros, uma vez mexidos por iniciativas de desenvolvimento, contrastam mais com a vegetação escura do que os solos mais escuros.

O teor de argila, textura, declive e precipitação têm impacto no índice de susceptibilidade à erosão, necessário para determinar a sensibilidade da paisagem. A capacidade de recuperação da vegetação tem influência na susceptibilidade da paisagem à alteração resultante do impacto humano ou outro. A aptidão para a construção é um indicador do impacto que o solo e o declive têm no custo da construção. Solos com elevado teor de argila exigem fundações especiais, tal como os solos de natureza muito arenosa. Associados ao declive, estes aspectos influenciam a facilidade com que se pode realizar a construção (ver Mapa 38).



Mapa 35: Sensibilidade da paisagem

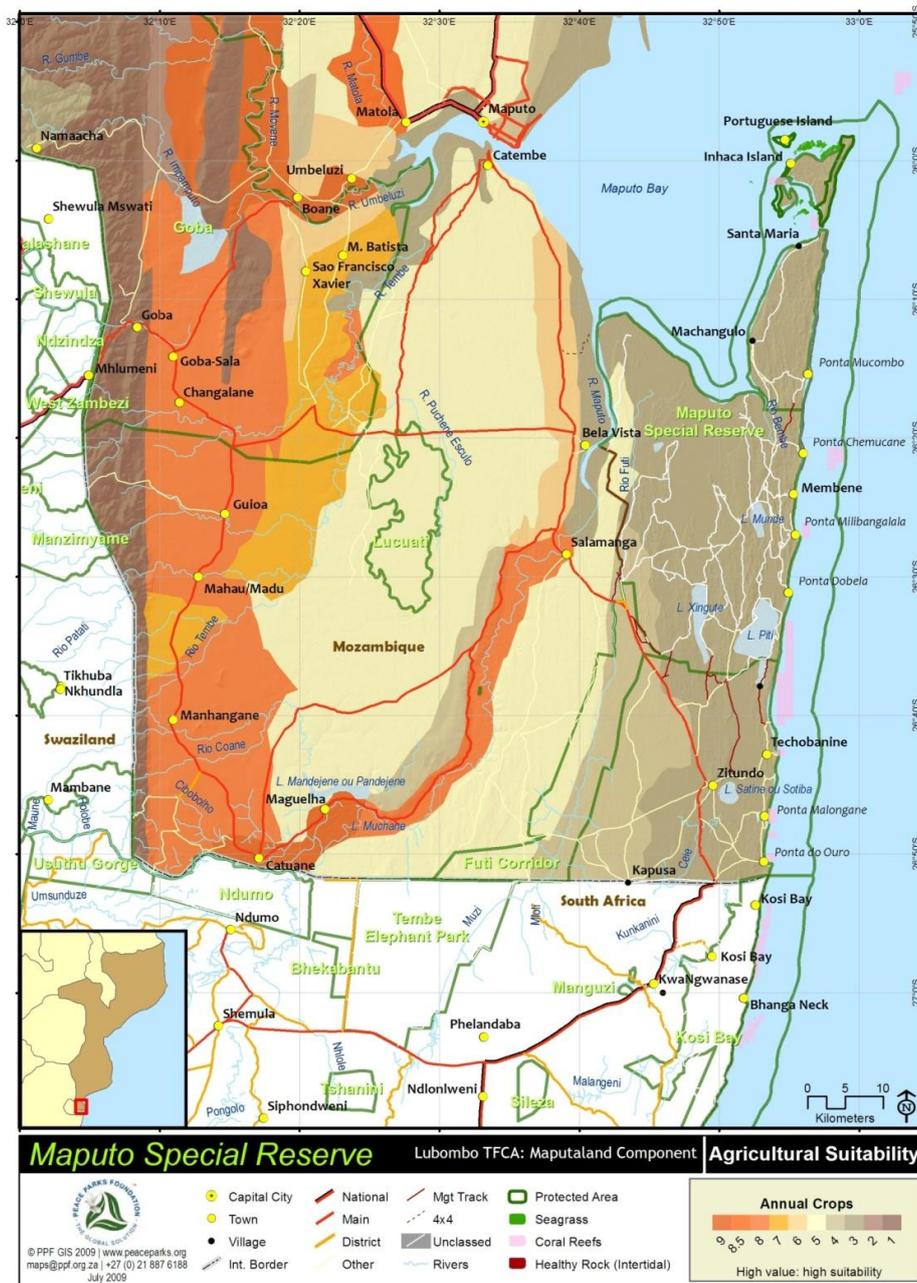


Mapa 36: Susceptibilidade à erosão

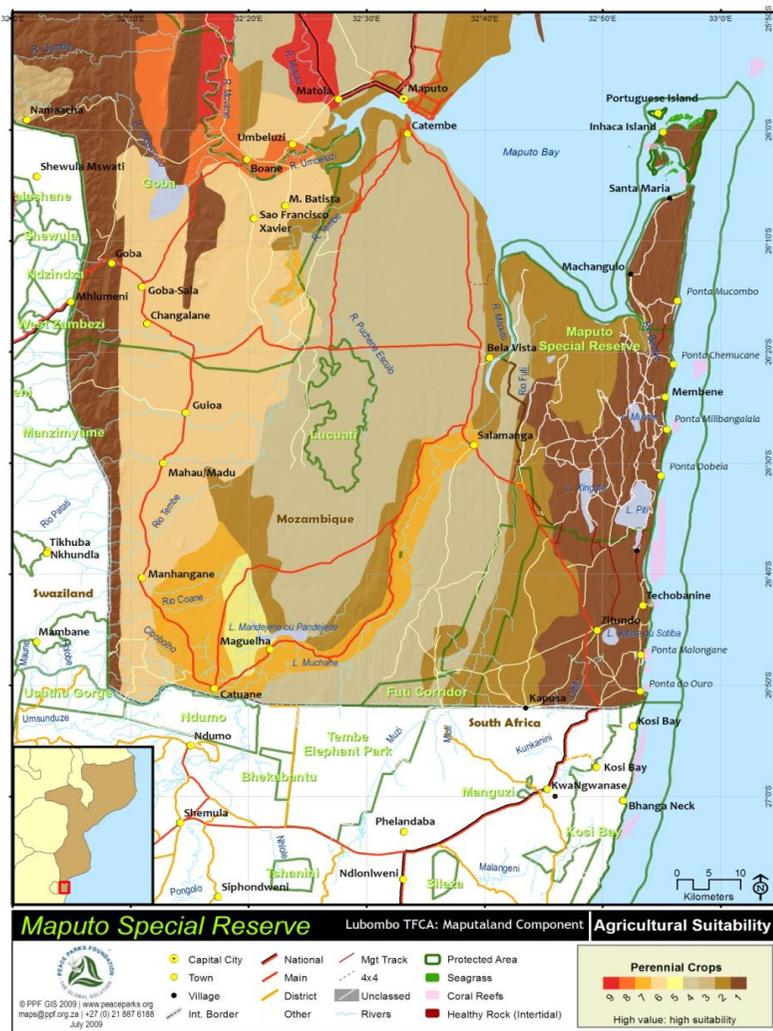
4.6.4.3 Aptidão para a Agricultura

A agricultura desempenha um papel primordial na subsistência das pessoas da região e, embora na sua maior parte seja composta de culturas anuais, a maior parte da área é mais apropriada para pastos mas, ainda assim, apenas marginalmente. Com a prevalência de doenças do gado na zona, não é possível colher plenos benefícios das pastagens, excepto no que toca à caça, perfeitamente adaptada a sobreviver a essas doenças. A parte ocidental da área de estudo, dominada pelo Rio Maputo e pelos solos mais ricos em nutrientes nos Libombos, é marginalmente mais apta para a agricultura, com maior fertilidade e melhor drenagem, mas, quando colocada num contexto nacional, toda a área em estudo se classifica muito em baixo.

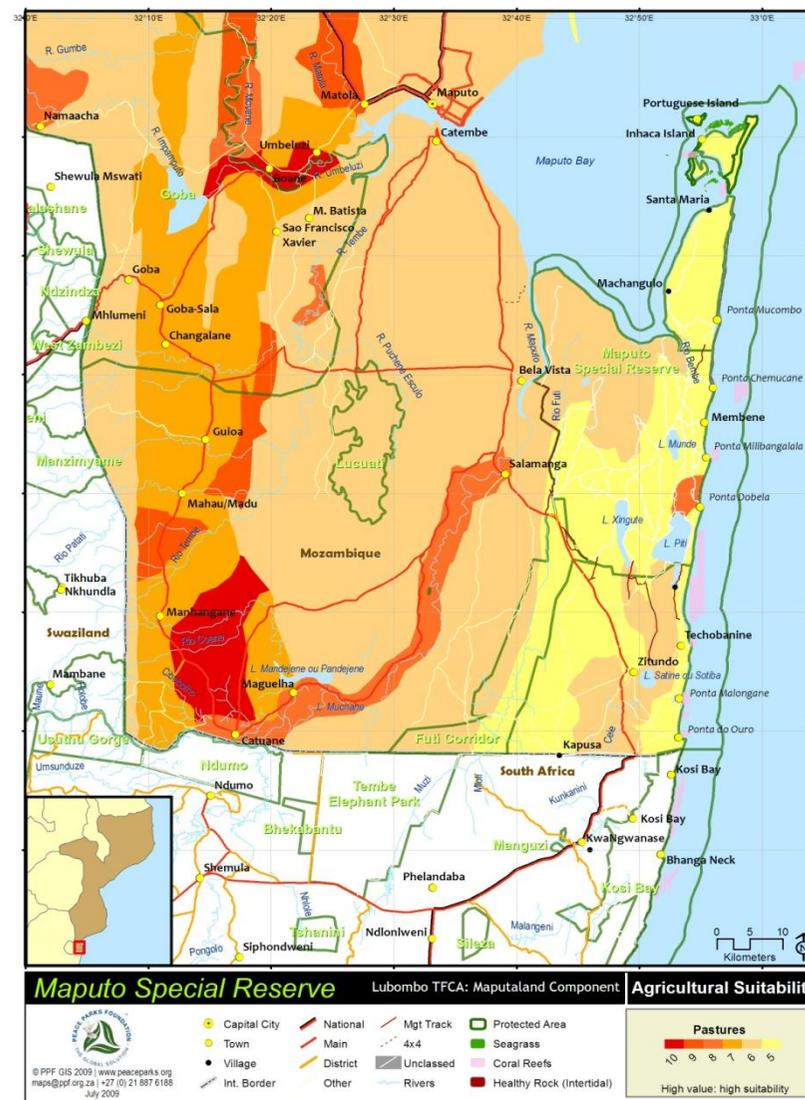
Apresentam-se mapas de potencial de culturas anuais, perenes e pastagens, para guiar as decisões relativas a programas de apoio ao desenvolvimento agrícola (Mapas 39-41).



Mapa 37: Aptidão para Agricultura - culturas anuais



Mapa 38: Aptidão para Agricultura - Culturas Perenes



Mapa 39: Aptidão para Agricultura- Pastagem

4.6.4.4 Sensibilidade Visual

Frequentemente, nos processos de planificação de conceitos, a sensibilidade visual é esquecida ou descuidada, apesar da enorme importância que o valor estético pode ter para o ecoturismo. A sensibilidade visual é uma indicação dos aspectos que influenciam positiva ou negativamente o valor estético das paisagens, contribuindo ou rebaixando a beleza da área.

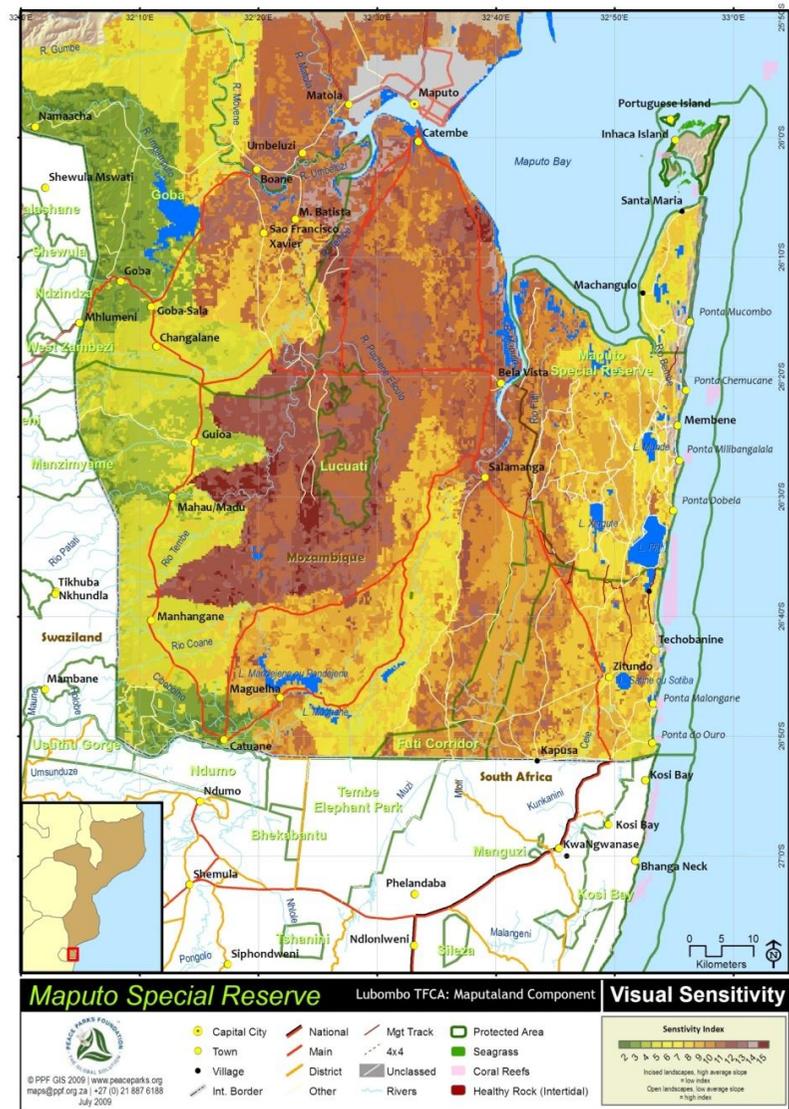
Este aspecto pode, no entanto, conduzir a enormes conflitos, pois as comunidades em desenvolvimento valorizam iniciativas como as linhas de electricidade, estradas e estruturas de engenharia civil como sinais de que o desenvolvimento está a acontecer. Porém, os visitantes internacionais, em especial os ecoturistas, atribuem valor a paisagens relativamente não transformadas, sem intrusões visuais ou auditivas, e estão dispostos a pagar pelo desfrute de tais paisagens.

Ao planificar grandes áreas como a REM numa perspectiva integrada, e incorporando conscientemente a sensibilidade visual no processo de planificação (Mapa 42), e como parte de um quadro decisório responsável, é possível encontrar um equilíbrio entre os parâmetros ambientais, sociais, agrícolas, culturais e visuais.

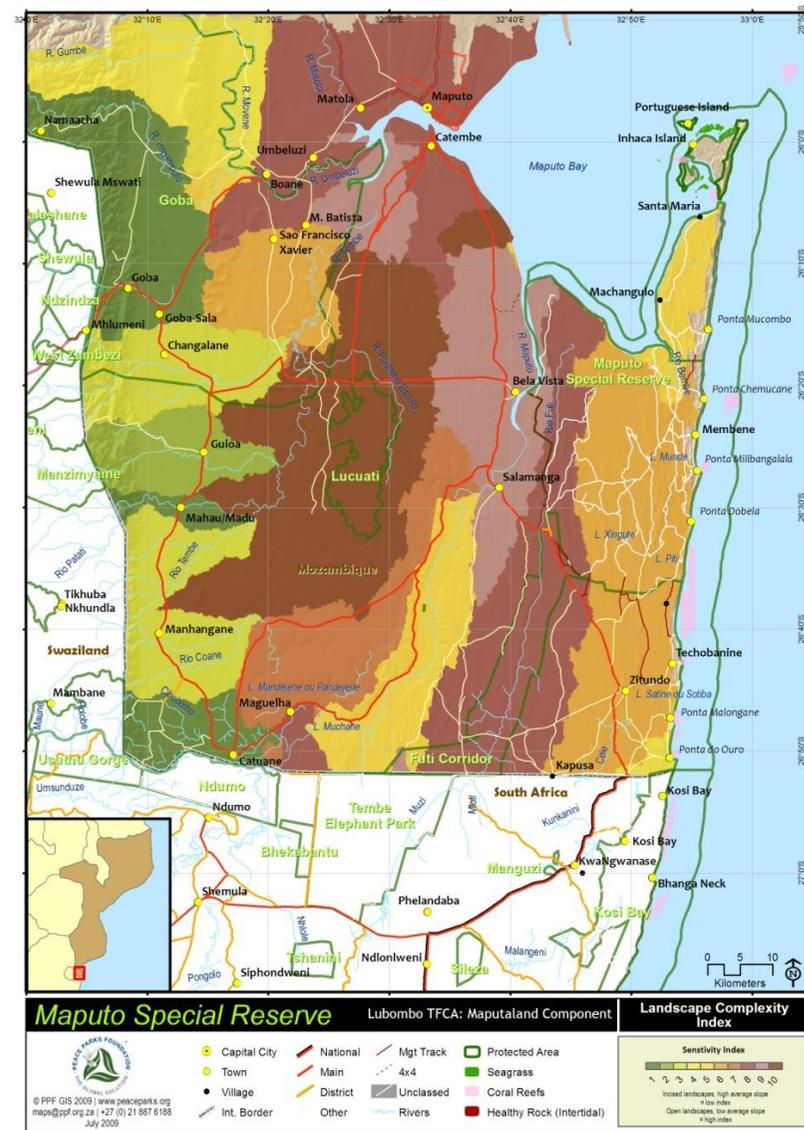
A sensibilidade é uma combinação de vários factores, entre os quais:

- Complexidade da paisagem (Mapa 43) – é mais fácil esconder desenvolvimentos e infra-estruturas em paisagens complexas e horizontais do que em superfícies planas e inclinadas, pois as clareiras e desenvolvimentos nas superfícies horizontais são menos visíveis do que em encostas; os horizontes e as cumeeiras, e os desenvolvimentos ao longo de horizontes e cumeeiras, são mais visíveis que os vales;
- Altura e densidade da vegetação (Mapa 44) – indicam a possibilidade de “esconder” infra-estruturas e desenvolvimentos entre as plantas;
- Cor e contraste do solo – o contraste entre a cor da vegetação e a do solo resulta em intrusões visuais (ver Mapa 15).

Apesar de ser um conceito complexo, a sensibilidade visual é uma componente essencial e integrante da planificação. Devem ser tomadas decisões no sentido de incorporar este conceito no processo de planificação, para garantir que os desenvolvimentos não alterem materialmente o carácter da área



Mapa 40: Sensibilidade visual



Mapa 41: Complexidade da paisagem

4.6.5 Concepção e Mapeamento dos Conceitos

O Plano de Desenvolvimento Conceptual (PDC) da REM é representado espacialmente pelas componentes de Acesso, Uso, Desenvolvimento e Infra-estruturas. O PDC foi elaborado com vista a guiar a realização dos objectivos de maneio e acções fundamentais, não deixando de considerar as sensibilidades ambientais.

4.6.5.1 Acesso

O acesso aos excepcionais recursos naturais da REM é controlado através de vários portões colocados estrategicamente, de modo a permitir acesso fácil de Maputo, a Norte, e da África do Sul, a Sul (ver Figura 17 e Mapa 45). Mais, propõe-se a criação de dois postos de controlo no perímetro do Corredor de Futi, para monitorar pessoas em trânsito na área protegida a caminho da Ponta do Ouro, Maputo ou Catuane. Os portões de acesso localizam-se no Acampamento Principal, Gala, Corredor de Futi e Machangulo.

O acesso rodoviário à Reserva será limitado a uma única estrada principal de trânsito entre os portões do Acampamento Principal e de Machangulo, e esta estrada será também o principal acesso para os visitantes da reserva que transportem barcos. Haverá um acesso secundário entre o portão de Gala e a estrada de acesso principal. Os *safaris* na reserva serão feitos em trilhos 4x4, anulando a necessidade de modernizar todas as estradas.

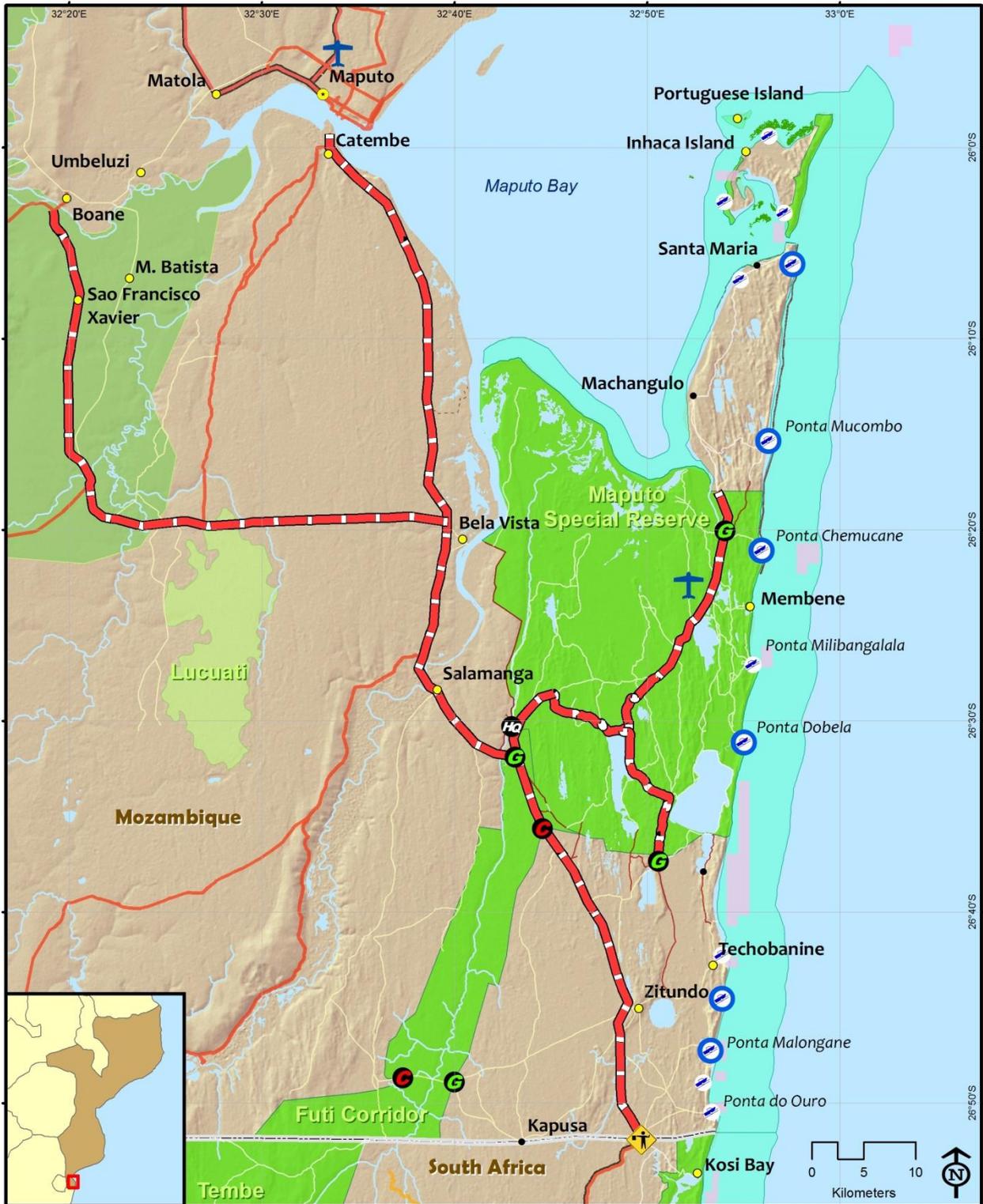
O acesso aos recursos marinhos será feito através de uma série de locais de lançamento de barcos, alguns dos quais disponíveis ao público em geral, sujeitos a certas regras e regulamentos, enquanto outros serão exclusivos para os concessionários.

O acesso aéreo será centralizado numa pista que, se possível, pode ter um posto de migração, evitando assim a necessidade de voar através de Maputo e permitindo o acesso directo à reserva. A Ilha da Inhaca já tem acesso aéreo, tal como a Ponta do Ouro e Machangulo. O acesso de barco a partir de Maputo será limitado a Inhaca, Santa Maria, Ponta Millibangala e Ponta Mucombo, em áreas determinadas.

A fronteira na Ponta do Ouro permite aos visitantes provenientes da África do Sul entrarem em Moçambique a partir do Sul, e pode ser melhorado para servir também como posto de informação para as ACTF da REM e Maputolândia.



Figura 17: Acesso de Conceitos



Maputo Special Reserve

Lubombo TFCA: Maputaland Component

CDP: Access


 © PPF GIS 2009 | www.peaceparks.org
 maps@ppf.org.za | +27 (0) 21 887 6188
 July 2009

- | | | |
|---|---|---|
|  Tourism Access Facility |  Beach Access (Concession) |  Road Upgrade |
|  Checkpoint |  Aerial |  Seagrass |
|  Headquarters |  Immigration |  Coral Reefs |
|  Beach Access (Public) | |  Healthy Rock (Intertidal) |

Mapa 43: CDP - Acesso

4.6.5.2 Uso

Como principal iniciativa de conservação da região, a REM constitui a âncora de opções de uso da terra baseadas na conservação, e propõe-se que a área directamente contígua à Reserva seja uma zona de multiusos com incidência na conservação dos recursos naturais e no uso sustentável, com o principal foco agrícola a Oeste do Rio Maputo. Estas zonas multiusos servirão também como tampão à REM.

O uso na REM será limitado ao ecoturismo e usos associados compatíveis. Foram propostas quatro áreas de concessão de uso exclusivo, três das quais fizeram parte do processo de concessão que foi facilitado pela IFC através do Programa Âncora de Investimento em Turismo em Moçambique, nomeadamente Ponta Chemucane, Ponta Milibangalala e Ponta Dobela. A Concessão do Santuário terá lugar apenas depois de melhorado o produto da fauna bravia (ver a componente de Desenvolvimento do PDC).

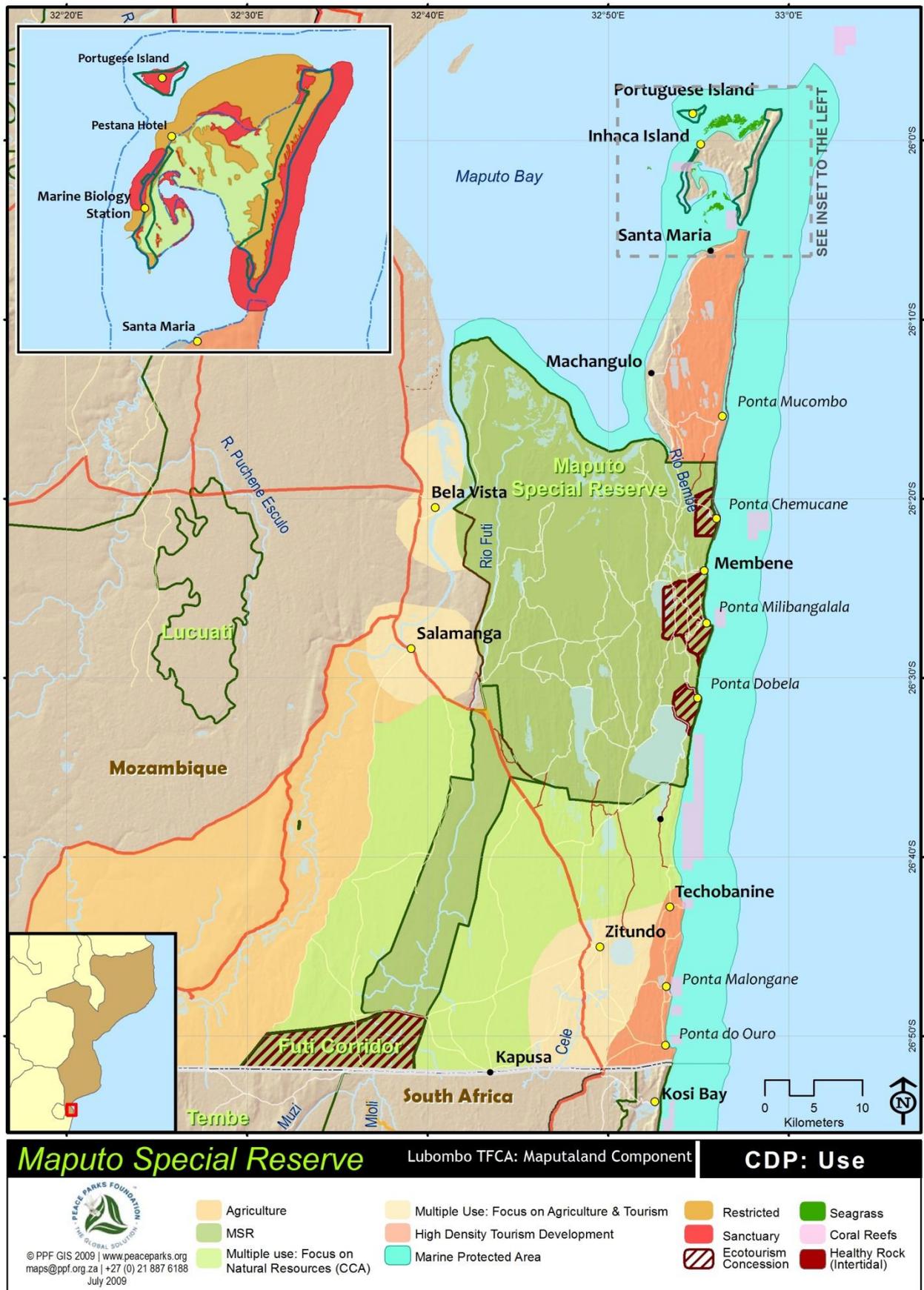
O principal foco de desenvolvimento turístico geral na REM será em torno do Lago Nela (zona de repouso), Ponta Membene (acampamento de tendas) e oito acampamentos de safari estrategicamente colocados pela reserva. Ao pé de Zitundo, Salamanga e Bela Vista, as áreas devem ser geridas como multiusos, com foco no apoio agrícola e turístico à REM. Na Península de Machangulo e na área entre Ponta do Ouro e Techobanine, existe presentemente desenvolvimento de alta densidade, recomendando-se que este tipo de desenvolvimento seja limitado a estas áreas.

A abordagem de zonamento geral de uso da terra permite práticas compatíveis de uso da terra e oferece oportunidades de redução dos conflitos CHFB através da criação de áreas comunitárias de conservação, em que o uso consumista pode ser uma opção conjunta com actividades e instalações ecoturísticas.

A RMPP dá oportunidade de controlo do uso dos recursos marinhos na área, podendo também servir de elo ecológico com as áreas marinhas protegidas na África do Sul e da Inhaca com base nas estratégias desenvolvidas para estas áreas, incluindo o *Plano de Maneio e Estratégia de Desenvolvimento para o Arquipélago da Inhaca* (ver Figura 18 e Mapa 46).



Figura 18: Conceito de uso



Mapa 44: CDP - Uso

4.6.5.3 Desenvolvimento

Para soltar o potencial ecoturístico da REM de modo sustentável, e para permitir a gestão eficaz e eficiente dos recursos naturais e culturais da região, foram identificados vários nodos de desenvolvimento (ver Figura 19). Estes compreendem:

- Sede da Administração – situada no Acampamento Principal da REM, inclui o Portão Principal, instalações de apoio turístico e alojamentos de pessoal, para permitir uma gestão eficaz;
- Grupo costeiro Chemucane-Dobela – inclui as três concessões costeiras, a pista de aterragem, o acampamento de tendas de Ponta Membene, um acampamento de safari, Portão de Machangulo e alojamento de pessoal e instalações da administração adicionais;
- Grupo da Pradaria Oriental – inclui torre de comunicações rádio, vários acampamentos de safari e Acampamento de Repouso do Lago Nela;
- Grupo de reprodução de Búfalos – no lado ocidental da reserva, inclui o cercado de maneio de fauna, dois piquetes e acampamentos de safari;
- Grupo de Gala Cluster – situado no lado oriental da reserva, inclui o portão de Gala, vários acampamentos de safari e piquetes;
- Grupo do Santuário de Futi – situado ao longo da fronteira com a África do Sul, directamente adjacente ao Parque de Elefantes Tembe, inclui o portão de Futi, alojamentos de pessoal, posto de controlo, instalações de concessão e apoio;
- Grupo do Futi Ocidental – situado no limite ocidental do Corredor de Futi, inclui vários piquetes.

Na área imediatamente adjacente à REM, foram identificados vários nodos adicionais de desenvolvimento como sendo essenciais para o êxito do desenvolvimento da reserva, que incluem:

- Apoio Turístico (Acampamento Principal da REM e Ponta do Ouro);
- Crescimento Rural (Bela Vista, Salamanga e Zitundo).

O Mapa 47 apresenta os nodos de desenvolvimento propostos, e o Mapa 48 mostra detalhes relativos ao desenvolvimento ecoturístico da REM (áreas 2, 3 e 4, representando as áreas de concessão que fazem parte do Programa Âncora de Investimento em Turismo segundo a Estratégia de Obtenção de Investimento da REM.

As áreas de concessão terão uma área de uso exclusivo à sua volta, de 800 ha a mais de 3000 ha. A descrição destas áreas foi incluída na solicitação de propostas elaboradas para cada local. A abertura das duas áreas de concessão restantes estará ligada à melhoria da experiência faunística na REM.

A Área 1 refere-se ao Santuário de Futi, que servirá, inicialmente, como projecto-piloto de gestão transfronteiriça de caça perigosa e que terá o primeiro alojamento de mato totalmente abastecido na reserva.

A Área 5 é o Acampamento de Repouso do Lago Nela, que será uma base primária para a observação de caça na reserva, bem como o centro em torno do qual se baseará a experiência dos trilhos de safari.

A Área 6 é uma área possível de co-gestão entre o GM e uma área de gestão privada circundante, enquanto a Área 7 é a área de maneio intensivo de caça, dentro da qual decorrerá o programa de reprodução de búfalos.

As Áreas 8-10 são iniciativas comunitárias identificadas no PAC e incluem projectos de artesanato, pipirí e trilhos a cavalo.

Os acampamentos de safari serão todos desenvolvimentos da REM, embora possam vir a ser geridos por fornecedores de serviços se a Reserva o achar necessário. Estes acampamentos poderão ser utilizados pelos operadores como bases para safaris móveis, trilhos selvagens e trilhos 4x4 guiados.

Será acondicionada uma rede de rotas 4x4 baseada nos trilhos existentes, como opções de experiências guiadas e não guiadas, que usarão os vários acampamentos de safari como locais de pernoita. Devido ao tamanho relativamente pequeno da REM, os turistas permitidos poderão basear-se em qualquer um dos locais, ou combinação de locais, de modo a aproveitarem a sua experiência ao máximo. Esta rede permitirá aos visitantes desenharem a sua própria experiência com base nos seus interesses e expectativas específicas, em vez de serem limitados a um trilho determinado em que a experiência é um pacote de fora.

Os alojamentos na Ilha da Inhaca serão baseados no plano de maneio para a área, ao passo que o desenvolvimento do grupo Ponta do Ouro/Techobanine será orientado pelo Plano Integrado de Desenvolvimento Distrital de Matutuine.

Os nodos de crescimento rural de Bela Vista, Salamanga e Zitundo deverão ser usados para concentrar o desenvolvimento, em vez de ser feito um esforço para diluir o impacto com um desenvolvimento disperso, enquanto as áreas da Ponta do Ouro e do Portão Principal deverão ser usadas como apoio turístico para os desenvolvimentos na REM.

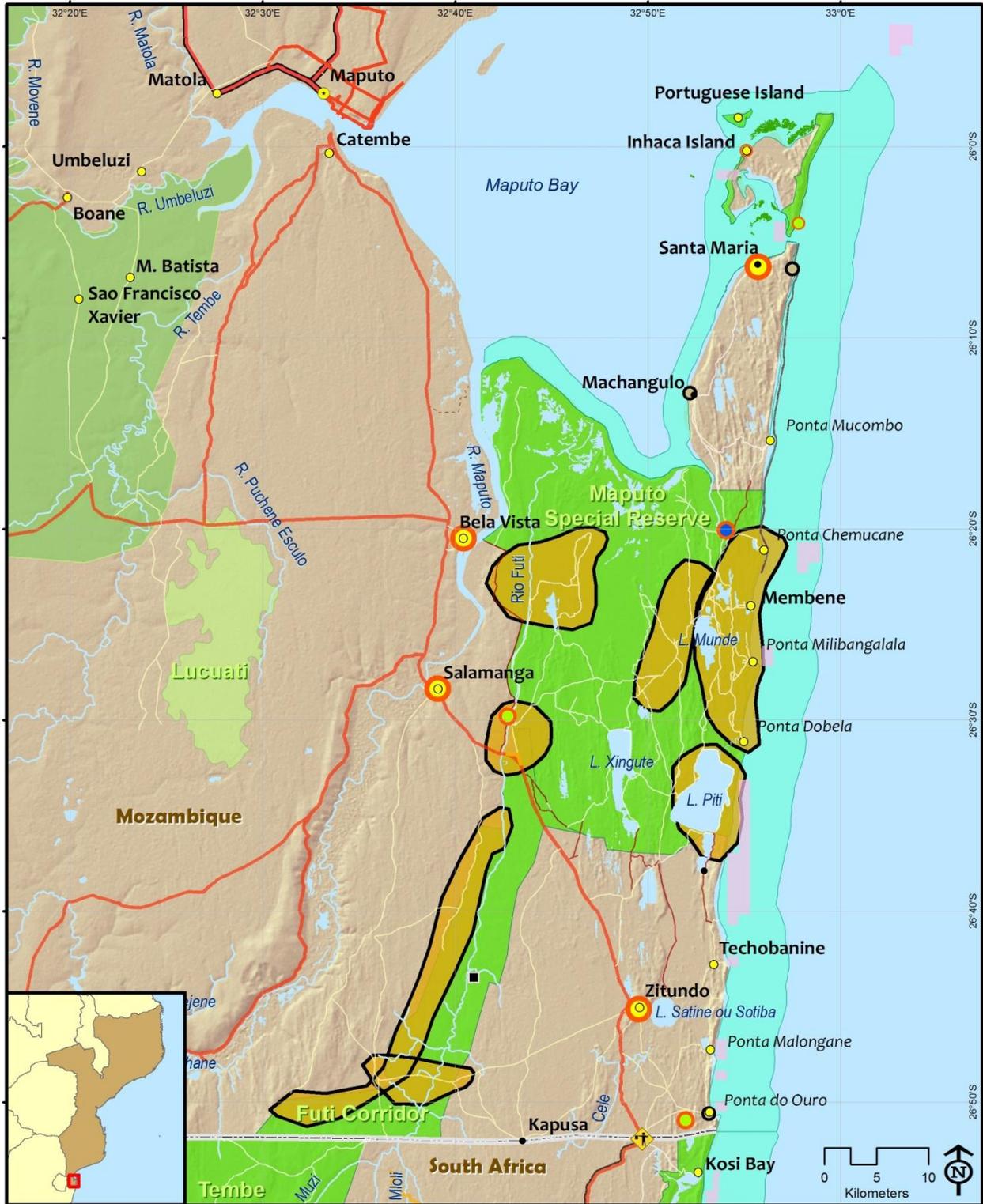
A criação de piquetes pela área ajudará a administração da REM a atingir os objectivos, criação essa que deverá ser orientada pelo conhecimento local, existência de áreas problemáticas e necessidades em infra-estruturas.

Os detalhes relativos às ligações ecológicas potenciais e prioritárias com áreas comunitárias de conservação, que devem ser apoiadas e encorajadas, apresentam-se no Mapa 49, enquanto o Mapa 50 apresenta a estratégia de desenvolvimento relativa à recuperação de fauna bravia proposta para a REM.

Consulte no Apêndice 5 as projecções financeiras de receita bruta e taxas de ocupação projectadas relativamente a diversas áreas de concessão, desenvolvimentos turísticos na Reserva e actividades na REM (excluindo as entradas).



Figura 19: Desenvolvimento de Conceitos



Maputo Special Reserve

Lubombo TFCA: Maputaland Component

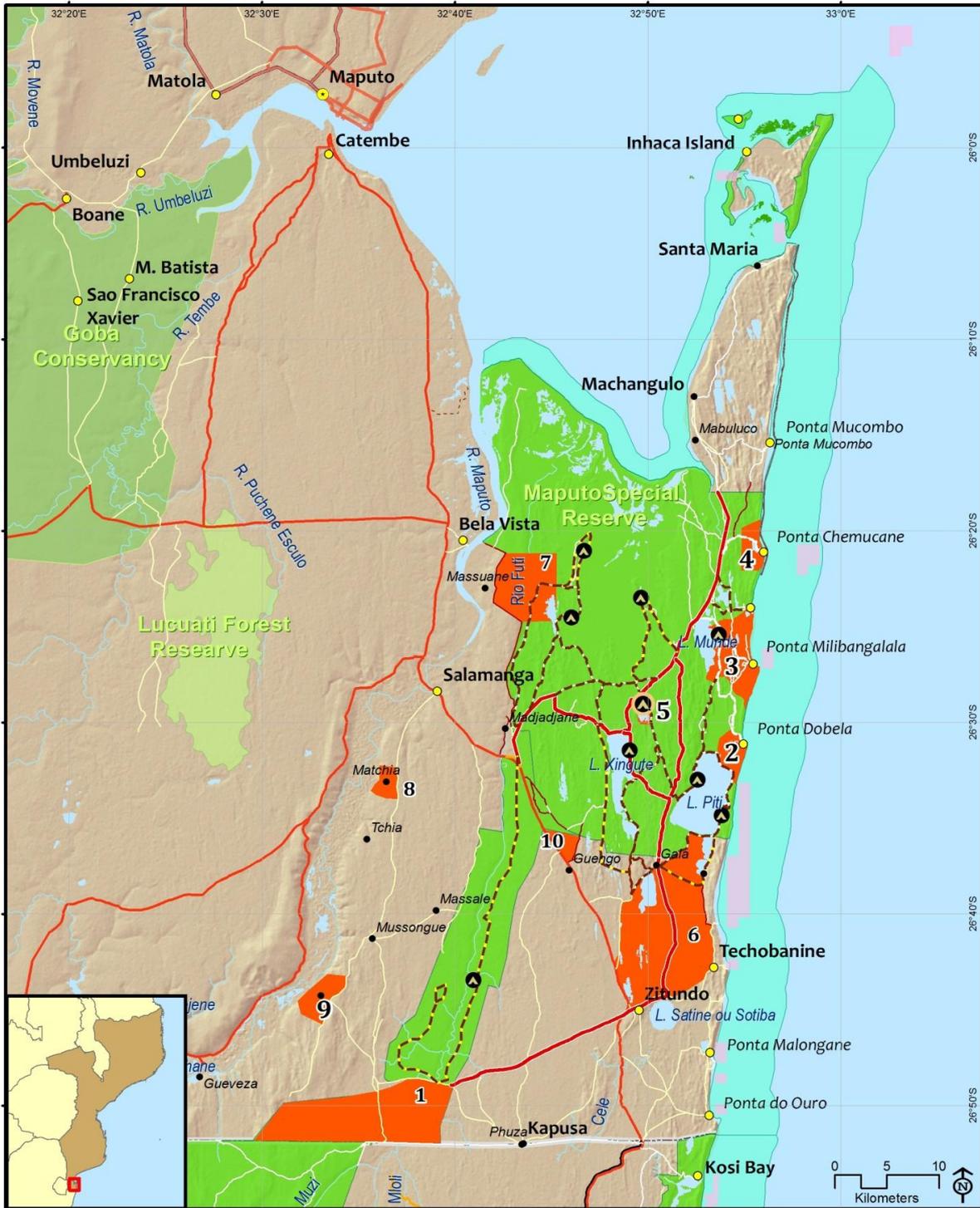
CDP:Development



© PPF GIS 2009 | www.peaceparks.org
 maps@ppf.org.za | +27 (0) 21 887 6188
 July 2009

- Concession Development
- Rural Growth Node
- Park Development Activities
- Tourism Support
- Access Control Facility
- Development Nodes
- Pickets - proposed
- Seagrass
- Coral Reefs
- Healthy Rock (Intertidal)

Mapa 45: CDP - Desenvolvimento

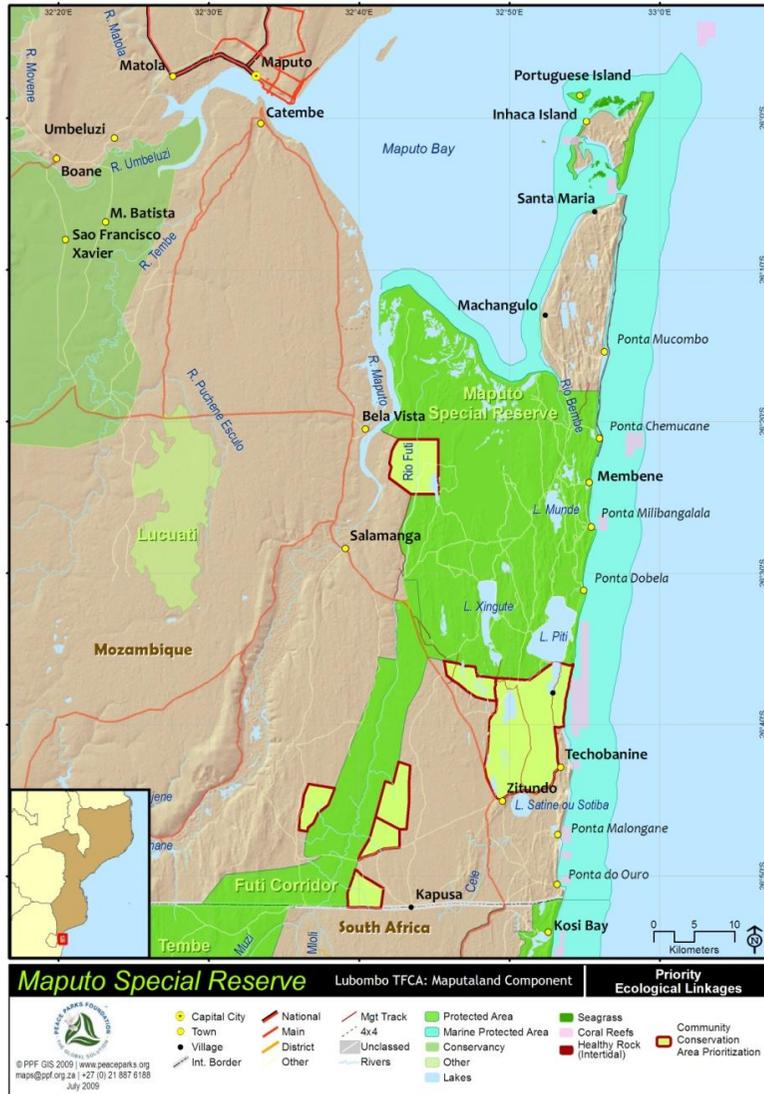


Maputo Special Reserve Lubombo TFCA: Maputoland Component **Eco-Tourism Development**

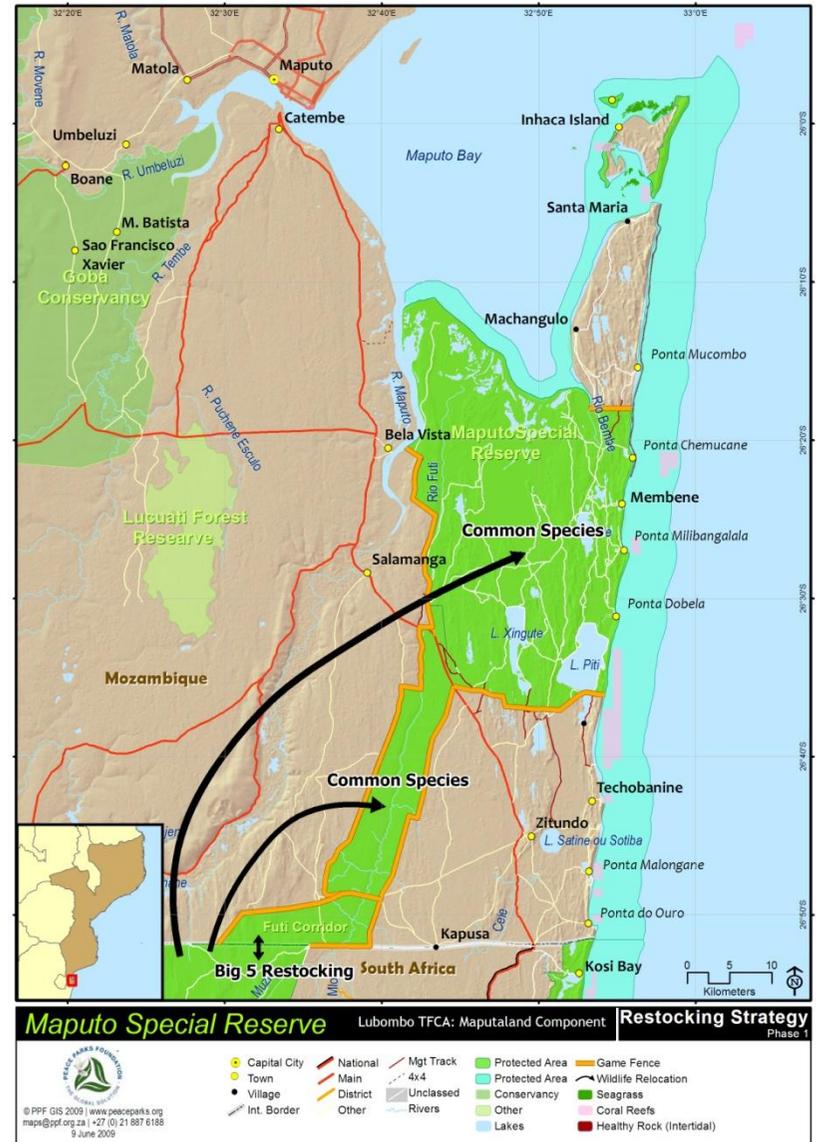
© PPF GIS 2009 | www.peaceparks.org
 maps@ppf.org.za | +27 (0) 21 887 6188
 July 2009

Safari Campsite	4x4 Safari	Park Access Route	Development Nodes
Rest Camp	Track (Proposed)	Concession Tracks	

Mapa 46: Desenvolvimento de CDP - Desenvolvimento do Ecoturismo



Mapa 47: Desenvolvimento de CDP - Ligação Ecológica



Mapa 48: Desenvolvimento de CDP - Estratégia de reintrodução

4.6.5.4 Infra-estruturas

As infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento eficaz da REM enquanto destino de fauna bravia e ecoturístico compreendem (ver Figura 20 e Mapa 51):

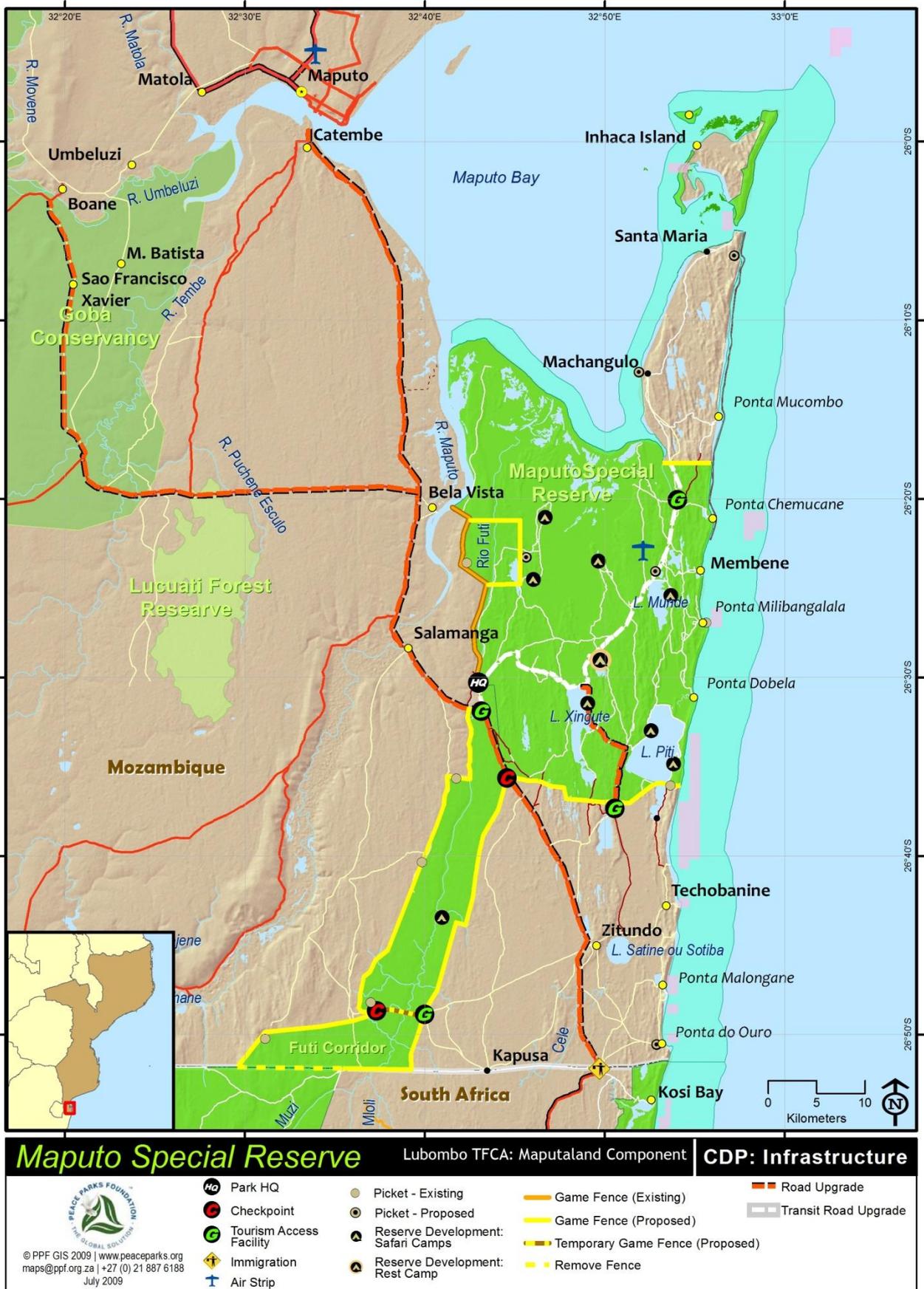
- Sede Administrativa da REM – no Acampamento Principal;
- Instalações para Acesso de Turistas – portões no Acampamento Principal, Machungulo, Gala e Corredor de Futi, com postos de controlo no Corredor;
- Acampamentos de Desenvolvimento da Reserva;
- Criação de uma pista de aterragem na parte nordeste da REM, permitindo o acesso fácil a partir dos alojamentos na região e, possivelmente, incluindo instalações de migração e alfândegas;
- Melhoramentos de estradas – principalmente da estrada entre Maputo e Ponta do Ouro, bem como a estrada de trânsito entre o Portão Principal da REM e Machangulo;
- Levantamento de uma vedação de caça em torno da área central da REM, e área vedada para a introdução de caça na área nuclear da REM;
- Levantamento de uma vedação temporária ao longo do Corredor de Futi para separar os predadores da população inicial de caça, necessária para restabelecer a fauna bravia na área nuclear da REM, vedação essa que será removida assim que as populações iniciais de caça tiverem atingido um nível sustentável que permita a predação;
- A remoção da cerca entre a REM (Corredor de Futi) e o Parque de Elefantes Tembe permitirá à fauna bravia mover-se livremente através da fronteira, restabelecendo assim o funcionamento ecológico do ecossistema ao longo do Rio Futi; isto só poderá ocorrer após celebração do acordo entre o GM com a Autoridade Tradicional de Tembe (proprietária do Parque) e a Ezemvelo KZN Wildlife (entidade gestora).

O Mapa 52 mostra o faseamento recomendado das vedações de caça na REM.

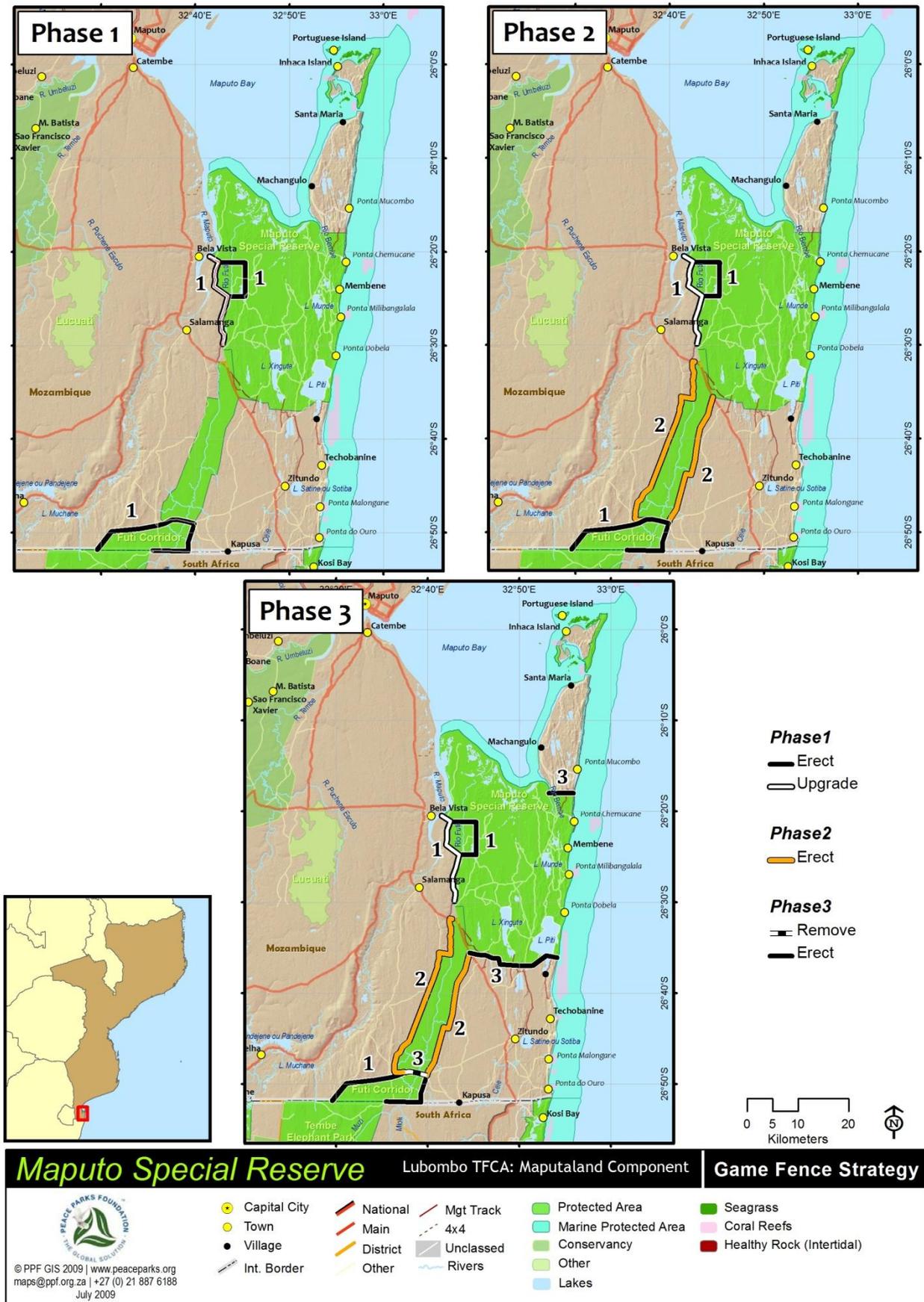
A infra-estrutura associada às várias áreas de concessão será definida na solicitação de propostas e da forma acordada nos contratos finais de concessão.



Figura 20: Infraestruturas



Mapa 49: CDP Infraestructura



Mapa 50: CDP Infraestructura - Estrategia de vedação para fauna bravia

LISTA DE LEITURAS

Governo de Moçambique. Lei das Pescas, Lei 3/90 Tello. 1973.

Governo de Moçambique. Lei Ambiental, Lei 20/91.

Governo de Moçambique. Regulamento Geral da Pesca Marítima, 43/2003.

Governo de Moçambique. Plano de Maneio da REM, 1997-2001.

Governo de Moçambique. Plano de Maneio da REM, 2001-2006.

Hoguane, AM. Dove, VF, e Sete, CI. Water Masses and circulation of Maputo Bay – Proceeding of the 2nd National Conference and Coastal Zone Research.

KALK, M. 1995. A natural history of Inhaca Island. Joanesburgo, Witwatersrand University Press: 1-395.

Pereira, MAM. 2003. Recreational Scuba Diving and Reef Conservation in Southern Mozambique. Tese de Mestrado.

Tello, JLP. 1973. Lobão – Reconhecimento Ecológico da Reserva dos Elefantes do Maputo.

DOCUMENTOS DE APOIO

Plano de Maneio e Estratégia de Desenvolvimento para o Arquipélago da Inhaca (2010-2014), Janeiro de 2010

Plano de Acção Comunitária da Reserva Especial de Maputo e da Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro, Maio de 2010

Planos de Maneio da Reserva Especial de Maputo e da Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro, Relatório de Consulta e Revisão, Maio de 2010

Programa Âncora de Investimento em Turismo em Moçambique, Documentação de Busca de Investimento, incluindo:

Estratégia de Aprovisionamento de Investimento da REM

Solicitação de Propostas para Ponta Milibangalala, Ponta Dobela e Ponta Chemucane

Acordos de Parceria

Contratos de Concessão

Plano de Maneio da Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro, Maio de 2010

APÊNDICES

APÊNDICE 1. NOTAS ESTRATÉGICAS DE APLICAÇÃO DA LEI

Recrutamento de guardas jovens, em boa forma física, motivados, com pelo menos a sétima classe (novo sistema) para garantir que possam escrever relatórios (Administrador da REM).

Abertura de dois novos postos: Tsholombane (para controlar actividades nos mangais, lagos e partes setentrionais da REM) e Maronde (para controlar veículos que se desloquem na praia). Também poderá ser necessário Membene, embora seja de prioridade mais baixa (para controlar entradas a partir de Machangulo, provavelmente apenas durante a época das tartarugas) (Administrador da REM).

Capacitar o oficial sénior de aplicação da lei/controlo de animais problemáticos (Administrador da REM).

Oferecer formação em serviço de curta duração ao corpo de guardas enquanto unidade para melhorar a sua eficácia, instilar sentido de equipa, orgulho e finalidade entre os guardas (Administrador da REM).

Fazer a rotação entre postos de guarda e, se necessário, entre áreas protegidas em Moçambique, de modo a promover a transparência (Administrador da REM).

Equipar os postos devidamente e assegurar condições de vida e de trabalho razoáveis. Isto compreende armas, meios de transporte e rádios (Administrador da REM).

Manter e alargar o sistema de rádio e os procedimentos de comunicação (Administrador da REM).

Reexaminar o sistema de aplicação da lei/controlo a cada três meses, e agilizá-lo (Administrador da REM).

Desenvolver a estratégia e planos detalhados de aplicação da lei no Corredor de Futi enquanto se planeia e erige a vedação (Administrador da REM).

Desenvolver um sistema de reporte sistemático sobre aplicação da lei e um sistema de monitoria da eficácia da aplicação da lei (Administrador da REM, representante do EKZNW).

APÊNDICE 2. PROCESSO DE PROPOSTAS TURÍSTICAS

O Governo de Moçambique (MITUR) está a elaborar directrizes para o processo de concessão para as áreas protegidas. Entretanto, a *International Finance Corporation* (IFC) do Grupo do Banco Mundial, foi designada pelo MITUR como facilitadora do processo, associada aos Projectos Âncora de Turismo para a REM na Ponta Milibangalala, Dobela e Chemucane, como definido na Estratégia de Aprovisionamento do Investimento.

Os passos gerais para estas concessões turísticas compreendem:

- Indagação e interesse e/ou solicitação de Manifestações de Interesse;
- Elaboração de uma Solicitação de Propostas (SP);
- Emissão da SP;
- Recepção e avaliação das propostas usando um procedimento avaliação aprovado/pré-acordado;
- Selecção da proposta ganhadora e começo dos procedimentos normais que governam a atribuição de licenças especiais em áreas protegidas.

Os desenvolvimentos turísticos serão sujeitos a avaliações de impacto ambiental, que seguirão os procedimentos normais do MICOA, tomando em linha de conta as directrizes arquitectónicas e factores ambientais. Esses desenvolvimentos serão avaliados individualmente (isto é, relativamente à especificidade do local) e em conjunto (isto é, para avaliar efeitos cumulativos).

Haverá conversações pormenorizadas entre os promotores e a Administração da Reserva sobre como trabalharão em conjunto. Haverá também conversações com as comunidades afectadas e beneficiárias sobre como será promovida a participação comunitária.

Serão concebidos contratos de concessão onde as condições pormenorizadas especifiquem os direitos dos concessionários, poderes do Director da Reserva, arranjos institucionais e condições detalhadas relativas a aspectos como o número de visitantes e as actividades, desenvolvimento de instalações turísticas, eliminação de lixos e águas residuais, fontes de energia, uso de fontes de água, formas de acesso e envolvimento e benefícios para as comunidades locais.

Os acordos de parceria e os contratos de concessão serão supervisionados pelo Director da Reserva.

APÊNDICE 3. REGULAMENTOS PROPOSTOS PARA A REM

Os regulamentos relativos à REM serão compilados e incluirão um código de conduta para pessoal, operadores, visitantes e comunidades locais. Abaixo sugerem-se algumas regras locais para os visitantes:

- Interdição da condução fora de estrada;
- Interdição do uso turístico de estradas fechadas a turistas;
- Interdição de condução nocturna, excepto mediante autorização;
- Interdição da pesca desportiva à linha fora das áreas designadas para o efeito;
- Interdição de apanha de plantas ou animais (incluindo corais, moluscos, etc.), excepto se através de licença em área demarcada para o efeito;
- Interdição do uso de armas de fogo dentro da REM, excepto se para fins de maneio;
- Interdição de perturbar ou alimentar os animais, ou de danificar plantas;
- Interdição da recolha não autorizada de lenha dentro da REM;
- O lixo deve ser todo removido da REM para locais apropriados noutras áreas, por visitantes, operadores turísticos e administração da REM;
- Interdição de animais domésticos dentro da REM;
- Fogueiras permitidas apenas em locais próprios e identificados;
- Horas de entrada e saída de visitantes: das 06:00 às 18:00 no Verão (Setembro a Março) e das 07:00 às 17:00 no Inverno (Abril a Agosto).

A Reserva Especial de Maputo não será, de nenhum modo, responsabilizada por quaisquer perdas, danos, ferimentos ou morte causados aos visitantes ou seus bens, incluindo veículos.

APÊNDICE 4. ESTRUTURA INSTITUCIONAL PROPOSTA PARA A REM E A RMPP

Em Novembro de 2009 foi aprovada uma nova Política de Conservação. Faz menção a uma autoridade nacional para a conservação que será responsável pela direcção de todas as áreas protegidas de Moçambique. Assim, a estrutura e arranjos institucionais finais para a REM e a RMPP serão, em última análise, harmonizados e alinhados com a implementação desta Política e com o estabelecimento de uma tal autoridade.

Conselho de Administração

O Conselho funciona já informalmente, com representantes da DBAN e de várias ONG. O Conselho de Administração compreenderá:

- Director Provincial de Turismo;
- Representante da DNAC;
- Administrador Distrital;
- Director Provincial de Pescas;
- Instituto Nacional de Marinha (INAMAR);
- Director da Reserva (REM e RMPP);
- Representantes das comunidades locais (3 Fóruns Regionais);
- ONG envolvidas na administração da REM ou em trabalho comunitário da área da REM;
- Operador(es) do sector privado com concessões na REM ou que, de outra forma, prestem apoio substancial à REM.

Os **termos de referência** preliminares para o Conselho são:

- Supervisionar e controlar a administração e desenvolvimento da REM;
- Encomendar a actualização do Plano de Maneio da REM, a cada cinco anos ou na base de uma planificação contínua, e aprová-lo;
- Aprovar os planos de trabalho e orçamentos anuais, elaborados pelo Administrador da REM;
- Supervisionar os concursos para concessões turísticas, em colaboração com a DNAC;
- Colaborar com a DNAC no desenvolvimento de mecanismos de retenção de receitas;
- Supervisionar o desenvolvimento e operação do sistema financeiro;
- Colaborar com a DNAC na elaboração das novas Leis de Florestas e de Fauna Bravia.

O Conselho reunir-se-á, no mínimo, quatro vezes por ano, e, se necessário, com maior frequência.

Director e Administração da Reserva

A REM e a RMPP terão um Director de Reserva e uma Administração Central, responsáveis pelas seguintes áreas:

- Administração e Recursos Humanos;
- Gestão da Conservação (incluindo Aplicação da Lei e Controlo de Animais);
- Desenvolvimento e Manutenção;
- Relações Comunitárias;
- Turismo;
- Pesquisa.

Abaixo delineiam-se os objectivos e responsabilidades da Administração.

Objectivo: Planificar, coordenar, dirigir, supervisionar e monitorar a gestão da REM e da RMPP, de modo a garantir a conservação da biodiversidade e a integração das comunidades locais no maneio, e colaborar no desenvolvimento e maneio do Corredor de Futi.

Responsabilidades:

- Elaborar planos de trabalho e orçamentos anuais para aprovação pelo Conselho, e participar na revisão do plano de maneio;

- Implementar o plano de maneio e o plano anual de trabalho;
- Controlar e prestar contas ao Conselho sobre os orçamentos da REM e da RMPP;
- Orientar, supervisionar e coordenar o trabalho das cinco secções administrativas;
- Supervisionar o controlo de veículos e equipamento;
- Colaborar estreitamente com o Coordenador Regional do Projecto ACTF e com o Coordenador do Corredor do Futi, e apoiar a administração do Corredor do Futi;
- Colaborar e promover as boas relações de trabalho com os concessionários turísticos;
- Promover relações de trabalho com o governo distrital e provincial, partidos políticos, sector privado, comunidades locais (através da Secção das Comunidades), ONG e projectos que operem na vizinhança;
- Assumir a responsabilidade derradeira por quaisquer questões legais que digam respeito à REM e à RMPP, incluindo acusações e alterações aos limites;
- Produzir relatórios trimestrais para o Conselho sumarizando as realizações de desenvolvimento e de gestão, incluindo sumários e análises de relatórios das secções, estado de conservação e tendências, progressos com a participação comunitária e turismo.

Secção de Conservação e Manutenção

Objectivo: prestar apoio logístico à administração da REM e da RMPP para permitir que as outras secções funcionem devidamente, e realizar trabalho de rotina de conservação

Responsabilidades:

- Implementar a construção e manutenção de edifícios e estradas de acesso na REM e na RMPP;
- Realizar a manutenção de rotina de veículos e outra maquinaria na REM e na RMPP;
- Assumir responsabilidade pelo cuidado e controlo do equipamento na REM e na RMPP;
- Assumir responsabilidade sobre o cuidado e controlo do armazém;
- Apoiar o programa de fogos controlados através da ignição e comparência nos locais pretendidos, e combate aos incêndios que ameacem as instalações ou tipos sensíveis de vegetação;
- Efectuar o trabalho de reabilitação de habitat à medida do adequado;
- Prestar apoio logístico ao programa de reintrodução de animais, à medida do necessário;
- Caso sejam erigidas vedações eléctricas, assumir a responsabilidade pela sua manutenção;
- Apresentar relatórios mensais à Administração da Reserva.

Secção de Aplicação da Lei e Controlo de Animais

Objectivo: apoiar a conservação da biodiversidade evitando usos inaceitáveis e insustentáveis dos recursos naturais e fogos indesejados, e protegendo pessoas, culturas e gado através do controlo de animais problemáticos

Responsabilidades:

- Proceder à aplicação da lei para prevenir actividades ilegais dentro da REM e da RMPP e na vizinhança destas, incluindo o Corredor de Futi;
- Assegurar a protecção de pessoas, colheitas e gado na vizinhança da REM e da RMPP;
- Controlar incêndios considerados indesejáveis;
- Garantir a segurança dos visitantes (protecção contra animais selvagens e pessoas);
- Recolher dados sobre animais, vegetação, fogos e actividade humana, para fins de maneio;
- Prestar apoio logístico aos postos e assegurar o seu abastecimento regular;
- Produzir relatórios mensais para a Administração da Reserva.

Secção das Comunidades

Objectivo: promover a colaboração reforçada entre as comunidades e a REM e a RMPP através da participação comunitária no maneio, resolução de conflitos e promoção do uso sustentável dos recursos pelas comunidades

Responsabilidades:

- Promover o diálogo com as comunidades dentro da REM e da RMPP e adjacentes a estas;

- Através de métodos participativos, adquirir um entendimento detalhado das necessidades, conflitos e pressões com que se defrontam as comunidades;
- Negociar acordos de co-gestão com comunidades-alvo, incluindo benefícios e restrições das actividades comunitárias;
- Participar na aplicação e afectação dos benefícios do Fundo de Desenvolvimento Comunitário e do Fundo Especial;
- Refinar a demarcação de zonas na REM em colaboração com as comunidades, para incorporar as suas necessidades básicas e também para tomar em linha de conta aspectos de conservação;
- Promover a colaboração das comunidades no maneio, incluindo o uso de recursos e o programa de fogos;
- Apresentar relatórios mensais ao Director da Reserva e ao Coordenador do Corredor de Futi.

Esta secção compreenderá o pessoal que realizará o trabalho comunitário no Corredor, na REM e na RMPP. Esse pessoal não será, de nenhum modo, responsável pela aplicação da lei, já que é impossível combinar os papéis de regulação e facilitação. Devem, não obstante, estabelecer uma estrita ligação com a equipa para garantir a compatibilidade das mensagens que emitem à comunidade, e das suas interacções com estas. O Oficial de Ligação Comunitária dirigirá este trabalho.

Secção de Turismo

Objectivo: Promover o desenvolvimento e a gestão adequada do turismo na REM e na RMPP, de acordo com os objectivos de turismo.

Responsabilidades:

- Supervisionar os desenvolvimentos e gestão turísticos na REM e RMPP, e garantir a mitigação dos impactos negativos;
- Fazer a ligação com os operadores turísticos e assegurar uma boa colaboração entre administração e operadores;
- Oferecer interpretação e informação aos visitantes, incluindo recrutamento e formação de guias;
- Supervisionar e monitorar a recolha de receitas do turismo;
- Desenvolver um sistema adequado de recolha, análise e apresentação de dados estatísticos do turismo;
- Produzir relatórios mensais para o Director da Reserva sobre estatísticas de turistas, receitas, desenvolvimentos, problemas, etc.;
- Dar contributos aos planos de trabalho anuais e para a revisão do plano de maneio.

Secção de Pesquisa

Objectivo: realizar pesquisa, monitoria e avaliação com relevância directa para a promoção de ma melhor conservação, gestão e uso adequados da biodiversidade, e inclusão das comunidades em programas de maneio.

Responsabilidades:

- Fazer os inventários de biodiversidade e hidrológicos;
- Desenvolver um banco de dados para a REM E RMPP;
- Monitorar as tendências na biodiversidade e hidrologia;
- Realizar outras pesquisas, consoante o indicado no plano de maneio;
- Elaborar recomendações de maneio relativas à vegetação, maneio do habitat, maneio da população animal e outros aspectos relevantes;
- Monitorar os impactos das intervenções de comunidades, turismo e maneio nos sistemas naturais;
- Dar contributos técnicos ao plano de trabalho anual e à revisão do plano de maneio;
- Elaborar relatórios semestrais para apresentação ao Director da Reserva.

APÊNDICE 5. PROJEÇÕES FINANCEIRAS

Tabela 22: Projectos Financeiros de Receita proveniente de Desenvolvimentos e Actividades Turísticas

Produtos	Unidade	Pax	Taxa	100% Receita	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Desenvolvimentos das Concessões														
Ponta Chemucane	810 ha		1 000 MZN/ha	518 400	518 400	518 400	518 400	518 400	518 400	518 400	518 400	518 400	518 400	518 400
Ponta Milibangala	3 000 ha		1 000 MZN/ha	1 920 000	1 920 000	1 920 000	1 920 000	1 920 000	1 920 000	1 920 000	1 920 000	1 920 000	1 920 000	1 920 000
Ponta Dobela	1 500 ha		1 000 MZN/ha	960 000	960 000	960 000	960 000	960 000	960 000	960 000	960 000	960 000	960 000	960 000
Santuário	9 000 ha		1 000 MZN/ha	9 000 000	0	0	9 000 000	9 000 000	9 000 000	9 000 000	9 000 000	9 000 000	9 000 000	9 000 000
Actividades das Concessões														
Trilhos Equestres	1	8	6 710 MZN/noite	19 110 080	343 981	573 302	802 623	1 031 944	1 261 265	1 261 265	1 261 265	1 261 265	1 261 265	1 261 265
Trilhos na Natureza	1	8	6 710 MZN/noite	19 110 080	343 981	573 302	802 623	1 031 944	1 261 265	1 261 265	1 261 265	1 261 265	1 261 265	1 261 265
Subtotal (MZN)				50 618 560	4 086 363	4 545 005	14 003 647	14 462 289	14 920 931					
Desenvolvimentos da Reserva														
Acampamento de Repouso do Lago Nela	1	36	3000 MZN/noite	39 420 000	0	1 971 000	5 913 000	11 826 000	17 739 000	19 710 000	19 710 000	19 710 000	19 710 000	19 710 000
Acampamento 1	1	12	760 MZN/noite	3 328 800	166 440	332 880	499 320	832 200	1 165 080	1 497 960	1 497 960	1 497 960	1 497 960	1 497 960
Acampamento 2	1	12	760 MZN/noite	3 328 800	166 440	332 880	499 320	832 200	1 165 080	1 497 960	1 497 960	1 497 960	1 497 960	1 497 960
Acampamento 3	1	12	760 MZN/noite	3 328 800	166 440	332 880	499 320	832 200	1 165 080	1 497 960	1 497 960	1 497 960	1 497 960	1 497 960
Acampamento 4	1	12	760 MZN/noite	3 328 800	166 440	332 880	499 320	832 200	1 165 080	1 497 960	1 497 960	1 497 960	1 497 960	1 497 960
Acampamento 5	1	12	760 MZN/noite	3 328 800	166 440	332 880	499 320	832 200	1 165 080	1 497 960	1 497 960	1 497 960	1 497 960	1 497 960
Acampamento 6	1	12	760 MZN/noite	3 328 800	166 440	332 880	499 320	832 200	1 165 080	1 497 960	1 497 960	1 497 960	1 497 960	1 497 960
Acampamento 7	1	12	760 MZN/noite	3 328 800	166 440	332 880	499 320	832 200	1 165 080	1 497 960	1 497 960	1 497 960	1 497 960	1 497 960
Acampamento 8	1	12	760 MZN/noite	3 328 800	166 440	332 880	499 320	832 200	1 165 080	1 497 960	1 497 960	1 497 960	1 497 960	1 497 960
Subtotal (MZN)				66 050 400	1 331 520	906 182	1 301 943	1 864 144	2 426 345	2 759 225				
Receita Anual (MZN)					5 417 883	5 451 187	15 305 590	16 326 433	17 347 276	17 680 156				
Valor ZAR					1 235 277	1 242 871	3 489 675	3 722 427	3 955 179	4 031 076				

Produtos	Unidade	Pax	Taxa	100% Receita	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
				Valor USD	161 453	162 445	456 107	486 528	516 949	526 869	526 869	526 869	526 869	526 869

Tabela 23: Projecção das Taxas de Ocupação para Receita a partir de Actividades das Concessões e Desenvolvimentos da Reserva

Descrição	Unidade	Pax	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Actividades de Concessão												
Trilhos Equestres	1	8	15%	25%	35%	45%	55%	55%	55%	55%	55%	55%
Trilhos na Natureza	1	8	15%	25%	35%	45%	55%	55%	55%	55%	55%	55%
Desenvolvimentos da Reserva												
Acampamento de Repouso do Lago Nela	1	36	0%	5%	15%	30%	45%	50%	50%	50%	50%	50%
Acampamento 1	1	12	5%	10%	15%	25%	35%	45%	45%	45%	45%	45%
Acampamento 2	1	12	5%	10%	15%	25%	35%	45%	45%	45%	45%	45%
Acampamento 3	1	12	5%	10%	15%	25%	35%	45%	45%	45%	45%	45%
Acampamento 4	1	12	5%	10%	15%	25%	35%	45%	45%	45%	45%	45%
Acampamento 5	1	12	5%	10%	15%	25%	35%	45%	45%	45%	45%	45%
Acampamento 6	1	12	5%	10%	15%	25%	35%	45%	45%	45%	45%	45%
Acampamento 7	1	12	5%	10%	15%	25%	35%	45%	45%	45%	45%	45%
Acampamento 8	1	12	5%	10%	15%	25%	35%	45%	45%	45%	45%	45%